

RBSH 26(2) 2015

Este número da Revista Brasileira de Sexualidade Humana é dedicado ao XV Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana e ao 1º Encontro Luso-brasileiro de Sexualidade Humana que teve como tema sexualidades: novos olhares e novas perspectivas. O evento aconteceu ao vivo via internet de 19 a 23 de outubro de 2015.

A proposta inovadora insere a SBRASH na era da informação digital e, principalmente, estimula a democratização e o acesso aos saberes de maneira dinâmica e acessível em uma comunidade de aproximadamente 280 milhões de falantes da língua portuguesa (204 milhões no Brasil), a quinta língua mais falada no mundo. Não somente com a responsabilidade pela promoção do acesso, a SBRASH estrategicamente elegeu um tema que convida à reflexão pertinente a respeito da necessidade de um novo olhar e uma nova perspectiva sobre a sexualidade humana.

Nesse sentido que a programação do evento foi organizada: para estimular a desapropriação dos saberes por fontes únicas ao convidar associados, profissionais e estudantes de diversos cenários de atuação e formação. O acesso a esse diálogo foi estimulado ainda pelo valor da inscrição, correspondente com o atual cenário político e econômico do Brasil. Os associados tiveram suas inscrições franqueadas e puderam participar ativamente em comissões organizadoras e científicas, além de realizar mediações de atividades ao logo do evento. Uma grande oportunidade também para o estreitamento entre Brasil e Portugal.

Como de costume, a RBSH convidou os profissionais conferencistas para publicarem suas exposições em formato de um artigo. Este número organiza as publicações daqueles que puderam atender essa demanda. Além dos 13 artigos, foi também publicada uma resenha de tese e uma de livro, ambas com temática ligada a educação em sexualidade. Ao final, uma interessante entrevista com a Dra. Iracema Teixeira, presidente da SBRASH no biênio 2014-2015 e também presidente do referido Congresso. Agradecemos a todos os profissionais que nos brindaram com seus textos, disseminando e democratizando o conhecimento!

Um abraço,

Ana Canosa
Presidente da Comissão Científica do XV Congresso
Brasileiro de Sexualidade Humana
Editora da RBSH
Diretora de Publicações da SBRASH
Gestão 2014-2015

Itor Finotelli Jr.
Membro da Comissão Científica do XV Congresso
Brasileiro de Sexualidade Humana
Editor Assistente da RBSH
Secretário Geral da SBRASH
Gestão 2014-2015

SEXO KASHER

Lina Wainberg¹

KOSHER SEX

Resumo: Conhecer a religião dos nossos pacientes faz com que escolhamos a melhor intervenção em terapia sexual. Por isso, nos cursos de especialização somos ensinados sobre as influências judaico-cristãs na sexualidade. O presente artigo busca compreender as particularidades da concepção judaica da sexualidade, que parece diferir em alguns pontos em relação à cristã. A postura judaica em relação à sexualidade é influenciada pela forma como o judaísmo incentiva o questionamento. As regras servem para guiar, podendo ser questionada e ajustada conforme cada situação. A sexualidade não é lidada com culpa ou vergonha. O sexo é visto como uma forma máxima de conhecimento do outro e é valorizado e incentivado. O grande propósito é justamente a intimidade do casal e procriação. Não o sexo em si, simplesmente, mas a intimidade conjugal resultante. Consequentemente, quase tudo que leve a uma maior intimidade do casal é permitido. Até mesmo o derramamento de esperma. No entanto o prazer sem intimidade não é incentivado. O artigo aborda como a masturbação, sexo oral e o uso de material erótico são abordados pelo judaísmo. Apesar de o sexo ser apenas valorizado nos casamentos heterossexuais, ainda assim, o prazer é estimado como parte do amor. É importante que tenhamos em mente a diferença da proposta judaica em relação à culpa, incentivo do prazer e o propósito principal na intimidade. Essa perspectiva não é um resultado dos tempos modernos. É a base de uma religião milenar que sempre evocou a importância do prazer para o bem-estar dos seus fiéis.

Palavras-Chave: religião; Judaísmo; sexualidade

Abstract: It is important to understand the religion of our patients to make better interventions in sex therapy. Therefore, the specialized courses teach the Judeo-Christian influences on sexuality. This article seeks to understand the particularities of the Jewish conception of sexuality, which seems to differ in some points from the Christian. The Jewish attitude toward sexuality is influenced by how Judaism encourages questioning. The rules serve to guide and can be questioned and adjusted according to each situation. Sexuality is not dealt with guilt or shame. Sex is seen as an ultimate form of knowledge of the other and is valued and encouraged. The great purpose is precisely the intimacy of the couple and procreation. Not sex itself, simply, but the resulting marital intimacy. Consequently, almost all attitudes that lead to greater intimacy of the couple is allowed. Even sperm spill. However pleasure without intimacy is not encouraged. The article discusses how masturbation, oral sex and the use of erotic material are covered by Judaism. Although sex is only valued in heterosexual marriages, yet pleasure is estimated as part of love. It is important to bear in mind the difference of the Jewish proposal regarding guilt, pleasure incentive and the main purpose in intimacy. This perspective is not a result of modern times. It is the foundation of an ancient religion that always evoked the importance of pleasure for the welfare of the faithful.

Keywords: religion; judaism; sexuality

¹Psicóloga, especialista em terapia de casal e de família, mestre em sexologia, doutora em psicologia. Membro da diretoria da Sbrash. E-mail: linawainberg@hotmail.com

A sexualidade consiste em uma área da vida que está recheada de medos, fantasias, receios. A entrega sexual requer uma liberação interna para o indivíduo ser tocado, tocar o outro, imaginar, se permitir sentir prazer, dar prazer etc. Essa liberação interna é influenciada por fatores internos, mas também externos. A cultura em que estamos inseridos influencia nossos comportamentos, desejos e preferências sexuais, gerando conforto ou desconforto. Compreender o meio social em que os pacientes estão inseridos facilita uma intervenção mais eficaz. Não cabe ao terapeuta, pensando unicamente na aplicação das técnicas, modificar as crenças que, em outro momento, auxiliaram na estruturação destes indivíduos. É evidente que a informação permitirá que os pacientes desfaçam mitos, crenças e informações errôneas e sem explicação. No entanto, não devemos forçar técnicas que gerem mais desconforto do que benefício ao paciente. A adaptação das técnicas para cada indivíduo é fundamental para o bom andamento do tratamento. Além disso, o diálogo com representantes dos grupos religiosos dos pacientes tem se mostrado uma estratégia muito mais produtiva do que restritiva. Os líderes religiosos em geral entendem a importância de uma vida sexual saudável para o bem-estar dos seus fiéis.

Os profissionais que buscam aprofundamento na área da sexualidade humana deveriam ter noções básicas do que cada religião sustenta no que se refere à sexualidade. Quando somos apresentados a elas, de uma maneira geral tendemos a conhecer a moral judaica/cristã em relação à sexualidade como se fosse uma só. No entanto, como veremos, apesar de algumas semelhanças, o judaísmo parece oferecer uma vivência da sexualidade mais permissiva e valorizando o prazer do que em outras religiões. Alguns poderiam perguntar o porquê em se aprofundar em um grupo que no Brasil é tão pequeno, ou inexistente em algumas regiões. Ainda por cima, será que faz tanta diferença essa compreensão, já que a maior parte das pessoas de origem judaica no Brasil é mais identificada ao judaísmo como identidade de povo do que na própria religião em si? O judaísmo tem as mesmas raízes que as religiões católicas e as pessoas dessas religiões costumam ter curiosidade pelo judaísmo exatamente por isso. Alguns grupos inclusive super valorizam essas origens judaicas e suas influências. Para os de origem judaica, o que se percebe é uma

surpresa agradável ao entrarem em contato com sua visão sobre a sexualidade.

Sabemos que todo grupo religioso possui seus radicais e seus reformistas. No judaísmo não é diferente. Existe um grupo muito pequeno de ultraortodoxos que ainda fazem uso de lençóis com buracos. Porém, em sua vasta maioria de ortodoxos, a visão do judaísmo será a que segue a seguir. Exemplificaremos a vivência ortodoxa, pois neste grupo a aplicação do judaísmo é vivenciada na íntegra e a sexualidade abordada entre seus membros.

O termo *Kasher* é utilizado para designar aquele alimento que segue as regras particulares do judaísmo de cuidado. O cumprimento dessas regras manteria a sua pureza e o conservaria próprio para se comer. Em outras palavras, é tudo que é legítimo e permissível no manejo e no consumo dos alimentos. Sabemos que, em outras épocas, essas regras preservaram a saúde de muitas gerações. Hoje em dia, já que a tecnologia proporcionou estratégias de conservação eficaz, cuidado dos animais com menos doenças, a justificativa da saúde do alimento não faz mais sentido. Dentre essas regras, está a preocupação em não fazerem os animais sofrerem, que também pode ser aperfeiçoada com o tempo. Hoje em dia, o que realmente permanece é o costume e a tradição.

Ao utilizar o termo *Kasher* para a sexualidade, se faz referência às regras e concepções que o judaísmo sustenta em relação à sexualidade. Assim como quanto à alimentação, toda lei sexual na tradição judaica é construída a favor de um propósito, não se tratando de uma regra imposta e deliberada. A postura judaica em relação à sexualidade é influenciada pela forma como o judaísmo incentiva o questionamento. O questionamento é intrínseco ao judaísmo. Nessa religião, o estudo e o conhecimento são extremamente estimulados. Não apenas os valores, mas também os atos devem fazer sentido para o indivíduo. As regras servem para guiar, podendo ser questionada e ajustada conforme cada situação. Esse direito de questionar permite um exercício da sexualidade com menos culpas. Há o costume, entre os religiosos, de designarem tutores para cada um que nasce. Alguém com quem se aconselhar com suas aflições, além do Rabino. Ao invés de oferecer regras e prescrições, oferece uma orientação. Extingue, assim, uma ética pudica e castradora, desde que dentro do casamento heterossexual. Tanto os homens quanto as mulheres recebem

esses tutores, geralmente alguém mais experiente e com a *Torá*, ou a bíblia judaica referente ao velho testamento, já mais pensada e elaborada.

Mulher, menstruação e sexo

O discurso quanto à igualdade entre os sexos no judaísmo é contraditório. Ao mesmo tempo que sustenta-se que tanto os homens quanto as mulheres têm a mesma importância e são imprescindíveis para o povo judeu, reconhece-se a diferença. No judaísmo a mulher é considerada naturalmente próxima a Deus, enquanto os homens precisam passar por algumas etapas até confirmar o seu vínculo. O *Bar-mitzvá* é a cerimônia na qual se oficializa tal vinculação. *Bar-mitzvá* é a cerimônia de aliança com Deus e o compromisso de manter, estudar e praticar todos os mandamentos da *Torá* realizada pelos meninos aos 13 anos. Inclusive, os homens são considerados incompletos até que se casem e unam-se a uma mulher. Há leis na *Torá* referentes ao casamento que consideram que o consentimento da mulher é imprescindível para que possa haver uma união, e que obriga um homem a conceder o divórcio a sua esposa, caso seja essa a vontade dela (CHABAD, s/d). É uma religião matriarcal, sendo a sua continuidade reconhecida apenas pelos filhos de mães judias.

Essa vantagem, no entanto, implica em algumas funções mais "nobres", como a criação dos filhos. O argumento é que cada um tem sua função, e se não for ele, ninguém a fará. Entendem que o papel da mulher no lar é sagrado porque, em sua maior parte, depende dela a evolução e a felicidade de suas futuras gerações (MICCHAN, 2015). Sustentam que, com a submissão e respeito ao marido, renunciam em muitas coisas para uma convivência harmoniosa, trazendo paz ao lar para que todos possam crescer espiritualmente e prosperar (ABRAMOV, 1997). Com isso, existem algumas funções reservadas às mulheres e outras aos homens. A vocação individual não é considerada para funções que sejam aquelas. Há restrições sim. Mas o interessante é que a comunidade ortodoxa, na sua maioria, se adaptou a essa realidade e busca encontrar a felicidade. Para os laicos, é surpreendente ver o alto índice de satisfação com a vida dentre os religiosos. O sentimento de pertença, o diálogo e a reflexão contribuem para a construção de sentidos

para cada papel que se assuma na comunidade. Se há a submissão da mulher, ela é consentida e emocionalmente congruente. A peruca, por exemplo, é utilizada para resguardar a beleza feminina apenas para o seu parceiro e evitar a cobiça alheia. É um símbolo de modéstia e respeito ao marido. Entre o casal a sensualidade dos cabelos pode ser usufruída. Pode parecer um exagero para as pessoas que não vivem neste meio, mas se torna natural para os que convivem com isso desde sempre.

Ainda há a questão da menstruação. De acordo com a *Torá*, qualquer surgimento de sangue na vagina torna a mulher ritualmente impura. Isso significa que ela não poderia tocar no marido e, conseqüentemente não poderia ter relações sexuais com ele. Por isso, muitos judeus não apertam a mão das mulheres, porque acham que todas as mulheres podem estar impuras. Essas restrições se estendem por alguns dias após o período menstrual e após o banho de purificação na *Mikveh* (banheira para banho de imersão com água corrente). Todas as comunidades judaicas de certo porte possuem uma casa de banhos desse tipo e é considerada tão importante que a lei judaica estabelece que deva ser a primeira construção a ser edificada e depois sim, a sinagoga. A imersão deve ser completa, nada deve ficar fora d'água e a mulher precisa estar acompanhada de outra mulher, de mais de doze anos, para certificar-se que o banho foi completo. O mergulho na *Mikveh* deve ser feito sempre após as estrelas estarem claramente visíveis (ASHERI, 1995).

Se pararmos para pensar, basicamente o casal pode manter relações sexuais durante metade do mês e a outra metade não. Segundo Boteach (2000), essas restrições acarretam em períodos mais intensos de intimidade física e outros de intimidade emocional, quando ambos conversam, pensam, conhecem mais o outro. Segundo o *Talmud* (livro sagrado dos judeus, um registro das discussões rabínicas que pertencem à lei, ética, costumes e história do judaísmo), para o casamento ser bem sucedido, deve haver a atração entre marido e mulher, assim como havia no início do casamento. Segundo Andrade (2014), é justamente a abstinência sexual recomendada pelas leis de purificação que ajuda a manter aquele sentimento inicial dos recém-casados.

Na prática, essas regras provavelmente surgiram em épocas em que as infecções eram comuns. A criação de rituais de higiene garan-

tiu mulheres saudáveis para a procriação. Assim como na alimentação, o costume se incorporou à tradição do povo judeu, mesmo que os motivos originais não façam mais sentido.

Sexo e culpa

A forma como o Judaísmo lida com a culpa e o pecado é um pouco diferente. Não é indulgente com a culpa, nem lamenta o passado sexual ou os antigos pecados.

“Segundo a Sabedoria, o pecado é um ato prejudicial. De acordo com a Profecia, é morte. Torá o vê como uma tolice. E D’us o vê como uma oportunidade.” (CHABAD. O que é pecado?, s/d)

Não há penitência ou inferno. Há muita reflexão e questionamentos quanto às consequências do ato. Há um senso de responsabilidade. Acredita-se que o homem tem a liberdade de agir e fazer algo, modificar algo. Assim, ele deve ser responsabilizado por tudo aquilo de que ele faz parte. No entanto, ele teria uma natureza fraca e uma tendência para o Mal. Por isso, Deus, na sua misericórdia, permitiu ao homem arrepender-se e ser perdoado: para que os religiosos entendam que a maior pena para um pecado está em carregar a consciência de tê-la realizado. A culpa pode ser expiada no dia do perdão após profunda reflexão das consequências do seu ato.

Quanto ao sexo, não é diferente. A sexualidade não é lidada com culpa ou vergonha. Pelo contrário, a sexualidade é muito incentivada, não apenas para procriação, mas também pelo prazer e intimidade do casal. Historicamente, os rabinos sempre deram conselhos sexuais explícitos aos homens e mulheres casados sobre como desfrutar de relações íntimas prazerosas. As orientações costumam ter o propósito de concentrar e tornar o sexo potente, despertando compromisso de longo prazo.

O propósito do sexo

O primeiro acasalamento humano foi entre Adão e Eva. As traduções fazem com que algumas informações importantes se percam. A forma como está descrita na *Torá* diz “E Adão conheceu Eva”. O sexo representa o conhecimento do outro. É uma forma de conhecimento que se torna exclusiva ao parceiro. Um privilé-

gio. Aspecto fundamental do amor. Sentir-se especial por alguém. No caso de Adão e Eva, o amor veio com a intimidade física.

O judaísmo, assim como qualquer religião, prega a união das famílias, o investimento na intimidade conjugal, a solidificação do companheirismo e afeto. A forma como esta religião lida com a sexualidade está impregnada desses valores. O sexo é visto como uma forma máxima de conhecimento do outro. O grande propósito do sexo é justamente a intimidade do casal e procriação. O sexo é valorizado e incentivado. Não o sexo em si, simplesmente, mas a intimidade conjugal resultante. O sexo sem intimidade não é incentivado. Mesmo que não haja o interesse em condenar o homem por sua natureza sexual, busca-se ir além de uma necessidade biológica. Apesar de filhos serem considerado uma das maiores bênçãos, o sexo não serve apenas para a procriação, serve para termos intimidade e prazer (LAMM, 1993).

O judaísmo sempre celebrou o compromisso amoroso existente entre um homem e uma mulher. É celebrado de tal forma que o prazer a dois é incentivado. É tão valorizado que em alguns dias santos, como o Shabat, a atividade sexual é considerada como algo sagrado. Não que haja uma obrigatoriedade, mas os/as religiosos/as costumam se dispor mais nesse dia do que em outros. A importância do momento de intimidade é tão valorizado que, segundo a *Halachá* (lei judaica), uma mulher grávida ou mesmo uma mulher que esteja amamentando é considerada ritualmente pura, nesse caso o relacionamento sexual entre o casal é permitido (ANDRADE, 2014).

Nesta religião o prazer é uma forma de conexão com seu parceiro e com Deus. O orgasmo seria uma forma de conexão divina, tanto para mulheres quanto para os homens. Não é privilégio masculino. Isso é tão claro, que os homens são ensinados que o orgasmo feminino é obrigação de cada marido judeu. Nenhum homem tem permissão de usar uma mulher apenas para sua satisfação.

Pode ou não pode?

De modo simplista, o que for para intensificar a intimidade conjugal, é permitido. Sendo assim, as normas sexuais mais conservadoras são dadas apenas como conselhos.

Vejamos como o judaísmo lida com algumas das práticas sexuais:

- Sexo Oral: "o judaísmo se opõe à destruição deliberada da semente, mas não a práticas sexuais que podem por vezes envolver o *derramamento* da semente, mas que são realizadas com o propósito de dar prazer ao marido e a esposa." (BOTEACH, 2000, p. 75).

Apesar de não ter sido encontrado referências quanto ao sexo anal, é possível que utilize a mesma compreensão. Há a sugestão de que não se deve olhar fixamente os genitais, para manter a mística. A ideia é auxiliar e manter o desejo a longo prazo. Inclusive é fortemente aconselhada a prática sexual no escuro. A atração física é tida apenas como um meio para o amor emocional.

- Masturbação: ela não é considerada *ka-sheer* pois há perda de esperma e não é praticada como um ato de intimidade. Mas como no judaísmo nenhuma regra é inquestionável, poderíamos pensar em casos em que se for para não pensar em outras mulheres e estiver com a esposa indisponível, como em uma viagem, é preferível que se masturbe.

- Camisinha: o judaísmo se opõe a uma barreira artificial. Sugere anticoncepcional e diafragma nos casos em que há risco de vida para a mãe ou bebê com a gestação, ou doença mental ou até, em alguns casos, se a gestação de mais filhos trazer infelicidade. Apesar da possível condenação do grupo, um rabino poderia aconselhar essa prática após muita reflexão e compreensão.

- Pornografia: qualquer material explícito que faça com que o marido ou a mulher se focalizem em alguém ou alguma outra coisa que não um ao outro é considerado prejudicial.

- Erotismo: qualquer objeto erótico que servir para que os parceiros se concentrem mais no cônjuge, pode ser usado. Lingerie pode ser utilizado como estímulo, mas a conexão dos corpos sem nenhuma peça de roupa é a orientação para o ato em si.

- Falar durante o sexo: As palavras que um marido deve falar à sua esposa devem ser palavras que venham a alegrá-la, uma vez que assim o marido cumpre um mandamento muito importante. Portanto, falar durante o sexo é estimulador, desde que não ofenda (ANDRADE, 2014).

Conclusões

O judaísmo é uma religião que, como qualquer outra, preocupa-se com sua continui-

dade e, conseqüentemente, com a procriação. Logo, a família heterossexual é preconizada. O sexo reprodutivo é incentivado, no entanto, unido com o aspecto afetivo. Há a preocupação com a presença do amor entre o casal para a criação dos filhos gestados. Sabiamente, o judaísmo entendeu que para manter os seus fiéis vinculados, o amor era mantenedor da saúde mental e de relações com sentido. Esse "fazer sentido" é a busca do judaísmo em todo o seu paradigma.

Apesar da restrição do sexo ser apenas valorizado nos casamentos heterossexuais, ainda assim, o prazer é valorizado como parte do amor. O prazer desvinculado do amor é desqualificado. De forma explícita e incentivadora, o judaísmo fala de prazer. O incentivo é tamanho que associa o orgasmo a uma conexão com Deus.

Sob essa perspectiva religiosa, o sexo eventual, a homossexualidade, o uso de material pornográfico, sadomasoquismo, adultério não são considerados práticas sexuais aceitáveis pois não auxiliariam na conexão das almas homem/mulher. Assim, há um controle sobre o que é passível de ser erotizado. Não há a liberdade de se fantasiar livremente. Essas restrições certamente dificultam o exercício pleno da sexualidade de alguns.

É importante que tenhamos em mente a diferença da proposta judaica em relação à culpa, incentivo do prazer e o propósito principal de intimidade do casal ao invés da procriação. A procriação é vista como a consequência natural de tudo isso. É a consequência de uma relação de amor e intimidade. Essa perspectiva não é um resultado dos tempos modernos ou de uma adaptação cultural. É a base de uma religião milenar que sempre evocou a importância do prazer para o bem-estar dos seus fiéis.

Referências

ABRAMOV, T. *O segredo da feminilidade judaica*. São Paulo: Colel, 1997.

ANDRADE, S. B. *Leis da pureza familiar*, 2014. Disponível em: <<http://silvanasobocinskiandra-de.blogspot.com.br/2014/07/leis-de-pureza-familiar.html>>. Acesso em: 01 out. 2015.

ASHERI, M. *O judaísmo vivo: tradições e leis dos judeus praticantes*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BOTEACH, S. *Sexo kasher: uma receita de paixão e intimidade*. São Paulo: Editora, 2000.

CHABAD. *Mulher no judaísmo*. Perguntas e respostas. Disponível em: <<http://www.chabad.org.br/interativo/FAQ/mulher.html>>. Acesso em: 01 out. 2015.

CHABAD. *Que é pecado?* Disponível em: <www.chabad.org.br/tora/Comentario/com021.html>. Acesso em: 01 out. 2015.

LAMM, N. *A sebe de rosas: Uma visão judaica do sexo e do casamento*. São Paulo: Colel, 1993.

MICCHAN, I. *A mulher no judaísmo*. Disponível em: <<http://www.coisasjudai-cas.com/2015/05/a-mulher-no-judaismo.html?m=0>>. Acesso em: 1 out. 2015.

SUPER-SEXO: A INFLUÊNCIA DO FILME PORNOGRÁFICO NO COMPORTAMENTO SEXUAL MASCULINO

André Henrique dos Santos Francisco¹

SUPER-SEX: THE INFLUENCE OF PORN ON MALE SEXUAL BEHAVIOR

Resumo: O ato de registrar o cotidiano – incluindo a vida sexual – faz parte da experiência humana desde tempos muito antigos. Ao longo do tempo e do espaço, o ser humano encontrou várias formas de registrar suas experiências sexuais. Porém, somente nos últimos 50 anos é que temos vivenciando momentos de maior abertura para falar de assuntos sexuais. Há muito tempo que sexo é um tema tabu na sociedade, por tratar de intimidade. Assim, a pornografia provoca admiração e repúdio. Assumindo que o comportamento humano é socialmente construído, o comportamento sexual também é resultado de um processo contínuo de aprendizado. Tal processo educativo conta, entre outros elementos, com a participação dos filmes pornográficos. Tais filmes atuam massivamente no imaginário – individual e coletivo – e reforçam ideias, estereótipos, padrões de comportamento que podem ser entendidos pelos consumidores de pornografia como representação da realidade e, portanto, elementos de (re)produção. A pornografia apresenta um ‘super-sexo’, contemplando performances e desempenhos sexuais extremamente atléticos e pouco conectados com a realidade. Assim, os homens consomem um ideário de masculinidade, virilidade e uma gama de práticas e performances que se ‘naturalizam’ e, portanto, passam a fazer parte de seus anseios e expectativas. Quanto mais longe da realidade do indivíduo se encontra tal lógica e tal estética, maior é o grau de frustração (sexual) do indivíduo. Ao associar estudos sobre a vida sexual com pesquisas acerca da pornografia, podemos perceber que a frustração quanto ao desempenho pode ser fator desencadeador de disfunções e inadequações sexuais, especialmente na população masculina – público-alvo prioritário dos filmes pornográficos. O estudo da influência da pornografia no comportamento sexual pode contribuir com o processo de redução de tais angústias e na busca de uma vida sexual mais autônoma, menos normativa.

Palavras-chave: pornografia; filmes pornográficos; mídia; comportamento sexual

Abstract: The act of recording daily life - including sexual life - has been part of the human experience since ancient times. Throughout time and space, human beings have found a variety of ways to register their own sex experiences. But only in the last 50 years we have experienced moments of greater openness when talking about sexual matters. Sex is a taboo topic in society because it deals with intimacy. Thus, pornography causes admiration and disgust. Assuming that the human behavior is socially constructed, sexual behavior is also the result of a continuous learning process. This educational process, among other things, counts on the participation of porn movies. These films act massively in the imaginary - individual and collective ones - and reinforce ideas, stereotypes, patterns of behavior that can be understood by consumers of pornography as a representation of reality and, in consequence, (re)production elements. Pornography shows a ‘super sex’, comprising extremely athletic sexual performances not greatly connected with reality. Thus, men consume an ideal of masculinity, virility and a range of practices and performances that are ‘naturalized’ and, thus become part of their desires and expectations. The further from the individual’s reality such logic and aesthetic are, the greater the degree of (sexual) frustration of the individual. Correlating to sex life studies and research about pornography, one can see that frustration in regards to performance may be a triggering factor of sexual dysfunctions and inadequacies, particularly in the male population - a priority target audience of pornographic films. The study of the influence of pornography on sexual behavior can contribute to the process of reducing such anxieties and finding a healthy(ier) sex life.

Keywords: porn; porn movies; media; sexual behavior

¹Especialista em sexualidade humana pelo Laureate Institute -- IBMR e mestre em antropologia pelo PPGA/UFF.
Email: andreh77@gmail.com

Introdução

A pornografia, por ser tabu, é um tema que provoca admiração e repúdio. Mas parece estar relegada ao segundo plano no que se refere aos estudos da sexualidade humana e, talvez, não seja reconhecida a devida importância de sua influência nas práticas e comportamentos sexuais que reproduzimos.

Enquanto expressão cultural, a pornografia exerce influência na construção do comportamento sexual humano, seja esta positiva ou negativa. Os filmes pornôns, por exemplo, atuam de forma expressiva no imaginário – individual e coletivo – e acabam por reforçar ideias, estereótipos, padrões de comportamento que podem ser reproduzidos e aceitos como representação da realidade, como verdade.

Os filmes pornôns apresentam performances sexuais diversas. Assim, é justo acreditar que essas performances afetam o processo individual de criação de expectativas acerca do desempenho sexual – seja próprio, seja do(s) parceiro(s).

Neste artigo, pretende-se tratar do surgimento e desenvolvimento da pornografia ao longo do tempo e do espaço, de como ela pode afetar a construção de ideias e comportamentos e, com isso, como ela pode afetar a vida sexual dos indivíduos – especialmente dos sujeitos masculinos.

Ao buscarmos uma melhor compreensão sobre o que é a pornografia e sua ligação com nossos comportamentos sexuais, podemos também, enquanto terapeutas e educadores sexuais, levantar questionamentos e vislumbrar novos horizontes no aconselhamento e mesmo no tratamento de disfunções sexuais.

Porno-grafias: as diversas formas de escrever e inscrever o sexo

O ato de registrar tarefas do cotidiano – incluindo aspectos da vida sexual – faz parte da experiência humana desde tempos muito antigos, como podemos observar em pinturas rupestres que representam mitos, lendas, fábulas, histórias diversas, e também o comportamento sexual. Através do tempo e nas diferentes sociedades, diversas foram as formas de retratar, contar e recontar o comportamento sexual.

As chamadas pinturas rupestres, por exemplo, são as mais antigas representações pictóricas conhecidas. Além das pinturas, as

esculturas, as cerâmicas, as armas e os utensílios trabalhados em pedra, ossos ou metais, são elementos que testemunham a vida do homem primitivo em tempos remotos.

Os primeiros registros da *ars erotica* remontam a pré-história, com reproduções da vida cotidiana representadas pelo homem primitivo nas paredes de suas cavernas, bem como outros meios para exibir suas pinturas. Posteriormente, temos as imagens esculpidas na pedra – como mulheres de seios e/ou abdomes proeminentes ou ainda falos (LINS; BRAGA, 2005).

Acredita-se que, aqui, a intenção não é necessariamente provocar excitação, mas sim que tais esculturas tenham um caráter de certa forma religioso: são entendidos como símbolos de fertilidade, família numerosa, poder/proteção e, também, de sobrevivência (FRANCISCO, 2015).

Mais à frente na história, com o advento da escrita, novas formas de descrever e registrar o cotidiano se estabeleceram. Com isso, surgiram também novas formas de retratar a vida sexual. Por volta do século XVIII é forjado então o conceito de pornografia. É no período da Revolução Francesa que a pornografia se firma quase como um legado do movimento renascentista (HUNT, 1999).

Com a Renascença, houve um florescimento de várias manifestações artísticas na Europa, especialmente na Itália e na França. Acompanhando esse florescimento, a arte erótica experimentou também um crescimento e uma maior difusão.

Porém, a pornografia não surge de forma tão espontânea como conceito e categoria. Ela se define em decorrência dos conflitos entre a florescente arte de pintores, escultores e escritores e as novas formas de regulamentação que se desenvolveram com as sociedades europeias (MORAES, 2003).

Entre os séculos XVIII e XIX, com o avanço da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, é que se experimenta um verdadeiro *boom* da pornografia. Surgiram novas tecnologias, novas formas de produção e manufatura e, conseqüentemente, se produzem inúmeras mudanças nas mentalidades dos povos (HUNT, 1999).

Além dos manuais (compêndios elaborados com objetivo de orientar a vida sexual dos indivíduos, bem como entreter e estimular a busca do prazer), romances e novelas também

são fontes de registro do cotidiano e de entretenimento para os indivíduos.

Com a invenção da prensa e uma maior difusão de obras literárias, os manuais e livros ganharam um novo fôlego e também um maior alcance de público consumidor (HUNT, 1999; STEARNS, 2010). É bastante razoável supor que, na rasteira desse processo de popularização e difusão de material impresso, a arte erótica e a pornografia também tenham se difundido de forma mais massificada.

No caminho aberto por essas novas formas de pensar e agir dentro das sociedades, a pornografia passa a ter maior alcance, atingindo cada vez mais parcelas significativas das populações. O avanço das tecnologias possibilita, então, o surgimento de novas formas de representar a sexualidade. É quando surgem as primeiras revistas e almanaques pornográficos. A invenção da fotografia estabelece as bases para o surgimento de "retratos indecentes". (MORAES; LAPEIZ, 1985) e, mais à frente, o surgimento do cinema permite que o ato sexual seja transcrito para a linguagem das imagens em movimento (HUNT, 1999).

À medida que a tecnologia avança, a pornografia obtém novos meios de ser (re)produzida. A pornografia, então, se manifesta de diversas formas na nossa sociedade, suas representações se encontram presentes no nosso cotidiano de uma forma muito maior que imaginamos: para além das *sex shops*², filmes da seção específica na locadora ou das imagens pornográficas que circulam amplamente pela internet, há representação do sexo em novelas, nudez parcial ou total em revistas e filmes, e mesmo nas insinuações de cunho erótico em músicas e danças.

Por mais que se fale, pense e produza conhecimento sobre a pornografia, no que tange sua conceituação, somos todos como aquele

menino de quem fala Nelson Rodrigues: estamos espiando o amor pelo buraco da fechadura (CASTRO, 1992). Há ainda muito que escapa aos nossos olhos e mesmo à nossa compreensão.

Jogo de cena: o tabu de desvelar os bastidores

Embora o registro do cotidiano sexual seja algo que permeia a "aventura humana na terra" desde os tempos ancestrais, somente nos últimos 50 anos é que estamos vivenciando momentos de maior abertura para tocar em assuntos relacionados a aspectos sexuais.

Por exemplo, desde a década de 1960, com o movimento feminista e de liberdade sexual, estamos experimentando momentos de maior abertura para falar em temas pertinentes à nossa vida sexual: amor livre, contracepção, aborto, prevenção de doenças e até mesmo assuntos de higiene pessoal.

Porém, sexo ainda é um tema de difícil abordagem em nossa sociedade, porque envolve os comportamentos mais íntimos dos indivíduos. E sua vinculação com a pornografia e o erotismo ainda é estigmatizada. Afinal, toda arte erótica ou pornográfica – seja ela *mainstream*³ ou *amadora*⁴ – está sempre relegada à marginalidade, quase se tornando um universo paralelo, algo oficialmente dissociado de nossa existência, porém intimamente ligado a ela.

Sexo é um tema que ainda é tabu na sociedade porque envolve comportamentos íntimos e privados. Nesse ínterim, a pornografia é um produto cultural que provoca admiração e repúdio justamente porque se firma no desvelamento e na transposição dessa intimidade do âmbito privado para o âmbito público (GIDDENS, 1992). À medida que a pornografia transpõe cada vez mais assuntos de bastidores para o centro da cena, mais evidenciado fica

²*Sex shops* são lojas – físicas ou virtuais – que comercializam produtos com finalidades sexuais, tais como vibradores, bonecas infláveis, acessórios de sadomasoquismo, lingerie erótica, fantasias, filmes pornográficos, preservativos, cremes, calcinhas comestíveis, entre outros produtos. As lojas físicas podem estar equipadas com cabines para exibição de vídeos (onde podem ocorrer encontros sexuais, inclusive). Algumas *sex shops* dispõem de estruturas mais elaboradas, de acesso pago, próprias para promover o intercuro sexual entre seus clientes/frequentadores.

³Termo inglês usado nas artes para designar um pensamento ou gosto corrente da maioria da população. Refere-se a algo comum, usual, familiar às massas, que está disponível ao público geral e/ou que tem laços comerciais. Assim, o *mainstream* inclui tudo o que diz respeito à cultura popular, de maneira especial refere-se a tudo que é disseminado principalmente pelos meios de comunicação de massa.

⁴Embora "caseiro" e "amador" não sejam sinônimos, os termos foram utilizados indistintamente, como contraposição à pornografia *mainstream*. Cabe ressaltar que a gravação caseira de sexo é algo diferente da pornografia *amadora*, especialmente porque esta última possui um apuro maior que a primeira, em termos de linguagem, estética e aspectos técnicos de produção.

seu caráter transformador⁵.

Desse modo, além de se definir em contraposição à ordem vigente e à censura, a pornografia é categorizada pelo seu caráter questionador. Ela emerge como um mecanismo de crítica social e política, de questionamento de costumes e padrões. A pornografia surge, a partir do Renascimento, tanto para chocar como para divertir (HUNT, 1999).

Os germes da crítica e da transgressão estão presentes desde a sua conceitualização à época da Revolução Francesa. Assim, o conceito de pornografia, tal como o entendemos atualmente, se forma na oposição entre o livre pensamento e proibição, entre livre expressão e censura. A censura caminha de mãos dadas com a pornografia ao longo de sua história.

Levando em conta as proposições de Foucault (1979) acerca das estruturas de poder e dominação, a pornografia deve ser entendida, então, como um produto das novas formas de regulamentação (bem como dos novos desejos do saber): tal como a medicina, a loucura, a prisão e mesmo a sexualidade, se insere num contexto próprio, específico. Então, a pornografia assume um caráter subversivo por promover um discurso acerca da sexualidade que é diferente daquilo que é difundido como norma (HUNT, 1999).

Discursos a respeito do sexo, da sexualidade e da prática sexual sempre tiveram um status de tabu dentro da cultura ocidental, fortemente marcada pela tradição judaico-cristã (FOUCAULT, 1988). Sob essa perspectiva, à pornografia era (e ainda é) atribuído um caráter de imoralidade, de impureza, de sujeira. Não foram poucos os esforços empreendidos para erradicar ou, ao menos, coibir a pornografia (FOUCAULT, 1984)⁶.

As estratégias de controle visam silenciar, manter os discursos sobre o sexo no âmbito da intimidade, do pessoal, do privado. Esse silenciamento torna-se uma barreira, um fator impeditivo de geração e circulação de conhecimentos sobre o sexo, o que pode afetar nega-

tivamente o comportamento social e, especialmente, sexual dos indivíduos. É um efeito que pode até ser sentido na construção de identidades (BARTH, 2000).

Masculinidades e comportamentos: o movimento de *tornar-se*

Desde que nascemos, somos submetidos a um intenso e contínuo processo de aprendizado chamado de socialização. Cada indivíduo deverá aprender a reconhecer padrões de comportamento, identificando modelos a seguir ou a refutar, de acordo com aquilo que se espera dele. “Para cada profissão, sexo, idade, há uma expectativa de comportamento específico, supostamente adequado” (DUTRA, 2002, p. 361).

De acordo com essa perspectiva, entende-se que nada está dado de antemão: todo comportamento humano é fruto da cultura, trata-se de construção social (MAUSS, 1974). Dessa forma, sexualidade, gênero e comportamento sexual também são construídos (LOURO, 2000).

A cultura é responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, “por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sexuais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas”. (HEILBORN apud FLAUSINO, 2002, p. 10).

Na sociedade contemporânea, a cultura adquiriu um status de centralidade no entendimento dos processos de significação. Essa circulação de sentidos corresponde a uma circulação política, econômica e financeira, através de diferentes meios, especialmente da mídia (HALL, 2000).

Assim, como aponta Flausino (2002, p. 139), o conceito de pedagogias culturais trata do reconhecimento e problematização da im-

⁵Essa noção é o cerne da própria ideia de ‘obscenidade’. O vocábulo “obsceno” pode ser entendido como a negação de uma corruptela do vocábulo *scena* (algo que está à mostra). Indica o que é de mau agouro, o que não se expõe, o que está “fora de cena”. O exhibir e o olhar são clandestinos (FRANCISCO, 2015).

⁶O viés mais recente pretende dominar a pornografia através da lógica de mercado vinculada aos parâmetros estabelecidos pela Indústria Cultural (cf. ADORNO, 2002; GOLDENSTEIN, 1987). O mercado determina quais tipos de pornografia podem ou não ser comercializados legalmente. O aspecto da legalidade é algo que legitima a pornografia enquanto produto cultural consumível (FRANCISCO, 2015).

portância educacional e cultural da imagem, das novas tecnologias da informação, “enfim, da relação entre educação e cultura da mídia nos processos de organização das relações sociais e na produção das identidades”.

De acordo com Fischer (2002), esses processos de subjetivação são históricos e devem ser encarados em sua ampla diversidade, nos modos de existência que produzem, conforme a época, a sociedade e a cultura em que estejam inseridos. Isso significa que podemos entender corpo, gênero, identidade e sexualidade como fenômenos biopsicossociais que, para além dos caracteres inatos, se definem sobretudo por construções sociais (OLIVEIRA, 2004; LOURO, 2008). *Ser homem* é, de fato, um movimento de *tornar-se*, que perpassa a construção de comportamentos sociais e, obviamente, sexuais.

Partindo do princípio de que o comportamento sexual, com qualquer comportamento humano, é resultante de um processo contínuo de aprendizado, podemos assumir que esse processo educativo conta, entre outros elementos, com a participação dos filmes pornográficos.

Como já foi apontado, a presença da pornografia se faz sentir em diversas instâncias de nossa vida cotidiana, especialmente de maneira subliminar, quase imperceptível. Os filmes pornôns encontraram grande circulação, especialmente nos últimos 40 anos, com os avanços tecnológicos que permitiram maior facilidade de acesso, de distribuição e mesmo de produção (PARREIRAS, 2012).

Com essa grande difusão, tais filmes atuam de forma massiva no imaginário – individual e coletivo – e acabam por reforçar ideias, estereótipos, padrões de comportamento que podem ser entendidos pelos consumidores de pornografia como representação da realidade e, portanto, elementos a serem (re)produzidos (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010).

Ao apresentar padrões extremamente performáticos de comportamento sexual, a indústria da pornografia elabora e dissemina um sexo ideal: o super-sexo. O *super-sexo* engloba um conjunto de práticas e comportamentos que contemplam performances e desempenhos sexuais particularmente atléticos e pouco conectados com a realidade.

Ao consumir os filmes pornôns, os homens

estão consumindo um ideário de masculinidade, de virilidade e uma variada gama de práticas e performances que se naturalizam e, portanto, passam a fazer parte de seus anseios e expectativas. O super-sexo torna-se algo desejável, um conjunto de requisitos a ser cumpridos, uma meta a ser atingida.

Levando em consideração que sexo é tema considerado tabu e que pornografia é um assunto do qual pouco se fala, pode-se dizer que, na maioria dos casos dos consumidores (diretos ou não) de pornografia, não existe um movimento de assimilar os conteúdos da pornografia de maneira crítica. Assim, esses padrões de comportamento sexual estabelecidos pela lógica da indústria pornográfica reforçam esse ideal estético-comportamental de super-sexo, que é inculcado pelos indivíduos sem maiores questionamentos.

Desse modo, quanto mais longe da realidade do indivíduo se encontra tal lógica e tal estética, maiores as chances de frustração (sexual) do indivíduo: por sentir-se incapaz de reproduzir esses padrões estabelecidos, o indivíduo (e mesmo sua/seu parceira/o) tende a considerar negativamente o seu desempenho e, como isso, crescem as chances de que ele venha a desenvolver algum tipo de resposta negativa, de disfunção sexual ou comportamento inadequado.

Ao analisarmos diversos estudos e pesquisas a respeito da pornografia e correlacionando-os à vida sexual, podemos perceber que a frustração quanto a esse desempenho pode ser um dos fatores desencadeadores de disfunções e inadequações sexuais, especialmente na população masculina – público-alvo prioritário dos filmes pornográficos.

Por exemplo, se levarmos em consideração que boa parte dos problemas de disfunção erétil são de origem psicoemocional, é possível entender que sejam decorrentes de anos de frustração de expectativas de desempenho e performance sexual. Então, se a pornografia afeta a construção de nossas ideias e padrões de comportamento sexual, torná-la um objeto de estudos e, assim, de pensamento crítico pode ser algo bastante útil no diagnóstico e tratamento da disfunção erétil.

Ou ainda, ao se tornar a pornografia um tema válido para discussão séria dentro da edu-

⁷ Para outros exemplos, cf. Castleman, (2011) e Lemos, (2011).

cação sexual, podemos desmistificar uma série de ideias, mitos e padrões, ajudando a construir comportamentos sexuais mais saudáveis⁷.

Considerações finais

Uma das características mais marcantes da pornografia, para além dos embates entre o público e o privado, o socialmente aceito e o marginalizado, moral e imoral, explícito e implícito, é que ela se define realmente pelo seu caráter *libertário e transformador*. Libertário porque abre espaço para explicitar representações sexuais que estão relegadas a um segundo plano, marginalizadas. Transformador porque produz padrões e comportamentos sexuais não apenas secretamente desejados pelos seus consumidores, mas também que influenciam em sua vida sexual – para o bem ou para o mal.

O estudo da pornografia e de sua ação no comportamento sexual humano pode (e deve) ser uma importante forma de desmistificar ideias, de encarar nosso próprio comportamento sob uma visão diferente. Como a conscientização do indivíduo, de certa forma, pode apresentar perspectivas de melhorar o desempenho sexual.

A sexualidade é, de fato, um discurso. Como discurso, está presente na mídia, mesmo que de forma velada (MAINGUENEAU, 2010). Papéis e comportamentos são amplamente difundidos de forma massiva, pela grande inserção dos meios de comunicação em nossa vida cotidiana. Esses comportamentos são construídos e disseminados de forma midiática e afetam a construção não apenas da identidade de cada um, mas também de seu comportamento sexual.

Assim, o exercício da sexualidade interfere no movimento identitário. É nesse ponto que se faz sentir a influência da pornografia. A criação de um ideário de masculinidade e a imposição de comportamentos masculinos, apresentados pelos filmes pornográficos, podem afetar diretamente na construção de comportamentos sexuais.

Em termos de imaginário coletivo, segundo a concepção de Durand (2010), o filme pornô deve ser compreendido como uma representação da realidade socialmente construída e aceita. Difundidos de forma expressiva, os padrões de comportamento sexual moldados pela indústria pornô são impostos à massa de consumidores e por ela introjetados, assumidos como 'naturais' e sua reprodução na vida coti-

diana se torna algo desejável.

De fato, os filmes pornôs contemporâneos apresentam performances sexuais atléticas: vigorosas, de longa duração, corpos malhados, ampla variedade de posições sexuais e com fatura de ejaculação. Nas imagens do filme pornô, o ato sexual é convertido nesse ideal da performance sexual atlética. Mais que uma atividade prazerosa, saudável e necessária, o sexo se torna um espetáculo (KELLNER, 2003)!

Se os filmes pornôs apresentam performances sexuais atléticas, o imaginário coletivo se povoa do ideário de um super-sexo. Em certa medida, tal ideário acaba por povoar nossas expectativas, desejos, anseios, fantasias. Logo, essa é a performance sexual que se espera reproduzir.

É estabelecido um novo padrão de práticas, ações e comportamentos de cunho sexual que torna-se cada vez mais difícil de ser acompanhado e reproduzido. Com base nesse ideário de um 'super-sexo', cria-se uma expectativa de performance e desempenho sexuais que são irreais ou com poucas chances de serem fielmente reproduzidas tendo em vista nossas próprias limitações fisiológicas. Assim, muitas vezes a performance masculina é considerada falha ou decepcionante por não corresponder a esse padrão de comportamento e prática sexuais impostos pelo filme pornográfico.

Desse modo, pode-se inferir que, quanto mais longe da realidade do indivíduo se encontra tal lógica e tal estética, maior é o grau de frustração (sexual) do indivíduo, por sentir-se incapaz de reproduzir os padrões estabelecidos pela indústria pornô.

Além da cobrança autoimposta, há também a cobrança por parte dos parceiros sexuais, independente do seu gênero. Esses parceiros até podem não ser consumidores diretos dos produtos da indústria pornográfica, mas estão sujeitos indiretamente a aprender e apreender padrões de comportamento delimitados pelos filmes e, com isso, gerar expectativas. Neles também se reflete a expectativa do consumidor a respeito do parceiro.

Ou seja, com base no que se vê e se aprende com os filmes pornôs, gera-se uma cadeia de expectativas de comportamentos, práticas e performances. Sendo essas expectativas baseadas em um 'mundo de fantasia', sua transposição para o âmbito da realidade nua e crua do sexo está fortemente sujeita a angústias, frustrações e decepções.

O estudo da influência da pornografia no comportamento sexual humano pode ter uma importância fundamental no processo de redução de tais angústias e na busca de uma vida sexual (mais) saudável e livre de cobranças. Embora seja vista normalmente como entretenimento, já apontamos que a pornografia tem grande influência na imposição de comportamentos, ações e expectativas sexuais.

A partir do momento em que entendemos que nossos comportamentos também são frutos de um processo de aprendizado, podemos inferir que alguns comportamentos podem ser modificados, reaprendidos. Ou ainda que novas ideias e comportamentos podem ser inseridos em substituição aos antigos, de forma a propiciar uma busca saudável pelo prazer.

Mais especificamente, no âmbito do comportamento sexual masculino, o estudo da influência da pornografia pode contribuir para desmistificar ideias. Se a angústia do homem é não conseguir desempenhar aquele sexo performático que ele vê no filme pornográfico, é hora de entender – e de fazer entender – que tais práticas e performances não têm uma correspondência direta com a realidade – e nem precisam ter.

Num âmbito pessoal, é preciso compreender que as performances sexuais apresentadas nos filmes fazem parte de uma fantasia, de um ideal que é bastante diferente do real. Que os corpos que são vistos nos filmes são cuidadosamente escolhidos para satisfazer uma concepção estética construída por uma lógica de mercado. Que a grande preocupação, no contexto de produção do filme pornográfico, é com uma estética que seja *vendável*.

Talvez a própria pornografia possa, inclusive, se orientar e se pautar pela busca de performances mais realistas do que atléticas/estéticas. Enquanto esse dia não chega, é preciso que cada indivíduo se conscientize de que o verdadeiro super-sexo deve ser aquele que se é capaz de fazer/cumprir/desempenhar com prazer, ao invés daquele que se espera alcançar.

Ou seja, o verdadeiro super-sexo não é aquele que é mostrado nos filmes pornográficos – que são a expressão de uma fantasia, como toda pornografia. O super-sexo pode ser aquele que o ser humano é capaz de desempenhar, com seu corpo, seu desejo e seu afeto. Um sexo realista, sem truques de câmera e edição, que lhe proporcione prazer.

Portanto, no estudo da pornografia e sua

influência no comportamento sexual humano, a tarefa mais importante é desmistificar ideias e, de certa forma, realmente melhorar o desempenho sexual através da conscientização dos indivíduos. Dessa forma, o filme pornô, longe de ser algoz da vida sexual sadia, poderá servir como puro entretenimento e também como um manual orientador da busca de um prazer livre de cobranças.

Referências

ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARTH, Fredrik. "Os grupos étnicos e suas fronteiras". In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

CASTLEMAN, Michael. How does internet porn affect teens – really?. *Psychology Today*, New York, 17 maio 2011. Disponível em: <<http://www.psychologytoday.com/blog/all-about-sex/201105/how-does-internet-porn-affect-teens-really>>. Acesso em: 13 maio 2012.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a história de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. *Nas redes do sexo: Os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2010.

DURAND, Gilbert. "O paradoxo do imaginário no ocidente". In: *O imaginário*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

DUTRA, José L. 'Onde você comprou esta roupa tem pra homem?': A construção de masculinidades nos mercados alternativos de moda. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). *Nu & vestido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FISCHER, Rosa M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan.-jul., 2002.

FLAUSINO, Márcia C. "Mídia, sexualidade e identidade de gênero". *XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v. 2: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANCISCO, André H. S. *Sex tapes: questões de corporalidade, performance e masculinidade numa etnografia de um fetiche*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1992.

GOLDENSTEIN, Gisela T. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus Editorial, 1987. Coleção Novas Buscas Em Comunicação.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HUNT, Lynn. "Obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800". In: *A invenção da pornografia*. São Paulo: Hedra, 1999.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. *Revista Líbero*. São Paulo, ano VI, v. 6, n. 11, 2003.

LEMOS, Nina. "Mary del Priore: historiadora debate Barbie, aborto, erotismo e os mitos que a mulher leva para a cama". *Revista TPM*, São Paulo, 18 jul. 2011. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/revista/111/paginas-vermelhas/mary-del-priore.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

LINS, Regina N.; BRAGA, Flávio. *O livro de ouro do sexo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas *Revista Pro-Posições*. Campinas, v. 19, n. 2, p.56, maio-ago. 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAUSS, Marcel. Noção de Técnica Corporal. *Sociologia e Antropologia*. v. 2. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

MORAES, Eliane R.; LAPEIZ, Sandra M. *O que é pornografia?* São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.

MORAES, Eliane R. O efeito obsceno. *Cadernos PAGU*, Campinas, n. 20, 2003.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: UFMG, IUPERJ, 2004.

PARREIRAS, Carolina. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. *Cadernos Pagu*, n. 38, p. 197-222, jan.-jun. 2012.

STEARNS, Peter N. *História da sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2010.

O QUE É SER MULHER NA CONTEMPORANEIDADE?

Vanessa Nascimento Machado¹

WHAT IS IT TO BE A WOMAN IN CONTEMPORARY SOCIETY?

Resumo: Neste artigo, faço uma reflexão que enfoca a condição da mulher/ de ser mulher na sociedade atual a partir da leitura de alguns teóricos como: Moita Lopes, Guacira Louro, Agambem, Bell Hooks, Silvano Santiago, que abordam as questões da contemporaneidade, da escuta aos marginalizados da Teoria *Queer*, à transgressão das fronteiras de modo geral (na vida, na educação, da normatização, da conceituação de normas e condutas). Teorias que auxiliam a problematizar as imbricações de poder, diferença e desigualdade, teorias que trazem uma interrogação sobre a modernidade. Para além da utilização das teorias, procuro refletir a situação da mulher no mundo contemporâneo utilizando minha percepção como mulher que se encontra inserida no mercado de trabalho, que utiliza “dispositivos” e que busca conhecimento, de forma a poder construir uma discussão de modo situado. Coloco a mulher em situação de marginalidade. A questão contemporânea engloba a reinvenção da vida social, as formas de produzir conhecimento, além de colaborar para que se abram alternativas sociais com base na e com as vozes dos que estão às margens.

Palavras-chave: contemporâneo; modernidade; mulher

Abstract: This article is a reflection upon the condition of women/ of being a woman in contemporary society according to some theorists such as: Moita Lopes, Guacira Louro, Agambem, Bell Hooks, Silvano Santiago; addressing questions of contemporaneity, listening to the marginalized, Queer Theory, transgression of frontiers “generally speaking” (in life, in education, of normalization, of conceptual norms and conducts). Theories which point issues such as imbrication of power; differences and inequality and put forward questions about modernity). Beyond the utilization of the theories, this is a reflection about the situation of women in the contemporary world; utilizing my perception as a woman in the workforce, who utilizes ‘devices’ and seeking knowledge, as a way of constructing a situated way of discussion. Women are placed in a situation of marginality. The contemporary question of reinvention social life; of forms of producing knowledge, besides collaboration towards the opening of social alternatives based on, and containing, the voices of those who are on the margins.

Keywords: contemporary; modernity; women

¹Mestranda no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural Uneb/Campus II Alagoinhas, BA.
E-mail: machado.vanessa@yahoo.com.br

Ser mulher nos tempos atuais, em pleno século XXI, com tantos adventos tecnológicos e científicos, não nos garante vivenciar o dia-a-dia de forma igualitária ao homem. A nossa sociedade é regida por um sexismo que está enraizado; ao homem ainda cabe a visão de provedor do lar, e à mulher, o papel de boa esposa e dona de casa.

Posso afirmar com Santos (2012, p. 155) que “o lugar de onde vivencio as minhas experiências me é aquele que secularmente nos tem oferecido à paisagem desigual, racista e sexista da nossa sociedade”.

Assim como o racismo, o sexismo está presente há tempos em nossas vidas, reforçando o binarismo homem/mulher e a cultura machista que é dominante e impede que mulheres vivenciem por direito a busca de igualdade sexual, no mercado de trabalho, na conduta social de modo livre e espontâneo.

Precisamos aliar nossas forças na busca da transformação, no reconhecimento de quem somos (nós, mulheres), como nos vemos e o outro com o qual nos relacionamos.

A contemporaneidade e suas práticas discursivas

Ano 2015, século XXI, tempo caracterizado pelos desenvolvimentos tecnológicos, pela era da internet, das máquinas (smartphones, tablets, notebooks), dos sistemas de comunicação cada vez mais informatizados, das mídias e do consumismo desenfreado e valorizado pelo capitalismo. Para Agambem (2009, p. 40), os dispositivos utilizados na contemporaneidade são “qualquer coisa que tenha de algum modo à capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”.

Além da caracterização da contemporaneidade pelo uso dos dispositivos, também a caracterizamos por ser um tempo que faz reflexão contínua sobre si mesmo, se repensa insistentemente, acarretando profundos questionamentos sobre a vivência social atual e tentando explicar as mudanças que vivemos.

Lopes (2006, p. 86) traz que muitos teóricos contemporâneos como Pennycook, Fabrício e Nelson, entre outros têm “uma preocupação com as novas teorizações calcadas em novos modos de entender a vida social com base em críticas à modernidade”, tal projeto envolve a concepção de uma coligação anti-hegemônica que está na base da criação de um novo pluriversalismo. Desafiando a globalização, o capitalismo, o

ocidentalismo, o pensamento único.

Pensando assim, Louro (2004, p. 40 e 47) afirma que a Teoria *Queer* também pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo por problematizar noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação, dando sentido às sociedades contemporâneas, permitindo novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação.

Notoriamente faz parte da contemporaneidade a desconstrução de normas, condutas, conceitos, valores pré-determinados indo de encontro com a modernidade que valoriza o uso dos dispositivos e endeusa o consumo e a mídia como se eles construíssem quem somos, como pensamos e agimos. Ao capitalismo se deve o uso dos dispositivos que leva a desubjetivação do sujeito individual, tornando-o um sujeito espectral, constituído como um corpo social dócil e frágil, que inconscientemente é controlado e, por conseguinte, passa a atuar como máquina regida pelas estruturas governamentais (AGAMBEM, 2009).

Ainda, de acordo com Agambem (2009), a existência dos dispositivos tornou-se algo essencial para o ser humano, mas a contemporaneidade deve questionar o uso dos dispositivos, questionar a postura inerte que mantemos enquanto reféns dos dispositivos; discutir para nos tornarmos sujeitos capazes de impedir a desubjetivação. É necessário perceber a existência desses mecanismos, enxergar as partes obscuras que eles emitem e saber delimitar o seu uso, o que acarretará na renovação ou reinvenção de nossa existência, reinvenção da emancipação. Para Lopes (2006, p. 95):

o conceito de emancipação social aqui é diferente de sua compreensão na modernidade e no processo de ocidentalização, porque incorpora os diferentes grupos marginalizados (pela classe social, sexualidade, gênero, raça, etc.), [...] se trata de construir a compreensão da vida social com eles em suas perspectivas e vozes, sem hierarquizá-los.

Ainda, conforme, Lopes (2006), a linguística aplicada contemporânea se articula como essencial e se aproxima das áreas que focalizam o social, o político e o histórico. Ele organiza a discussão para o profissional contemporâneo que atua nesta área em quatro pontos: ser híbrido ou mestiço; relacionar teoria e prática, ouvir os marginalizados e ser uma área em que a ética e poder são pilares. Ao tomar as ideias do autor, considero que os quatro pilares apontados devem permear não só a linguística apli-

cada como qualquer outra área do conhecimento na contemporaneidade. Para qualquer profissional, em qualquer área, reinventar, renovar, emancipar, é necessário atuar de forma mestiça, relacionando teoria com prática, ouvindo e fazendo ouvir os marginalizados, tudo dentro da ética.

A Teoria *Queer* e outras vozes

O ato de nomear o corpo de um bebê como de menina ou menino faz com que o sujeito se comprometa, em um processo de legitimação, a obedecer às normas que regulam sua cultura, inaugurando, assim, um processo de feminização ou masculinização com o qual o sujeito se compromete e inevitavelmente instaura a posição binária mulher/homem, pois

Definir alguém como homem ou mulher, como sujeito de gênero e de sexualidade significa, pois, necessariamente, nomeá-lo segundo as marcas distintivas de uma cultura – com todas as consequências que esse gesto acarreta: a atribuição de direitos ou deveres, privilégios e desvantagens... ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial. A significação que lhes atribui é arbitrária, relacional e é também disputada... normas regulatórias de gênero e de sexualidade precisam ser continuamente reiteradas e refeitas. (LOURO, 2004, p. 89).

A Teoria *Queer* é justamente a oposição a esse binarismo feminino/masculino, a essa nomeação dos corpos e suas normas regulatórias. “*Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2004, p. 8). Na contemporaneidade, ser *Queer* é fazer parte das minorias, dos marginalizados.

Na visão de Santiago (2002) e Lopes (2006), as minorias estão tendo outras e mais fortes possibilidades de se fazerem ouvir. Há uma nova expectativa com relação aos marginalizados históricos do multiculturalismo da classe dominante do passado, eles estão se manifestando por uma atitude mais cosmopolita, mais multiculturalista.

O multiculturalismo é um fenômeno que vem ocorrendo atrelado ao caráter transcultural do mundo contemporâneo, promovendo discussão acerca da identidade no jogo de tensão com as forças hegemônicas. Ele resgata os grupos étnicos e sociais, índios, mulheres e negros, buscando a convivência e o diálogo entre as diferenças ao invés da homogeneização das partes, de acordo com Santiago (2002).

Desconstruir discursos e referências rígidas,

eleger outros e novos espaços em confronto com a norma estabelecida, buscar em uma “segunda camada” de referência, aqueles e aquilo que ficaram soterrados ou à margem em virtude das relações de dominação e poder. Como afirmou Bell Hooks (2013), transgredir como prática de liberdade; a transgressão é vista como ato de resistência e empoderamento, significando abrir nossas mentes para conhecer o que está além das fronteiras. Isto é *Ser Queer* (grifo meu).

O que é ser mulher na contemporaneidade

Para Moita Lopes (2006), os que estão à margem são os pobres, favelados, os negros, indígenas, homens e mulheres homoeróticos, mulheres e homens em situação de dificuldades sociais, entre outros.

Ao iniciar a discussão sobre a percepção da mulher na contemporaneidade, a partir do entendimento de Moita Lopes, ressalto que a mulher, independente da situação, compõe o grupo de pessoas que estão à margem e não apenas as mulheres que estão em situação de dificuldades sociais, como diz o autor. Coloco isso baseada em minha vivência como mulher, inserida no mercado de trabalho, na sociedade machista e capitalista e buscando aprimoramento científico. Percebo em minha experiência profissional como sexóloga, que é constituída por desafios e questionamentos a respeito do meu papel nesta área de atuação. Questionamentos oriundos das pessoas devido ao fato de ser mulher e estar livremente falando sobre sexo, questionamentos sobre a minha formação profissional na área da Enfermagem; questionamentos esses imbuídos de preconceitos e discriminação por ser uma profissional “não médica”.

A enfermagem é considerada opção de escolha profissional de mulheres e/ou daquelas pessoas que não conseguiram fazer medicina. Claramente considerada uma classe inferior e subordinada à medicina, a(o) enfermeira(o) é para servir ao médico(a). A própria história da Enfermagem traz a mulher como aquela que é a responsável pelo cuidado dentro da família, é ela quem possui atributos para tal como dedicação, abnegação, delicadeza, capaz de executar trabalho manual e não intelectual, características “ditas” definidoras do gênero feminino. Todas consideradas atributos para uma boa enfermeira, (GEOVANINI, 2002).

Os desafios surgem constantemente: são pacientes solicitando prescrições medicamentosas como se remédios fossem a solução para os problemas; são profissionais das mais diversas áreas ques-

tionando a atuação de uma enfermeira em consultório clínico e não na prestação de cuidados a pacientes hospitalizados. É a indagação constante de “como dar conta”, uma vez que para a mulher que se inseriu no mercado de trabalho restou a soma das atribuições (trabalho extra domiciliar, maternidade e administração doméstica). O homem não incorporou a divisão de obrigações; aquele que realiza alguma atividade espontaneamente o faz em tempos esporádicos e por curtos períodos sem que se sinta no papel de “obrigação” de companheiro ou pai.

Não muito tempo atrás, em minha infância (décadas de 1970, 1980), as mulheres lutavam por seus direitos civil, político e ideológico. Hoje já observamos a maior participação feminina de um modo geral nas diversas áreas; mas a que preço? E os valores entre feminino e masculino são dialogados igualmente? A mulher atual apresenta a mesma condição financeira, social, política que o homem?

Guedes (1995), citado por Santos (2012) nos situa três momentos importantes na história do movimento de mulheres no Brasil, entre eles o de 1989 até o momento atual, quando se busca refletir/discutir as relações entre o feminino e o masculino, uma vez que um não existe sem o outro. Instaurar o diálogo implica sair do gueto e se abrir ao mundo.

Conclusão

Considera-se o “ser mulher” como um solo movediço, visto inter-relacionar-se na contemporaneidade com questões sociais carregadas de preconceitos. Existe uma liberdade exagerada para a utilização dos dispositivos, das mídias, dos bens de consumo, mas, ela também compõe o cenário contemporâneo de falta de liberdade de expressão feminina, por exemplo, a sexual.

Problematizar os modos de viver, integrar as mudanças que vivemos e dar vez a outras vozes do cenário contemporâneo continuam sendo caminhos a se buscar. Talvez ainda muito distantes, mas não por isso deixemos de tentar para que num futuro, ainda que distante, esses nossos questionamentos, essas problematizações por nós discutidas possam de fato deixar de estar às margens e realmente a mulher poderá vivenciar um papel de reconhecimento com todas as suas características ditas femininas (delicadeza, sensibilidade, cuidado), mas também as características ditas masculinas (força, determinação, saber o que quer) e, de fato, ter liberdade de escolhas para sua vida sem ser pré-julgada ou pré-condenada.

O objetivo é chamar a atenção para que as pessoas tenham:

um olhar mais sensível ao reconhecimento das diferenças, sejam elas de “raça”, gênero... discutirem formas de desigualdade, preconceitos e discriminação, como também apontarem saídas, no sentido de enfrentamento das suas condições de existência neste contexto, direcionadas para a utopia de uma sociedade menos desigual. (SANTOS, 2012, p. 144).

Soma-se a esse contexto a minha crença de que essa discussão pode ser um caminho para o empoderamento feminino.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?: e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, 2009.

GEOVANINI, Telma [et al]. *História da enfermagem: versões e interpretações*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LOPES, Luiz P. de M. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

LOURO, Guacira L. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTIAGO, Silvano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG 2008.

SANTOS, Terezinha O. Mulheres negras, escolaridade, sexismo e subordinação: identidades expostas na sala de aula. *Pontos de Interrogação: Linguagens, identidades e letramentos*, – v. 2, n. 2, jul./dez. 2012.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MASTURBAÇÃO FEMININA: REPERCUSSÃO DE CURSO NA MÍDIA ELETRÔNICA

Aline Castelo Branco¹

FEMALE MASTURBATION: IMPACT OF COURSE ON ELECTRONIC MEDIA

Resumo: Este artigo analisa a repercussão na internet de um curso de masturbação para mulheres que pretende empoderá-las sobre seu corpo e sua sexualidade, promovido por uma empresa privada, em Salvador. A temática é justificada em decorrência do próprio processo histórico de como é tratada a questão do prazer feminino. A autora toma como base o site Ibahia, que publicou, em 24 de agosto de 2015, a primeira informação sobre o evento. A partir deste site outros 25 republicaram a mesma informação sobre o curso, incluindo um portal da Igreja Católica que trouxe como manchete da matéria: "O avanço da Sodoma moderna". A análise foi feita através de um mapeamento na plataforma Google, bem como, de captura de tela dos sites. O objetivo principal é entender como os veículos de comunicação on-line formam seus discursos sobre a sexualidade para atrair os internautas e qual é a reação deles diante da notícia. A pesquisa verificou que foi a publicação mais lida da semana no site Bahia, com mais de 100 comentários na postagem, muitos preconceituosos e agressivos como: "Deve ser um curso preparatório para as meninas que querem seguir carreira de garota de programa", "vou emprestar meu jumento para essa turma aí". A pesquisa em um segundo momento toma como base a aplicação do questionário com as 100 participantes do curso e tem Foucault como referencial teórico, principalmente seus conceitos de poder e dispositivo de sexualidade, visto que a masturbação feminina é observada até os nossos dias como tabu.

Palavras-chave: masturbação; curso; mídia; discursos; Foucault

Abstract: This article analyzes the impact the Internet a masturbation course for women who want to empower them on your body and your sexuality, sponsored by a private company, in Salvador. The theme is justified as a result of the historical process is treated as the issue of female pleasure. The authors take as a basis the Ibahia website has published, on 24 August 2015, the first information about the event. From this site another 25 reprinted the same information about the course, including a portal of the Catholic Church that brought the headline of the matter: "The advancement of modern Sodom". The analysis was made through a mapping in Google platform as well as in print sites. The main objective is to understand how online media outlets make speeches about sexuality to attract Internet users and what the reaction of the same at the news. The survey found that in Bahia News website it was the most widely read publication this week, with over 100 comments in the post, many biased and aggressive as: "It should be a preparatory course for girls who want to follow a call girl career", "I will lend my ass for this class there". The study takes as theoretical Foucault, especially in his concepts of power and sexuality device, as female masturbation is observed to this day as taboo.

Keywords: masturbation; course; media; speeches; Foucault

Dada a natureza estranha da masturbação, não é nenhum espanto que anunciemos o nosso casamento e que nos gabemos dos nossos casos e conquistas, mas silenciosamente mantemos as nossas práticas masturbatórias para nós mesmos.

Alan Soble

¹Jornalista, especialista em análise do discurso audiovisual (UFBA), educadora sexual e mestranda em educação sexual na Unesp, Campus de Araraquara. E-mail: alinecastelo@gmail.com

Introdução

É difícil na sociedade atual ouvir uma mulher, declaradamente, dizer: Eu já me masturbei. Por mais que tenha praticado, o ato é silenciado, e manter este segredo, é reafirmar que a sexualidade feminina, ainda é um assunto privado. A prova está no relatado do parágrafo inicial do livro *Elogio da masturbação* de Philippe Brenot (2006). Ele resume em poucas linhas a riqueza, complexidade e a herança conturbada com que se lida quando o assunto é masturbação:

Confesso aqui publicamente e como acto expiatório: Sim, já me masturbei... e várias vezes! Esta confissão de um crime abjecto reforçado pela reincidência ter-me-ia custado a vida em Espanha, no tempo da Inquisição, ter-me-ia valido a prisão no século XVIII, umas bastonadas e sevícias corporais no século XIX e desprezo e uma dura reprovação ainda há bem pouco tempo. Hoje deixa alguns indiferentes, mas ainda melindra outros cujas dúvidas os deixam sem saber o que pensar sobre isso. (p. 9)

Ao longo de séculos, a masturbação tem sido acompanhada de um conjunto de reações negativas. Universalmente praticada desde sempre, tal como as evidências históricas demonstram, a masturbação foi encarada de várias formas, em diferentes locais e em diferentes culturas (CORNOG, 2003), estando esse conjunto de visões negativas associado, genericamente, aos países ocidentais de influência católica. Ora, se a prática antigamente e nesta sociedade pós-moderna também silencia a masturbação, o que dizer quando métodos são criados para reforçar a prática, principalmente, pelas mulheres? Foi o que aconteceu em 2015. Uma empresa de Salvador lançou o curso de masturbação feminina, tendo como objetivo estimular e ensinar a prática às mulheres sexualmente reprimidas.

A notícia, até então nova, foi tratada como algo fora da ordem, do "natural" ou, no mínimo, do conhecido, causando uma grande repercussão na mídia brasileira. É justamente essa repercussão que pretendemos analisar na forma do discurso e do enunciado do título da notícia, bem como os motivos pelos quais as mulheres procuraram e fizeram o curso de masturbação. Segundo a empresa que promoveu o curso, foi recebida uma média de 500 e-mails de pessoas interessadas, sendo que participaram apenas 100.

Metodologia

Para avaliar a repercussão da notícia sobre o curso de masturbação em sites e blogs dividimos a pesquisa em dois momentos: qualitativa e quantitativa. Primeiro foi necessário fazer uma análise do discurso do enunciado da matéria veiculada a partir da primeira notícia publicada sobre o assunto, no dia 24 de agosto de 2015.

O título da matéria do site Ibahia é "Salvador recebe curso de masturbação para mulheres em setembro". Para buscar a quantidade de sites que publicaram a mesma informação, fizemos uma busca pela ferramenta de pesquisa on-line Google, percorrendo apenas as quatro primeiras páginas listadas no resultado do site de pesquisa. No mesmo dia da publicação da primeira notícia feita pelo Ibahia, com algumas horas de diferença, encontramos outros 25 sites que replicaram a mesma matéria, alguns trocando palavras do enunciado, como o verbo receber por terá, mas mantendo as mesmas informações do discurso da veiculação original. Neste sentido, catalogamos os resultados encontrados por meio de capturas de telas de fotos e partimos para a construção do pensamento.

O segundo momento foi analisar e catalogar os dados do questionário respondido pelas 100 mulheres participantes do curso de masturbação, para chegar a alguma conclusão que nos faça entender o porquê de a aplicação de uma atividade como essa pode gerar tanta polêmica, e como um curso pode contribuir para o autoconhecimento da mulher e o seu empoderamento. Esse questionário foi entregue impresso a cada participante, foi solicitado que elas mesmas o respondessem antes do início do curso. Era um questionário fechado que continha cinco perguntas: O que acha da masturbação? Já se masturbou alguma vez? Seu parceiro pede para você se tocar durante o sexo? Você alguma vez chegou ao orgasmo se masturbando? O seu prazer é maior quando se masturba ou no sexo com seu parceiro durante a penetração? As respostas foram analisadas e coletadas posteriormente pela pesquisadora. O resultado será abordado mais adiante, no tópico Análise de dados.

O discurso da mídia como ferramenta que propaga e provoca

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva (FOUCAULT, 1986). Essa é uma das inúmeras definições de discurso, presentes na obra *A arqueologia do saber*, de Foucault. Em quase todas as formulações sobre discurso, o filósofo refere-se ao enunciado. Discurso como número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência, ou como domínio geral de todos os enunciados, grupo individualizável de enunciados, prática regulamentada dando conta de certo número de enunciados são algumas delas (p. 90, p. 135).

O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história é o que diz Foucault (p. 146). Ora, dizer que o discurso é, sobretudo, histórico implica necessariamente falar na relação entre o discursivo e o não-discursivo, na impossibilidade de separar o lado de dentro do lado de fora dos enunciados, significa falar na economia dos discursos em sua produtividade visível. Em uma das passagens de *A arqueologia do saber*, o autor situa discurso como:

Um bem finito, limitado, desejável, útil que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (p. 139).

A palavra luta apresenta dois sentidos, no contexto da nossa análise, em se tratando da repercussão, na mídia, de um curso de masturbação para mulheres. No verbal, o que é dito, quer dizer “essa mulher precisa aprender a gozar”, é o sentido de luta positiva pelo empoderamento feminino face a um discurso não verbal, que não é dito, que quer dizer “Isso é realmente possível?”, é o sentido de luta negativa incorporado por uma parte da sociedade que discrimina métodos de aplicações práticas para o desempenho sexual do ser humano.

A criação dessa ilusão de “unidade” do sentido é um recurso discursivo que fica muito evidente nos textos da mídia, principalmente no enunciado. Como o próprio nome parece indicar, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os

textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.

Ora, a mídia, ao mesmo tempo em que é um lugar de onde várias instituições e sujeitos falam como veículo de divulgação e circulação dos discursos considerados verdadeiros em nossa sociedade, também se impõe como criadora de um discurso próprio. Porém, pode-se dizer que nela, talvez mais do que em outros campos, a marca da heterogeneidade é quase definidora da formação discursiva em que se insere, além de ser bastante acentuada. Poderíamos dizer que hoje praticamente todos os discursos sofrem uma mediação ou um reprocessamento através dos meios de comunicação. Nessa pluridiscursividade do social, está em jogo a luta pela imposição de sentido, a luta entre vários discursos, na conquista de novos sujeitos.

Análise dos dados da pesquisa

O enunciado do site Ibahia, postado no dia 24 de agosto de 2015, diz: “Salvador recebe curso de masturbação em setembro”. A palavra receber é um verbo transitivo direto, isso acaba determinando as relações entre o significado de um verbo e seu complemento, o que demonstra na frase a posse de algo que nunca foi realizado, bem como, faz uma analogia no sentido de introdução de algo que pode ser prazeroso ou não, tendo em vista seu objeto direto “curso de masturbação”. O enunciado provoca no leitor a curiosidade de descobrir o sentido da coisa e como o sujeito, Salvador, receberá esse curso. É aí que se constitui a imaginação do receptor dentro desse processo discursivo.

Para Foucault, tudo está imerso nessas relações de poder e saber que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver, constituem práticas sociais permanentemente presas por definição, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. Nesse sentido, o discurso ultrapassa a simples referência às coisas, existem para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. É a esse “mais” que o autor se refere, sugerindo que seja descrito e apanhado a partir do próprio discurso, porque as regras de

formação dos conceitos, segundo Foucault, não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos; pelo contrário, elas estão no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo (FOUCAULT, 1986, p. 70).

No enunciado do Ibahia, o texto é de uma instituição que detém o poder de influenciar, fazendo parte do maior grupo de comunicação do estado da Bahia, dominado pela família do político Antônio Carlos Magalhães. Portanto, usa-se de um forte domínio da língua e do poder, chamando a atenção por meio do que foi dito no contexto atual sobre masturbação para atrair a atenção dos leitores e, assim conseguir, mais *clicks* na notícia e visibilidade no site. Para isso, utilizou de uma maneira leve, não tanto popular e sem apelação, como está representada na foto publicada ao lado da notícia, por metade do corpo feminino mostrando somente a barriga por ser uma região sensual e com a mão da moça tentando entrar na calcinha. Percebe-se que essa forma de colocar a mão no início da região genital, estando ainda vestida, reforça o que esta pesquisadora comprovou na aplicação do questionário com as 100 participantes do curso: que a sexualidade feminina, mesmo no século XXI, e, apesar de algumas conquistas, ainda é vista com certa repressão.

Resultado do questionário

O questionário com cinco perguntas pretendeu investigar: o que a mulher acha da masturbação; se ela já se masturbou alguma vez; se seu parceiro pede para ela se tocar durante o sexo; se a mulher tinha alguma vez chegado ao orgasmo se masturbando; por último, se o prazer era maior quando se masturbava ou durante a relação de penetração com o parceiro.

91% das entrevistadas acham a masturbação necessária, 3% a encaram como pecado. 58% das entrevistadas disseram ter se masturbado “às vezes” e 34% afirmaram que sempre se tocam. Mas, no entanto, ao se tocar poucas conseguem chegar ao orgasmo: 28% nunca conseguiram e 21% das pesquisadas afirmam que demoram mais a chegar. Mas quando a masturbação é inserida como prática entre o casal durante o sexo e não de forma solitária, esse número reduz-se: 39% declararam que uma vez ou outra o parceiro pede para ela se tocar e 8% dizem que pede, mas ela não faz; 45% delas sentem maior prazer na penetração e com o com-

panheiro. A conclusão desta análise é reflexo de uma posição histórica de repressão pela qual passou a prática da masturbação e que ainda hoje é condenada ao silêncio, segredo e vergonha, até entre o próprio casal, com mais ênfase na mulher.

Reprodução do discurso

A análise sobre a repercussão da notícia na internet prosseguiu com a busca nas primeiras quatro páginas de resultados da pesquisa feita no portal Google. Foi constatado que a partir da publicação do site Ibahia, outros 25 sites republicaram a informação sobre o curso, alguns utilizando a mesma imagem, outros a substituíram para chamar mais a atenção como forma de apelo. Dentre esses 25 sites, encontramos um portal da Igreja Católica chamado *Rainha Maria* que trouxe como manchete da matéria: “O avanço da Sodoma Moderna” com a foto de uma serpente e uma mão segurando uma maçã. A configuração da foto remete ao fruto proibido. A Igreja Católica, instituição que se pronuncia e que, também, instituiu, desde a Idade Média, normas para práticas sexuais dos seres humanos, vê o ato de masturbação como pecado. Nesse sentido, está implícito tanto na foto quanto no enunciado o reforço do dogma que começou com a história de Adão e Eva.

No Jardim do Éden, Eva colhe uma maçã, tasca-lhe uma dentada e oferece a fruta a Adão, que também prova. É assim, segundo o livro do Gênesis, que o primeiro casal criado por Deus cai em pecado. Mas quem disse que o fruto proibido era uma maçã? Não há uma única referência a essa fruta na Bíblia, no entanto, a versão original do texto só se refere ao “fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal”. Mas como ficou gravada na história, a imagem do pecado se relaciona à maçã. Já a serpente, metaforicamente representa a imagem do Diabo e ela é quem persuade Eva a colher a maçã. Percebe-se aí uma analogia presente nesse discurso imagético quando comparamos com as referências que se fez do curso de masturbação. Há alguém que quer impor a sua verdade para que outro sujeito a aceite e no caso, participe do que seria esse “pecado/orgia”.

Ora, se tocar o próprio corpo, para católicos, é algo contagioso, ensinar a prática como processo pedagógico seria, então, o fim do mundo? Não poderia ser um projeto de melhoramento de vidas?

A bíblia relata em Gênesis 19, os pecados de Sodoma e Gomorra a maioria ligada à homossexualidade e perversão sexual. Nesse caso, diante desta afirmação, recorreremos ao poema de Alan Soble (2007), quando diz que “a masturbação é homossexual: um homem satisfaz sexualmente um homem ou uma mulher satisfaz sexualmente uma mulher”. Talvez seria por esse motivo “O avanço da Sodoma moderna”?

Partindo do pressuposto que estamos em uma sociedade evolutiva até em seus conceitos sexuais e na eterna discussão da dicotomia do que é moral e amoral, podemos citar o conceito de Bauman, que nos remete à sociedade líquida. (BAUMAN, 2001). Essa liquidez se transforma diariamente, toma as formas que em um determinado momento o modismo a obriga tomar, e como toda moda que se impõe, ela também está sujeita à aceitação ou à rejeição. Foi o que verificamos em outro momento da pesquisa. No site *Bahia Notícias*, por exemplo, a notícia sobre o curso foi à publicação mais lida da semana, com mais de 100 comentários na postagem, muitos preconceituosos e agressivos como: “Deve ser um curso preparatório para as meninas que querem seguir carreira de garota de programa”, “vou emprestar meu jumento para essa turma aí”.

Podemos descrever a foto postada no site *Bahia Notícias* para compor o título: “Curso de masturbação para mulheres é realizado em Setembro, em Salvador”, da seguinte maneira: aparece a imagem de parte de um corpo branco e feminino da cintura para baixo até metade da coxa. Ela está deitada com a barriga à mostra sem blusa, mas, no entanto, ela veste uma calça jeans, o zíper e os botões da calça estão abertos e a mão direita da moça toca levemente a calcinha de cor vermelha deixando os quatro dedos escondidos e apenas o dedo polegar aparece um pouco abaixo do umbigo. Notamos que o vermelho expresso na cor da calcinha simboliza a paixão, a sensualidade, o prazer e estimula a imaginação de quem vê a imagem.

Outra observação é o enunciado, que traz o verbo *realizar* no presente dando sentido de colocar em prática, ser, acontecer. Realizar é um verbo transitivo direto com o sentido de algo desejado, um sonho, por exemplo. Neste caso, sonho de muitas mulheres que nunca conseguiram chegar ao orgasmo na vida, sonho de pôr fim a uma repressão sexual. Talvez a forma como este enunciado foi elaborado tenha provocado uma reação dos leitores, tendo em vista que a notí-

cia foi a mais lida da semana com mais de 500 comentários na postagem. Nesse sentido, e por meio dos estudos de Foucault chegamos ao conceito de “anormalidade”, que no ocidente esteve atrelado a três categorias, definidas a partir do século XVII e que constituem o discurso sobre o anormal: o monstro humano, o indivíduo incorrigível e o masturbador, que vão se articular naquilo que será o discurso sobre o anormal no século XX. Partindo desse princípio, o masturbador, envolve a família burguesa que deveria estar atenta aos prazeres secretos de seus filhos e, em vista disso, a masturbação passa a ser um segredo compartilhado por todos (FOUCAULT, 2001).

Assim, a masturbação se torna muito mais visível e sai do seu universo de silenciamento para ser alvo de discussões nos vários campos do saber, como a antropologia, medicina, ciências sociais, entre outros. Mesmo ainda observando algumas reações negativas quando se trata do assunto nos meios de comunicação, a masturbação, ao ser abordada como tema, reforça a ação, como sendo, um ato erótico fundamental no desenvolvimento psicosssexual do indivíduo.

Dos 25 sites pesquisados, apenas quatro sites publicaram a informação do curso sem inserir qualquer tipo de recurso visual no conteúdo. Foram blogs como: *Blog do Valente*, *Visão Ampla Brasil BA*, *Mídias Social CG e Correio 24 horas*, sendo este último de grande representação e bastante conceituado no estado da Bahia. Entre os demais verificamos fotos com mulheres seminuas tocando na vulva, foto do rosto da mulher sentindo a sensação de prazer e fotos sensuais da parte posterior do corpo feminino com a moça usando roupas claras ou mostrando de maneira suave a calcinha. Isso reforça o que Foucault diz: “O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história” (FOUCAULT, 1986, p. 146).

Conclusão

O que procuramos com este artigo, a partir de Foucault, é mostrar que um determinado objeto (como o conjunto de enunciações sobre o curso de masturbação) existe sob condições, positivas na dinâmica de um feixe de relações e, que há condições de aparecimento histórico de um determinado discurso, relativas às formações não discursivas (instituições, processos sociais e econômicos). Portanto, percebe-se que esses discursos não produzem os mesmos efeitos. Fica claro que um curso um tanto inusitado

sobre masturbação, ao ser manchete de vários sites de notícia, coloca em evidência o que esta pesquisadora chama de Sociedade da Hipocrisia Íntima, em que se vive num ambiente civilizatório, ao mesmo tempo, conservador no seu íntimo e liberal na sua imaginação. Pessoas imaginam, mas não realizam. Pessoas têm desejos, mas os reprime para evitar o julgamento social. No entanto, diante do alvoroço midiático da informação, houve um efeito reverso: aguçou a curiosidade das mulheres aumentando a procura pelo curso e pela a busca do próprio prazer.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. "A criação e anulação dos estranhos." In: *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 27-61.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRENOT, Philippe. *Elogio da masturbação*. Campo das Letras Editores,. 2006. 88p.

CORNOG, M. *The big book of masturbation: – From Angst to Zeal*. São Francisco:. Down There Press, 2003

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SOBLE, A. "Masturbation: conceptual and ethical matters". In: *The philosophy of sex*. Boston:. Rowman & Littlefield, 2007. p. 67-94

O CONTROLE DA SEXUALIDADE FEMININA E O CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA*

Alice Taylor¹; Vanessa Fonseca²

CONTROL OF FEMININE SEXUALITY AND CHILD AND ADOLESCENT MARRIAGE

Resumo: Com base na literatura sobre o tema e em uma pesquisa realizada pelo Instituto Promundo³ em dois estados brasileiros, este artigo busca discutir a relação entre a vivência da sexualidade das meninas e o casamento na infância e adolescência. A pesquisa mostrou que o controle da sexualidade das meninas é influenciado por vários fatores: desde a sociedade (por exemplo: percepções de moradores das mesmas comunidades dos casais entrevistados, e relatos sobre a influência da mídia e a religião), pares, parentes e maridos. O casamento surgiu no discurso dos entrevistados como “solução” para evitar o que esses atores consideram “riscos” nas vidas das meninas, associados à uma vida sexual mais livre. A decisão pelo casamento, assim, está muitas vezes baseada no controle da sexualidade. Tem implicações diretas nos direitos sexuais e reprodutivos das meninas, e promovem as relações desiguais de gênero.

Palavras-chave: sexualidade; casamento na infância e adolescência; gênero; direitos sexuais e reprodutivos

Abstract: Based on the literature and a study conducted by Promundo Institute in two Brazilian states, this article discusses the relationship between experiences of sexuality and marriage involving girls during childhood and adolescence. The research shows that control of girls' sexuality is influenced by multiple actors: from society (i.e., perceptions of community members, and based on reports about the influence of media and religion), to peers, family members and husbands. Research participants described marriage as a “solution” to avoid what they consider “risks” in girls' lives, i.e., a liberal sexual behaviors. These decisions to marry are therefore often based on control of girls' sexuality. Such decisions also have direct implications on girls' sexual and reproductive rights and they promote unequal gender relations.

Keywords: sexuality; child and adolescent marriage; gender; sexual and reproductive rights

• Texto baseado na pesquisa “Ela vai no meu barco” (TAYLOR et al., 2015).

¹ Pesquisadora e coordenadora de projetos do Instituto Promundo, e tem mestrado em relações internacionais com especializações em gênero e segurança humana (Fletcher School, Tufts University, Estados Unidos). E-mail: aliceytaylor@gmail.com.

² Coordenadora de programas do Instituto Promundo e doutoranda em psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: vnfonseca@gmail.com.

³ Fundado no Rio de Janeiro, Brasil, em 1997, a missão do Promundo é promover masculinidades e relações de gênero não-violentas e igualitárias ao redor do mundo.

I. A problemática

Um casamento, sendo formal ou informal, que envolve uma menina ou um menino com idade inferior a 18 anos é internacionalmente conhecido como *casamento infantil*.⁴ Embora tanto meninos quanto meninas vivenciem casamentos infantis, meninas são significativamente mais afetadas por essa prática.

No conjunto de evidências sobre casamento na infância e adolescência na América Central e América Latina, o Brasil se destaca pelo alto contraste entre o ranking elevado em números absolutos e a falta de pesquisas sobre o assunto. De acordo com a estimativa do PNAD⁵, o Brasil ocupa o quarto lugar no mundo em números absolutos de mulheres casadas até a idade de 15 anos, com 877 mil mulheres com idades entre 20 e 24 anos que se casaram até os 15 anos (11%). O Brasil é também o quarto país em números absolutos de meninas casadas com idade inferior a 18: cerca de 3 milhões de mulheres com idades entre 20 e 24 anos casaram antes de 18 anos (36% do total de mulheres casadas nessa mesma faixa etária). De acordo com dados coletados no Censo de 2010, pouco mais de 88 mil meninas e meninos (idades entre 10 e 14 anos) estão em uniões consensuais, civis e/ou religiosas, no Brasil.⁶

Apesar desses números, o Brasil tem se mantido ausente das discussões e posicionamentos globais sobre o casamento infantil. Embora exista um conjunto relevante de pesquisas e debates sobre políticas públicas em torno de assuntos relacionados aos direitos e a saúde sexual de crianças e adolescentes – tais como gravidez na adolescência, evasão e abandono escolar, exploração sexual na infância e adolescência, trabalho infantil e violência contra mulheres e crianças – nenhum estudo aborda a prática do casamento nesta faixa etária diretamente,

ou suas causas e as consequências para as vidas de milhões de meninas e jovens mulheres. Não seria inverossímil supor que questões morais façam com que diversos temas relacionados à vivência da sexualidade sejam problematizados, mas o casamento passa despercebido como questão a ser refletida no processo de promoção dos direitos sexuais das meninas.

Internacionalmente, o casamento (heterossexual) e a maternidade têm se mantido central como expectativa para a vivência da sexualidade e função reprodutiva das meninas e mulheres (BUFFINGTON; LUIBHÉID; GUY, 2004). Esse padrão patriarcal é consistente na América Latina, onde também é marcado pela história colonial que reforça relações de poder entre classes sociais, raça/etnia e gênero (CHANT; CRASKE, 2003). A conexão entre as normas de gênero e a sexualidade influenciam fortemente os relacionamentos sexuais e afetivos, desde relacionamentos de namoro até o casamento.

Em particular, as decisões pelo casamento são frequentemente influenciadas pelo desejo de controlar a sexualidade das meninas, sobretudo no que diz respeito à iniciação sexual e à gravidez (SOHRAINDO, 2013), especialmente em contextos caracterizados por altos índices de violência urbana e limitadas oportunidades de educação e de trabalho futuro para meninas. Pesquisas mostram como as normas de gênero e sexualidade agem sobre as dinâmicas de poder entre o casal, e estão ligadas a violência sexual, sexo transacional, HIV/AIDS e a gravidez não planejada (HESLOP, et al., 2015; DUNKLE, et al., 2004).

A pesquisa apontou uma falta de conhecimento por parte de diversos participantes, sobre a legislação.⁷ Além dessa falta de conhecimento, a principal questão trata da falta de incorporação das normas relacionadas à sexualidade dentro

⁴ De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), assinada e ratificada pelo Brasil em 1990. Atualmente é o marco mais utilizado e de maior consenso entre profissionais e pesquisadores no nível global. A palavra 'adolescência' é acrescentada nesta pesquisa dado que muitos casamentos no Brasil e na região da América Latina envolvem meninas não apenas na fase da infância como também na adolescência. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) brasileiro, que surge pouco depois do CDC, distingue entre as faixas etárias da infância (menores de 12 anos) e adolescência (12 a 18 anos).

⁵ Porcentagens na faixa etária 20 a 24 da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNAD) de 2006: p. 161, Tabela 2: "Idade na primeira união", disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_PNDS2006_04julho2008.pdf> (Essas porcentagens são as mesmas usadas em UNICEF, 2014. The state of the world's children 2014). Fonte de números absolutos usados no ranking Statistics and Monitoring Section, Division of Policy and Strategy, UNICEF (2013), feito em Vogelstein, 2013. O cálculo do ranking foi baseado em uma população de mulheres entre 20 a 24 anos (2011). Devido à falta de dados disponíveis, o ranking exclui a China, Bahrein, Irã, Israel, Kuwait, Líbia, Omã, Catar, Arábia Saudita, Tunísia e Emirados Árabes Unidos, entre outros países.

⁶ IBGE, Censo Demográfico 2010. Também entre outros países da América Latina e Caribe, os níveis de ocorrência são maiores apenas na República Dominicana e Nicarágua.

⁷ No Brasil, a idade legal para o casamento é de 18 anos para homens e mulheres, embora ambos possam se casar aos 16 anos com o consentimento de ambos os pais ou responsáveis legais. Algumas exceções, no entanto, segundo o Código Civil permitem que menores de idade possam se casar com menos de 16 anos, como no caso de uma gravidez.

da legislação e dentro de debates sociais. Esta falta de incorporação se torna mais complexa quando se trata das idades das crianças e adolescentes (em comparação com adultos). No Brasil, a definição de “criança” estabelecida pela ECA também difere da norma legislativa internacional (a Convenção da Criança e Adolescente), em que “criança” é menor de 18 anos.

Muitos debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes se centram entre os conceitos de “autonomia” versus “proteção” (CARVALHO; et al., 2012; UZIEL; BERZINS, 2012). No intuito de proteger crianças e adolescentes de diversas formas de violências sexuais, as normativas que tratam dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, muitas vezes, estão pautadas principalmente na ideia da prevenção da violência e não na afirmação da experiência sexual (CHEVITARESE; FONSECA, 2013). A sexualidade é invisibilizada e não se discutem caminhos para vivenciá-la na proposição de políticas para crianças e adolescentes. Por outro lado, a afirmação da autonomia não pode ignorar como as decisões tomadas são afetadas pelas relações desiguais de poder (baseadas em gênero e faixa etária) e a falta de oportunidades em que vivem as meninas.

Embora consideremos este debate de extrema relevância para o tema do casamento na infância e adolescência, não o aprofundaremos aqui. Neste momento, em vez de tomar uma posição contra ou a favor do casamento antes dos 18 anos, buscamos trazer elementos para pensar como essa prática e fatores relacionados ao controle da sexualidade de meninas e adolescentes são fontes motivadoras para o casamento e interferem em seus direitos.

As práticas de casamento na infância e adolescência na América Latina contrastam com as dinâmicas mais ritualizadas e formais de outros contextos nos quais existem altos níveis de prevalência, tais como no Sul da Ásia e na África Subsaariana. Na América Latina, envolvem meninas no início da adolescência e até mesmo infância, casando por desejo próprio, na maior parte das vezes, com homens adultos, em geral muito mais velhos que elas. Logo, não se trata de importar para o Brasil as políticas e projetos sociais baseados nas experiências de outros lugares do planeta, mas de buscar produzir um estranhamento sobre fatos que concernem a sexualidade e os relacionamentos de meninas.

II. A pesquisa

A partir da constatação da ausência de pesquisas sobre o tema do casamento infantil no Brasil, o Promundo realizou uma pesquisa exploratória em dois estados do país, com o apoio da Fundação Ford, entre 2013-2015. Os dados foram coletados em parceria com equipes da Universidade Federal do Pará e da Plan Internacional Brasil, no Maranhão.

O estudo realizado foi o primeiro do gênero no Brasil. Seu objetivo é analisar as atitudes e práticas em torno do casamento na infância e adolescência nos dois estados brasileiros com maior prevalência de casamento na infância e adolescência, de acordo com o censo de 2010: Pará, no Norte, e Maranhão, no Nordeste. Foram analisadas tanto uniões formais quanto informais (ou seja, coabitação). As uniões informais são os modos mais comuns de casamento na infância e adolescência praticadas no Brasil, e carregam implicações semelhantes para as meninas, em comparação aos casamentos formais.

Nas áreas urbanas de Belém e São Luís, os(as) pesquisadores(as) realizaram 60 entrevistas semiestruturadas em profundidade com os seguintes grupos: (1) meninas (idades entre 12 e 18 anos) em união com homens mais velhos (com idades de 24 anos ou mais); (2) homens (idades entre 24 e 60) em união com meninas (com idades abaixo de 18 anos); (3) membros da família de meninas casadas; e (4) profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes. Seis grupos focais (três por local) foram realizados com meninas, homens e representantes de redes de proteção. Além disso, 50 entrevistas também foram realizadas com informantes-chave em níveis estaduais, federais, regionais (América Latina) e internacionais.

No intuito de entender atitudes mais amplas sobre casamento na infância e adolescência no âmbito das mesmas comunidades urbanas, um questionário domiciliar quantitativo foi realizado com 145 homens (idades 24 a 60) e 150 meninas (idades 12-18) – não necessariamente casados(as) – em São Luís. Mesmo não sendo representativos, os dados podem apontar indagações sobre a situação das meninas no casamento.

III. Perfis dos casamentos na infância e adolescência

A partir das atitudes e práticas dos grupos investigados, a análise destaca as maneiras pelas quais um casamento na infância ou adolescência pode criar ou exacerbar fatores de vulnerabi-

lidade que interferem na saúde, na educação e nos direitos das meninas, mesmo, muitas vezes, percebido pelas próprias meninas ou familiares como configurações estáveis de proteção, frente a contextos de insegurança econômica e oportunidades sociais limitadas. A idade média de casamento e do nascimento do primeiro filho(a) das meninas entrevistadas é de 15 anos, sendo os homens, em média, nove anos mais velhos.

Os resultados mostram a complexidade e os diversos caminhos que levam ao casamento na infância e na adolescência. A pesquisa apontou cinco fatores principais que conduzem ao casamento, dos quais destacaremos dois, neste artigo: (1) o desejo, muitas vezes, de um parente que, em função de uma gravidez, busca proteger a reputação da menina ou da família e assegurar a responsabilidade do homem em “assumir” ou cuidar da menina e do(a) bebê em potencial; (2) o desejo de controlar a sexualidade das meninas e limitar comportamentos percebidos como “de risco” associados à vida de solteira, tais como relações sexuais sem parceiros fixos e exposição à rua; (3) o desejo das meninas e/ou parentes de ter segurança financeira; (4) o desejo das meninas de saírem da casa de seus pais, com a expectativa de maior liberdade, ou para fugir de experiências de abuso ou controle da sexualidade em suas famílias de origem; (5) o desejo dos futuros maridos de se casarem com meninas mais jovens (consideradas mais atraentes e de mais fácil controle do que as mulheres adultas) e o seu poder decisório desproporcional nesta decisão. Os pontos 1 e 2 serão destacados neste artigo.

IV. Estratégias de controle para a sexualidade das meninas e o casamento

De acordo com a pesquisa desenvolvida pelo Instituto Promundo, o interesse em controlar a sexualidade das meninas envolve vários atores: a sociedade (que inclui pessoas do entorno, pares, o discurso da mídia e instituições como a igreja, escola e serviços sociais e de saúde), as próprias meninas, parentes e maridos. Ao mesmo tempo, a responsabilidade de “manter a pureza” e a reputação é das meninas. Semelhante ao já apontado por Bruce e Hallman (2008), o casamento é entendido como um caminho “seguro” para as meninas, uma vez que pode evitar os riscos de uma “sexualidade vivida sem controle”.

A pesquisa mostrou como alguns elemen-

tos da sociedade influenciam fortemente a opção pelo casamento, como as normas de gênero desiguais e a regulação da sexualidade da menina, expressas, principalmente, pela religião, a mídia e membros das comunidades nas quais as meninas vivem. No Brasil, semelhante ao que acontece em outros países, o aprendizado da sexualidade acontece na ausência de educação em sexualidade, incluindo reflexões críticas sobre desigualdades de gênero (HESLOP et. al., 2015). Pesquisas apontam que tal fato pode resultar em informações incorretas sobre questões relacionadas à saúde reprodutiva entre adolescentes (GOMES, et al., 2002) e ideias estereotipadas sobre papéis de homens e mulheres nos relacionamentos afetivos, que reforçam desigualdades de gênero.

Sobre tomadas de decisão relativas a casamento e consentimento sexual, os dados quantitativos da cidade de São Luís revelam uma tolerância maior a meninas casarem-se na faixa etária entre os 15 e os 18 anos, do que entre as idades de 13 a 14 anos. A idade mais baixa para iniciação sexual é muito mais tolerada do que para casamentos. Em particular, mais da metade dos homens e meninas acredita que garotas são capazes de consentir um relacionamento sexual entre os 15 e os 18 anos. A porcentagem de homens que acredita que meninas são capazes de consentir o sexo com 13 e 14 anos de idade (20%) é quase o dobro do número de mulheres que concordam com a possibilidade de consentimento sexual de meninas nesta mesma faixa etária. Por fim, um quarto dos homens pesquisados (em comparação com 16% das meninas) pensa que quando o corpo de uma menina mostra sinais de puberdade, ela está pronta para fazer sexo com um adulto de mais de 18 anos. Supor que meninas estejam preparadas para consentir relacionamentos sexuais na faixa etária mencionada, por parte das pessoas pesquisadas, marca o momento da vida das meninas em que se considerou que um controle maior da sexualidade precisa ser exercido. De acordo com a pesquisa, antes do casamento, familiares limitam a mobilidade das meninas, como uma forma de controle também de sua sexualidade. Quando “se descobre” que uma menina perdeu a virgindade, ela é encorajada, se não forçada, a coabitar com o homem para que ele assuma a responsabilidade por ela e, se a gravidez ocorrer, pelo filho.

Muitas vezes, parentes de meninas perceberam a iniciação sexual como um risco. Dife-

rentes participantes da pesquisa mencionaram de forma enfática o gosto por festas e diversão de homens (antes do casamento ou solteiros) e meninas (não casadas), demonstrando parcial tolerância a este estilo de vida com homens (casados ou não), mas não com meninas ou mulheres.

Em vários casos, a iniciação sexual e a perspectiva de uma possível gravidez leva mães e avós a pressionarem suas filhas e netas a se casarem. Em um caso em São Luís, um homem de 18 anos “tirou” a virgindade de uma menina de 15. Em decorrência disso, a mãe da menina fez com que se casassem, prevendo uma gravidez. Pouco depois, a menina engravidou. De maneira similar, uma mãe em São Luís notou que sua filha estava dormindo na casa de seu namorado. A mãe temia que sua filha engravidasse e deixasse o filho aos seus cuidados, e então tomou uma medida preventiva: pressionou sua filha a casar, a fim de evitar esse “fardo”. A filha assim casou, aos 15 anos, com um homem que tinha 27 na época. Esses casos sublinham o significado da coabitação: uma vez que uma menina e um homem estão morando juntos, uma gravidez ou outro problema é de responsabilidade do homem casado, não mais do domicílio de origem.

Além disso, esses casos mostram como múltiplos fatores podem fundir-se e levar ao casamento. A última mãe citada, além da motivação inicial apresentada, descreveu a “rebeldia” da menina com seu padrasto, pelas regras que este tentava lhe impor, como fator de contribuição para seu desejo de deixar a casa dos pais. Aqui, é claro que a decisão marital resultou de um misto de motivações: “salvar” a mãe da adolescente de “carregar o fardo” de uma possível gravidez desta, o desejo da menina de deixar o domicílio de origem e ser cortejada gradualmente pelo namorado até que fosse morar com ele. O casamento aparece, então, para as meninas, com a expectativa de maior liberdade. A escolha por essa forma de relacionamento é uma opção frente às restrições impostas para a vivência da sexualidade.

No entanto, uma vez casadas, o controle da mobilidade e da sexualidade de uma menina ou mulher é transferida da família para o homem. As esposas entrevistadas revelam, em geral, sentirem-se decepcionadas com o casamento, principalmente porque se veem com menos liberdade do que antes. Atitudes aparentemente igualitárias por parte de homens casados às vezes coexistem com o desejo de controlar as

meninas: por exemplo, muitas das meninas afirmam que os homens apoiam seus sonhos, mas esperam que elas fiquem em casa. De fato, as normas relacionadas à vivência da sexualidade e ao gênero representam a continuação de uma situação que existia antes mesmo do casamento, mas que parece tornar-se mais rígida com a nova forma de relacionamento, devido ao controle, agora por seus cônjuges, da sexualidade e mobilidade das meninas. A percepção de que o casamento afasta meninas dos riscos de uma vida “ruim” pode, por vezes, nutrir a ideia de lealdade das meninas aos seus maridos.

A importância atribuída à virgindade como representativa do valor de uma menina foi proeminente na pesquisa, tanto pelos parentes, quanto pelos maridos. Quando perguntados se a virgindade era importante para eles, a maioria dos homens disse que isso não era relevante ao escolher uma menina para casar (apenas poucos disseram que sim, era importante). Ainda assim, muitos preferiam uma menina virgem. Um homem casado disse que a virgindade assegura saber que a mulher com quem ele agora é casado, não viria a se envolver com um homem de seu passado, associando, assim, virgindade e lealdade:

É, a virgindade é importante. Às vezes, a pessoa conhece uma pessoa e tal, e ela já passou por vários homens. Sempre aquele pensamento vem e tal, que ela já teve outras pessoas na vida dela e tal e, se tem algum telefonema, aí já vai pensar que é aquele fulano que tu namorava, acho que a virgindade é importante por isso, aí não vai ter essas desconfianças.

— Homem de Belém, casado, aos 27 anos, com uma menina de 17.

V. Implicações do controle da sexualidade em relação ao casamento

O casamento foi concebido como a via principal e mais socialmente aceita como transição para a vida adulta, além de representar, para os entrevistados e entrevistadas, uma alternativa “menos pior” à uma educação que é percebida como pouco atrativa ou fora de alcance nos projetos de vida. No geral, a pesquisa apontou que as meninas pesquisadas raramente tinham mais de uma experiência sexual ou de namoro que não levasse ao casamento ou à gravidez.

Meninas, homens e familiares, todos enquadram a vida de casado e a de solteiro nesta dicotomia: sexualidade controlada *versus* hiper-

sexualização das meninas (incentivada pela sexualização das meninas pela mídia, pela música e pelas normas sociais). De um lado, uma vida de responsabilidades (associada ao casamento). De outro lado, o seu oposto, uma vida “louca” / “solta” / de festas / sexo casual / irresponsabilidades (associada à vida de solteiro). O que se considerou risco relacionado ao segundo extremo dessa dicotomia é claramente mais alto para as mulheres, afetando suas chances de casar e de ser respeitada pela comunidade. Para homens, entretanto, ser solteiro é percebido como aceitável e até mesmo encorajado, até ele desejar “mostrar responsabilidade” – tipicamente quando pretende impressionar a família de uma menina. Em tal contexto, o casamento representa uma *transição* de sua vida de festas, ou um meio de *evitá-la*.

Um comportamento sexual “desviante” é também associado ao uso de drogas e apresentado como a alternativa ao casamento, como também descreve uma menina que casou aos 15 anos, com um homem de 22, em São Luís, que “já ia puxar pra droga e ser uma ‘da vida’.” Um homem de Belém considera que ‘resgatou’ a esposa dele:

Olha, quando eu conheci a minha [atual esposa], ela tinha 13 anos e ela cheirava cola [um inalante popular de baixo custo]. [...] Tirei ela da rua e ela se transformou numa mulher.

Algumas meninas entrevistadas relataram que estariam no caminho da prostituição, caso não fossem casadas, como esta menina de 14 anos, de São Luís:

Entrevistadora: Como é que tu acha que a tua vida seria hoje se tu não tivesses morado, ido morar com ele? O quê que tu estaria fazendo?

Menina casada: Acho que eu estaria quase no mesmo caminho que a minha irmã, que a minha irmã tá quase no caminho da prostituição.

O tema da injustiça marital como fonte de conflito surgiu repetidamente durante a pesquisa de campo. Além disso, a mobilidade e a vivência da sexualidade das meninas é controlada por seus maridos por comentários sobre as roupas usadas, e restrições às suas aspirações de estudo, trabalho e lazer. Como resultado, as esposas evitam a interação com colegas e relatam

sentirem-se isoladas.

Outros exemplos mostram como o poder desproporcional dos homens casados acaba por influenciar as relações sexuais e a saúde sexual. Uma forma comum de os homens reforçarem o controle da sexualidade das meninas é pelo não uso de preservativos. Em um exemplo, uma menina afirma que homens preferem “couro a couro” e que homens casados acreditam que preservativo não é necessário “se houver confiança”. Acrescenta que, se a menina com quem ele casou demanda o uso de preservativo, ele imagina que ela tenha outros parceiros sexuais. Outro homem de 27 anos, casado com a menina de 17 anos em Belém, descreve que ele “planejou” a gravidez da esposa sozinho. Ele disse para a menina que usaria o “método de tirar” ou coito interrompido, mas não o fez. Quando ela engravidou, a decisão de manter o bebê foi dele.

Entre os casais em geral, as meninas e os homens casados dizem que respeitam quando a menina não quer ter relações sexuais, mas ficou claro que ela raramente inicia o sexo. Isso é visto como iniciativa do marido. Além disso, como descreve uma menina que casou formalmente aos 15 anos em São Luís, elas têm a responsabilidade de “inovar”, se não o marido vai “arrumar outra mulher”:

A função da mulher é inovar (...) em todos os sentidos, tanto em relação do sexo, quanto em relação no cotidiano (...) porque se deixar aquilo cair na rotina vai ser a pior coisa.

Outras consequências do casamento incluíram atrasos e desafios educacionais; limitações à mobilidade e às redes sociais das meninas e exposição à violência pelo parceiro, além de uma gama de comportamentos controladores e não equitativos por parte dos maridos mais velhos. O estudo também constatou oferta inadequada e muitas vezes discriminatória de serviços de saúde e proteção dos direitos de meninas casadas.

A maneira dicotômica através da qual a vida das meninas é percebida (ser recatada ou promíscua) e o casamento como marcador dessa dicotomia expressam a falta de opções de relacionamentos, educação e trabalho, que são condições necessárias à autonomia e aos direitos sexuais. É digno de nota que tal binarismo repete-se em referência à separação: se o casal se separa, a menina pode ganhar mais liberdade (o que algumas vezes refere-se à volta à vida de

“festa” ou tornar-se prostituta). A sexualidade das meninas desta forma, controlada e objetificada, apresenta ainda lacunas para relacionamentos que sejam de fato percebidos como consensuais.

VI. À guisa de conclusão

Os resultados desta pesquisa sobre casamento na infância e adolescência no Brasil apontam que uma das prioridades é o oferecimento de iniciativas destinadas a transformar as normas sociais e propor alternativas viáveis ao casamento, para que meninas possam decidir mais autonomamente se, quando, e com quem casar, em vez de perceberem o casamento como uma (falsa) possibilidade de liberdade contra o controle de sua sexualidade pelos pais e a comunidade. A decisão por um casamento como uma forma de segurança social revela, mais do que a manifestação de um desejo, as condições de pobreza e falta de oportunidades onde moram os participantes da pesquisa.

Em particular, destacou-se a relevância de uma educação em sexualidade abrangente em ambientes escolares e não-escolares, com a inclusão de reflexões sobre normas de gênero e outras relações de poder. Quando os pais e os homens controlam a sexualidade das meninas (por exemplo, pressionando-as a se casarem após a iniciação sexual), as meninas carregam o peso das consequências. Normas que privilegiam a virgindade também diminuem o potencial das meninas e dos rapazes de terem relações de namoro e experiências sexuais saudáveis e igualitárias. A inclusão dos meninos e rapazes nos debates sobre as consequências das desigualdades de gênero também mostrou-se fundamental.

Agradecimentos das autoras: a outros co-autores(as) da pesquisa original do Promundo, Giovanna Lauro, Margaret E. Greene e Márcio Segundo; às equipes locais de pesquisa de Belém do Pará (coordenada por Lúcia Lima) e São Luís do Maranhão (coordenado por Helliza Rodrigues e Luca Sinesi); e às equipes da XV Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana e da Revista Brasileira de Sexualidade Humana.

Referências

BRUCE, J. HALLMAN, K. “Reaching the girls left behind.” *Gender and Development*, v. 16, n. 2, p.: 227-245, 2008. Edição especial: Reproductive

rights: current challenges.

BUFFINGTON, R. M.; LUIBHÉID, E.; GUY, D. J.(eds). *A global history of sexuality: the modern era*. Sussex: Wiley Blackwell, 2014.

CARVALHO, C.S.; RIBEIRO DA SILVA, E.; JOBIM E SOUZA, S.; GONÇALVES SALGADO, R. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entaves. *Psic. Clin.*, v. 24, n. 1, p. 69 – 88, 2012.

CHANT, S.; CRASKE, N. *Gender in Latin America*. Londres: Latin American Bureau, 2003.

CHEVITARESE, L.; FONSECA, V.N. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: uma reflexão foucaultiana. In: OLIVEIRA, C. M.; MONTEIRO, R. B. *II Colóquio sobre Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente no Marco dos Direitos Humanos*. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2013.

DUNKLE, K. L.; JEWKES, R. K.; BROWN, H. C.; GRAY, G. E; MCINTYRE, J. A.; HARLOW, S. D. Gender-based violence, relationship power, and risk of HIV infection in women attending antenatal clinics in South Africa. *Lancet*, v. 363, n. 9419, p. 1415-1421, 2004.

GOMES, W. A.; COSTA, M. C.; SOBRINHO, C. L. N.; SANTOS, C. A.; BACELAR, E. B. Nível de informação sobre adolescência, puberdade e sexualidade entre adolescentes. *J Pediatr*, v. 78, n. 4, 2002.

HESLOP, J.; PARKES, J.; JANUARIO, F.; SABAA, S.; OANDO, S., HESS, T. Sexuality, sexual norms and schooling: choice-coercion dilemmas. In: PARKES, J. (ed). *Gender violence in poverty contexts: the educational challenge*. Londres: Routledge, 2015.

SORHAINDO, A. *Exploratory research to assess the problem of child marriage in five Latin American countries: El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua and Southern Mexico*. Cidade do México: Population Council, 2013.

TAYLOR, A.Y.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M.E. “Ela vai no meu barco.” In: INSTITUTO PROMUNDO; PROMUNDO-US. Casamento na infância e adolescência no Brasil: resultados de pesquisa de método misto. Rio de Janeiro, Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US, 2015.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *The state of the world's children 2014 in numbers: every child counts*. Nova York: United Nations Children's Fund,. Disponível em: <http://www.unicef.org/sowc2014/numbers/documents/english/SOWC2014_In%20Numbers_28%20Jan.pdf>. Acesso em: 08 jan. , 2016.

UZIEL, A.P.; JACOBSON BERZINS, F.A. Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas. *Psic. Clin.*; 24, n. 1, p. 105 – 115, 2012

VOGELSTEIN, R. *Ending Child Marriage: How Elevating the Status of Girls advances US Foreign Policy Objectives*. Nova York: Council on Foreign Relations, 2013. Disponível em: <<http://www.cfr.org/children/ending-child-marriage/p30734>> Acesso em: 10 jan. 2016.

O QUE ACONTECEU COM A CINDERELA?

Ana Cristina Canosa Gonçalves ¹

WHAT HAPPENED TO CINDERELLA?

Resumo: Os contos de fadas são uma narrativa popular que traduzem as relações humanas sob uma perspectiva e uma linguagem fantásticas. São marcados fortemente pelos ideais de amor romântico e pelas questões de gênero, especialmente no modo como os relacionamentos amorosos são apresentados. Este artigo enfatiza o papel da mulher nesses contos, em especial nos contos de fadas clássicos, e como ele foi mudando até o século XXI, com base em produções cinematográficas.

Palavras-chave: contos de fadas; gênero; educação sexual; Cinderella.

Abstract: Fairy tales are popular narratives that contemplate the human relations from a fantastical perspective and language. They are strongly influenced by romantic love ideals and by gender issues, especially in the way how romantic relationship are presented. This paper emphasizes the feminine role in these stories, especially in the classic fairy tales, and how it has changed until the twenty-first century, based on film productions.

Keywords: fairy tales; gender; sexual education; Cinderella.

¹ Psicóloga clínica, especialista em educação sexual e terapia sexual. Especialista em sexualidade humana pela SBRASH. Diretora-editora da SBRASH. Coordenadora e docente do curso de pós-graduação em educação em sexualidade do Centro Universitário Salesiano (UNISAL). e-mail: acanosa@uol.com.br

Contos de fadas

Os contos de fadas configuram um tipo de narrativa específico cujas características principais são a magia feérica (das fadas, bruxas, duendes) e a busca pelo encontro amoroso. O enredo geralmente é linear, apresenta o personagem principal (a quem chamamos de herói) de forma simples e direta, além de personagens maniqueístas – com características boas ou ruins –, trama simples e linguagem leve, favorecendo o entendimento e facilitando a entrada no mundo da fantasia. (BELUQUE; FERNANDES, 2011)

A história é estruturada em etapas, começando com a descrição do herói (*Era uma vez uma linda princesa que morava...*) e de seu contexto familiar e social; em seguida é imposto um problema (*a madrasta a coloca para trabalhar; a menina é presa na torre...*) que será resolvido com a ajuda da magia de um ser sobrenatural (*fada madrinha*). O final da história é sempre “feliz”.²

Acredita-se que os contos de fadas são oriundos dos contos maravilhosos, datados de séculos antes de Cristo. Os contos maravilhosos diferenciam-se dos de fada principalmente pelo desejo do herói, que está na realização pessoal, como a conquista de reinos e riqueza. Contos maravilhosos e contos de fadas não apresentam autoria individual; são histórias da tradição oral que traduzem as aspirações humanas e o seu desenvolvimento, bem como os valores morais de uma sociedade. Segundo Coelho (2009, p. 36) essas conhecidas histórias são uma fusão de fontes orientais (procedentes da Índia), latinas (greco-romanas) e célticas-bretãs (das quais vieram as fadas).

A autoria da primeira versão escrita conhecida dos contos é de Charles Perrault, no século XVII. Este autor foi um contador de histórias da corte francesa, e um de seus temas de interesse é a feminilidade. Segundo Petraglia e Vasconcelos (2009), a França nesta época estava marcada por uma nova ordem social (racionalismo) e pelo imaginário (sonhos e fantasias), importantes influenciadores para que os romances se tornassem aventuras sentimentais, heroicas e apaixonadas. A dama, por exemplo, antes inacessível e idealizada (na época do amor cortês), se transforma então numa mulher apaixonada, embora continuasse casta.

Perrault apresenta, em sua obra, legítima preocupação com a conduta das mulheres, e por meio da literatura as alerta sobre os perigos que pudessem comprometer sua imagem. O escritor deu forma escrita às histórias, perfilando-as com suas considerações e direcionando aos poucos as narrativas para a educação de meninas, dando-lhes lições de “civilidade” (COELHO, 2009), o que envolvia também uma “educação sexual”, como observamos no verso que produziu para finalizar *Capuchinho Vermelho*, por exemplo:

As meninas, principalmente, / Sendo gentis e engraçadas, / Mal andam em dar crédito a toda a gente. / Depois não é de admirar / Se o lobo vier e as papar. Os lobos / mansinhos, / Quietos, ternos, sossegados, / Os quais, brandos, recatados, / Vão perseguindo as donzelas / Até casa, e às vezes até se deitam com elas. / Quem não vê, pois, que os lobos carinhosos / De todos são decerto os mais perigosos? (PERRAULT, 1997, p. 99-100).

Dois séculos depois foi a vez dos Irmãos Wilhelm e Jacob Grimm publicarem, em 1812, a primeira edição de *Contos para a infância e domésticos* (DA MATA; DA MATA, 2006). Os Irmãos Grimm publicaram dezenas de coletâneas de contos e formalizaram definitivamente essa narrativa como voltada ao público infantil³. Ao compararmos as versões de Perrault e dos Grimm de uma mesma história, é perceptível que detalhes e personagens são alterados, suprimidos e ou acrescentados, adequando o conteúdo à moral de suas épocas. Cristofolletti (2011) aponta que os Grimm comparavam várias versões de um mesmo conto, tentando manter a autenticidade dos relatos e publicar narrativas que consideravam identificadas pela “pureza” da linguagem alemã. Por isso, muitos conteúdos considerados violentos foram banidos, salvo aqueles que serviam para “... ilustrar e afirmar que maus comportamentos, além de serem inaceitáveis, poderiam ser reprovados e duramente castigados” (CRISTOFOLETTI, 2011, p. 22). Bastante influenciados pelo ideário cristão consolidado na era romântica, é possível perceber que, na comparação com as versões de Perrault, eles suprimiram elementos explicitamente eróticos e sexuais a fim de não ofender a moralidade da

²Vladimir Propp (1984) chamou de funções as partes fundamentais da história que se repetem cronologicamente em todos os contos, independente de quem seja sua personagem.

³Antes disso as histórias eram contadas por adultos para adultos. Perrault deu início aos livros com caráter mais infantil, seguido dos Grimm, que formalizaram esse tipo de narrativa como definitivamente destinada as crianças.

burguesia alemã da época (ARAÚJO; AGUSTINI, 2011). Em *Chapeuzinho Vermelho*, por exemplo, eles retiram uma fala da vovó-lobo: "(...) põe o bolinho e a tigelinha com manteiga em cima da arca e vem deitar-te aqui ao meu lado – *Capuchinho despe-se*, obedece ao pedido e muito espantada fica, ao ver como é a avozinha em camisa de dormir" (PERRAULT, 1997, p. 99, grifos nossos). É também na versão dos Irmãos Grimm que surge a figura do caçador para salvar a menina e a avó, que tinham sido "comidas" pelo lobo.

Essas alterações influenciadas pelos contextos das épocas, nas inúmeras versões de contos de fadas, estão atualmente presentes nas prateleiras das livrarias e também nos desenhos de animação e filmes para o cinema. Há obras que transformam as histórias em versões politicamente corretas nas quais *Chapeuzinho Vermelho*, por exemplo, cria com o lobo e a vovó uma comunidade alternativa e vão viver felizes para sempre⁴, e outras nas quais os conteúdos violentos e incestuosos da relação lobo-menina se fazem bastante presentes⁵.

Bastante estudado pela área da Psicologia, esse tipo de narrativa é um convite para a subjetividade. Não se busca o entendimento da história pelos seus dados concretos, mas sim por aquilo que não é possível perceber diretamente. Ao interpretarmos uma história, seja através da teoria psicanalítica ou junguiana, o que se propõe é entender, através do conteúdo simbólico da história, quais conflitos e desejos humanos das personagens que, de maneira ou outra, são comuns a todos nós, em determinadas fases da vida.

Muitos dos dilemas infantis (solidão, isolamento, medos...) são tratados seriamente nos contos de fadas. Estes dilemas têm um tratamento dentro do conto e dirigem-se diretamente às crianças oferecendo-lhes soluções de modo que conseguem apreender no seu nível de compreensão. Isto é, o conto traz assuntos que são significativos às crianças. O herói ou a heroína tem problemas semelhantes aos seus. Estes problemas podem ser resolvidos. Existe a possibilidade de mudança da situação. Os dilemas infantis, então, são

trabalhados aí a partir do concreto, o que possibilita a compreensão da criança. (RODRIGUES DE SOUZA, 2012, p. 5)

Sob esse prisma, a história de João e Maria, por exemplo, traduz o conflito da independência materna (ir sozinho à floresta enfrentar os "animas selvagens"), sentir-se abandonado, devorar a casa de doces na tentativa de "colocar a mãe para dentro novamente". Não é preciso abandonar de fato uma criança para que esse medo seja sentido por ela. A necessidade de lidar com o medo do abandono e da rejeição nos acompanha vida afora; será vivida na infância e novamente ao longo da vida, em cada relação afetiva e amorosa que experienciarmos.⁶

É por isso que a mesma história se perpetua durante séculos e em culturas distintas. Segundo Bettelheim (1980), é possível encontrar Cinderela em mais de 300 versões diferentes; mudam-se detalhes e personagens, mas o conflito da personagem principal continua o mesmo: rivalidade fraterna, que depois se transforma em rivalidade feminina para ser a escolhida de um príncipe.

Com os estudos da feminilidade e do feminismo, uma série de produções acadêmicas lançou um olhar crítico sobre os contos de fadas clássicos e bastante difundidos, principalmente por meio da TV e do cinema. Se por um lado os contos de fadas revelam o ideal de amor e a busca do outro para sua concretização, o que surgirá a partir da puberdade, por outro lado, reforçam as concepções de feminino e masculino baseadas em desigualdade. Nos contos de fadas clássicos, percebe-se como as relações de gênero se estabelecem na ligação amorosa entre homem e mulher e como o matrimônio figura como a solução para dar fim à angústia feminina. A sexualidade está presente nessas histórias de maneira mais indireta ou mais explícita, porque ela é, em si mesma, terreno fértil para fantasia, imaginação e também para a orientação moral de seus expectadores. Este artigo trata dos contos de fadas clássicos e também de como as novas heroínas de animações do ci-

⁴ "Superado esse contratempo, chapeuzinho vermelho, vovó e o lobo sentiram uma certa comunhão de propósitos. Decidiram então estabelecer uma comunidade alternativa, baseada no respeito mútuo e na cooperação, e viveram juntos na floresta, felizes para sempre." (GARNER, 1995. p. 15.)

⁵ No filme *Red Riding Hood - A garota da capa vermelha*, da diretora Catherine Hardwicke, Warner Bros. Pictures, 2011, o lobo é o pai da moça, personagem adaptada de *chapeuzinho vermelho*, que quer devorá-la.

⁶ A interpretação psicanalítica de João e Maria pode ser lida em BETTELHEIM, 1980, e também em GONÇALVES, A. C. C. "A sexualidade nos contos de fadas", In: DIEHL; VIEIRA, *Sexualidade do prazer ao sofrer*. 2ª edição. São Paulo: ROCA, no prelo.

nema têm mudado o perfil da heroína principal deste gênero: a “princesa”.

Sexualidade e procriação

Não são poucos os contos de fadas que iniciam com aquela que foi considerada, nos séculos XVIII e XIX, a maior das aspirações femininas depois do matrimônio: a maternidade. No seio da ordem familiar burguesa, a partir da preocupação com a mortalidade infantil, a medicina ocidental descobriu a importância da relação mãe e filho, e os médicos passaram a defender uma fixação da mulher à função materna, ao lar e ao casamento (NUNES, 2011).

Eles buscam naturalizar e caucionar, através de sua racionalidade científica, a dominação da mulher pelo marido, num projeto político que lhes fechava as portas para qualquer outra forma de inscrição social (SCHIEBINGER, 1991, *apud* NUNES, 2011).

Em *Branca de Neve*, uma rainha nobre e bela borda à beira de uma janela. Espeta o dedo com uma agulha e então três gotas de sangue caem sobre a neve. Ela então pensa consigo mesma: “Quem me dera ter uma filha tão alva como a neve, carminada como o sangue e cujo rosto fosse emoldurado de preto como o ébano!” (GRIMM, 2000).

Em *A Bela Adormecida no bosque* a maternidade também aparece como maior aspiração da mulher casada:

Há muito tempo, viviam um rei e uma rainha, que diziam todos os dias: “Ai, se ao menos nós tivéssemos uma criança!” – e nunca conseguiam ter filhos. Então aconteceu, quando um dia a rainha estava no banho, que um sapo pulou da água para a terra e lhe disse: “Teu desejo será satisfeito. Antes que passe um ano terás uma filha”. O que o sapo disse aconteceu e a rainha teve uma menina, que era tão linda que o rei não cabia em si de contente e deu uma grande festa (...) (GRIMM, 1989, p. 73-74)

Em *Rapunzel* há um desdobramento do desejo pela gravidez para o conhecido desejo de grávida. “Era uma vez um casal que, tendo desejado, em vão, um filho durante anos, acabou por descobrir, com alegria, que a mulher estava grávida. “ A mulher grávida se fixa no desejo pelas hortaliças que crescem no terreno de sua vizinha,

que por acaso é uma feiticeira. “Ora, sabendo que não os podia comer, cada dia tinha mais desejos. “ A mulher emagrece muito e o marido preocupado vai roubar os reponços. Na segunda vez que o faz, a feiticeira furiosa o apanha. Deixa que ele saia de lá com as hortaliças desde que prometa dar-lhe a criança quando nascer. E assim ele faz: entrega a filha recém-nascida para a feiticeira. Aqui reforça-se não somente a necessidade da maternidade para dar corpo a um casal, como também o desejo da mulher em ter um filho para cuidar (a bruxa que toma a filha para si). Mais ainda: o desejo feminino é o que provoca desgraças e problemas. Foi assim com a leitura que fizeram da história de Eva e Adão na expulsão do Paraíso. É assim com a mãe de Rapunzel e seus desejos incontrolláveis: capaz de fazer um homem abrir mão de sua função paterna para lhe satisfazer.

Características das princesas e o ideal de amor romântico

Todas as princesas dos contos de fadas são lindas, abnegadas e bondosas, além de passivas, submissas e castas. Apesar de todas as adversidades da vida, mostram-se serenas, pacientes e crédulas “... o bastante para admitir um ‘mundo feliz’, apesar do abandono, da rivalidade, da crueldade... Expressam em suas condutas as características de um ideal de feminino construído culturalmente: doçura, meiguice...” (FILHA; MARTINS; MORI, 2014, p. 216). São também exímias donas de casa, como Cinderela. Interessante ressaltar que Branca de Neve só foi escolhida por um príncipe depois que fez um “estágio” na casa dos anões... lavou, passou e cozinhou para todos!

Os contos clássicos reproduzem os ideais de amor romântico e os papéis de gênero constituídos culturalmente. Já que o matrimônio era considerado uma instituição obrigatória na época, a rígida divisão de papéis é clara: às mulheres, o espaço privado e a honra de ser escolhida; aos homens o domínio do espaço público e a possibilidade de escolha da parceria. Em todas as histórias são os homens que oferecem um baile – no qual as mulheres ansiosas esperam ser escolhidas – ou aparecem repentinamente, as beijam e levam-nas embora.

Sexualidade das princesas: Interdição e punição

O comportamento sexual que extrapolasse os atos de sedução comedida sempre foi elemento passível de punição para as princesas.

São recorrentes os exemplos nesses contos, em que a manutenção da pureza é levada a consequências como isolamento (*Bela Adormecida*), cárcere privado (*Rapunzel*), ou mesmo envenenamento de *Branca de Neve*.

Em *Rapunzel*, os elementos do encontro sexual são claros: a moça virgem, presa na torre, vigiada pela mãe – representada simbolicamente por uma bruxa –, é seduzida por um príncipe com intenções claras de deitar-se com ela. Ela primeiro se assusta, mas logo depois: “Rapunzel perdeu o medo, e quando o príncipe lhe perguntou se ela o aceitaria para marido, e ela viu que ele era jovem e belo, pensou: ‘-Este vai me amar mais do que a velha mulher’, ‘- Sim’, e pôs a sua mão na dele...” (GRIMM; GRIMM, 1989 p. 47). O príncipe traz fios de seda “todas os dias ao anoitecer” para que ela confeccione uma escada a fim de fugir. Certo dia Rapunzel é traída pela culpa da desobediência materna, quando se dirige à mãe: “- Diz-me, como é isso, que me é muito mais difícil e pesado puxar-te para cima, do que o jovem filho do rei, que chega aqui num instante?” (idem, p. 47). Bettelheim (1980) postula que esse “lapso” revela o quanto a moça sente a mãe como “um peso” que ela não quer mais sustentar, ao mesmo tempo em que, denunciando seu plano para ela, levanta a possibilidade de que ela o interdite, mantendo-se dominada pela mãe. Ela quer sair, mas também quer ficar. Segundo Corso e Corso (2005, p. 63), na primeira versão dos Grimm a moça teria perguntado: “Por que meu vestido está ficando mais apertado na cintura?”, a partir do que se deduz que ela está grávida, mas é tão inocente que não compreende o que lhe ocorre. Aqui se confirma o encontro sexual entre o casal. Tanto Rapunzel quanto sua mãe vivem o conflito da separação mãe-filha. A história é clara: mesmo que os pais tentem conter o crescimento de seus filhos e o desenvolvimento de seus ímpetus sexuais, ainda assim estes farão o oposto.

No conto, Rapunzel e o príncipe são punidos pela mãe má, que se sentiu traída. A moça tem suas tranças cortadas e é exilada no deserto. Em seguida a bruxa amarra as tranças da filha na torre e, quando o príncipe sobe por elas, a mulher o empurra. O príncipe cai sobre os espinhos, que o cegam. Ele, então, vaga por anos na floresta, enquanto Rapunzel no deserto dá à luz um casal de gêmeos. O destino, no entanto, os une novamente, quando o príncipe em sua errância chega até Rapunzel e lhe reconhece a voz. Tomada de tristeza ao vê-lo naquele estado, ela chora abra-

çada a ele, e suas lágrimas devolvem a visão ao príncipe. E eles vivem felizes para sempre.

Além dos elementos românticos característicos e recorrentes em outras histórias, o que é interessante e comum nas histórias de Cinderela, Branca de Neve e Bela Adormecida é que, elas não são punidas somente pela transgressão sexual, mas também porque despertam inveja.

Branca de Neve, por exemplo, nasce dotada do vermelho da sedução e o branco da pureza. Essa dualidade feminina, bem marcada na época da renascença, integra a personalidade da heroína. O branco sugere passividade, docilidade e quietude, enquanto o vermelho remete à energia, ao vigor físico, jovialidade e espírito de aventura.

A madrasta de Branca de Neve assume em determinado ponto da história seu narcisismo, manifestando sua raiva e inveja: “...o ódio e o ciúme tomaram conta dela, e não tinha mais sossego nem de dia, nem de noite” (GONÇALVES, 1998, p. 119).

Há também nesses contos de fadas a relação com o envelhecimento feminino, implícito na história. A rainha não suporta a beleza e a juventude da Branca de Neve, sua enteada, características que vai perdendo com a maturidade, diante dos padrões culturais de beleza do ocidente. Quanto mais se estabelece que a beleza é uma prerrogativa da juventude, mais difícil se torna olhar no espelho e escutar a voz: *há alguém mais bela que você*.

A mando da rainha, o caçador leva Branca de Neve para a floresta a fim de matá-la, mas não consegue e a deixa fugir. Perdida na floresta, a jovem encontra a casa dos Sete Anões. Branca de Neve passa então por algumas provações. Terá que trabalhar duro para os Sete Anões, como se estivesse treinando para ser uma moça prezada, qualidade que a história ainda não revelara. Convivendo com eles, ela exerce a sua bondade, generosidade e se “domestica”, ao menos por algum tempo.

“Se você tomar conta de nossa casa, cozinhar para nós, fizer as camas, lavar, costurar e cerzir as nossas roupas e deixar tudo bem limpinho e arrumado sempre, pode ficar morando conosco e nunca vai lhe faltar nada” (CONTOS DE GRIMM, s/d).

Assim como acontece com Cinderela, que vai ao baile, mas deve fugir antes da meia-noite, Branca de Neve pode seduzir, mas deve conter seus impulsos carnis. A princesa, porém, não

consegue arrefecer os ímpetus de sua vaidade e a inquietude de sua sexualidade. Na versão dos Irmãos Grimm, por três vezes ela é enganada pela madrasta disfarçada de velha. Ela passa na casa dos anões a oferecer objetos relacionados à beleza feminina: um pente e um espartilho. Nas duas vezes a princesa, apesar de alertada pelos anões a não abrir a porta, acaba sendo enganada pela própria vaidade e permite que, na primeira vez, a velha crave os dentes do pente envenenado em sua cabeça, e na segunda, que ela lhe coloque o espartilho, sendo que quase morre asfixiada pela força com que ela aperta os laços da peça. Por sorte, nas duas vezes, Branca de Neve é salva pelos anões. A rainha, na terceira tentativa de enganar Branca de Neve, resolve envenenar uma maçã. Aproximando-se da casa dos anões, convence Branca de Neve a aceitar a metade de uma maçã, a metade vermelha, que era envenenada. “Assim que deu uma mordida, caiu morta no chão”.

Em alusão à história de Adão e Eva, a maçã é o fruto proibido, símbolo do “pecado original”. Embora a passagem da Gênese do Antigo Testamento em nada especifique que o problema em questão seja sexual, mas sim o da desobediência, em algum momento da tradição cultural surgiu essa interpretação. Mendes (2009) chama a atenção para o fato de que logo que Eva e Adão comem a maçã (fruto proibido) “eles perceberam que estavam nus” e “se esconderam de Deus”; sendo assim não estariam essas duas passagens concretizando o tema do pecado sexual e da nudez como evidência da culpa?

Embora Branca de Neve não soubesse que a maçã estava envenenada, menos ainda que a velha era a rainha disfarçada, ela foi desobediente. Abriu a porta para estranhos, mesmo sendo alertada pelos anões. Seduzida pelo símbolo do erotismo (maçã), ela reproduz a desobediência feminina, principiada por Eva no paraíso. Como as mocinhas virgens e “ingênuas” não devem se deliciar com o “fruto proibido” antes do casamento, a história se encarrega de castigá-la.

Morre a princesa, punida por seu “crime”. Em um conto de fadas, porém, é preciso um final feliz: Branca de Neve é colocada pelos anões em um caixão de vidro, através do qual todos podiam admirar sua beleza, intacta. Essa parte da história coloca o corpo feminino destituído de intelectualidade e emoção, focando na beleza estética, como se a jovem não fosse mais do que um manequim na vitrine. Ela espera “dormindo”, ou seja, passiva, ser escolhi-

da por alguém. E mais: os anões ficam por anos “guardando” o caixão, colocado no alto de uma colina. Em determinado momento, um príncipe que cavalgava por lá, se encantou com a beleza da princesa. Então, pediu para levá-la no caixão, prometendo “honrá-la e respeitá-la para sempre”. Os anões decidem dar-lhe Branca de Neve, o que certamente reflete o casamento arranjado pelos anões: o príncipe parece ser um bom partido para a princesa, já que é da mesma casta que ele. Mas ainda falta um detalhe: movendo o caixão, um dos serviçais do príncipe tropeça em uma raiz, o que faz com que o pedaço de maçã saltasse da garganta da princesa, tornando-a à vida novamente. Ele se declara e ela vai embora com ele, para se casar e ser feliz para sempre. Ou seja: provando a sua honestidade (o pedaço da maçã que não chegou a ser ingerido), a mulher vai embora com aquele que ela acabou de conhecer, pelo fato de que ele a escolheu, tem boas condições financeiras e jura amor eterno. No final da história a rainha é punida por sua inveja atroz: é obrigada a colocar os pés em sapatos em brasa e dançar até a morte.

Na história da Bela Adormecida o tema central é que, embora os pais tentem impedir o despertar da sexualidade de um filho, ele é inevitável. O tema da traição aparece no início da história: quando rei e rainha convidam as 12 fadas para o jantar de batizado mas deixam uma delas de fora – pela falta de um prato de ouro. Esta fada, raivosa e magoada, resolve se vingar, lançando uma maldição sobre a princesa: quando ela fizer 15 anos tocará o dedo no fuso de uma roca e morrerá. Uma das fadas convidadas que ainda não havia lhe dado seu presente, como não podia anular a maldição, mas só abrandá-la, disse: “A princesa não morrerá, apenas cairá em um sono profundo que durará cem anos”. A interdição move o herói, mas é a punição que lhe moraliza.

Segundo Bettelheim (1980), o rei não consegue impedir que a profecia da fada má desapareça. Ao se considerar 15 anos a idade que simboliza a maturidade, rito comemorado pela família nos tradicionais “bailes de debutantes”, o tema da sexualidade fica bastante explícito. Outro detalhe interessante é que, quando ela faz 15 anos, e os pais não estão em casa, a heroína explora áreas do castelo previamente inacessíveis. Ao se aproximar do lugar fatídico, sobe por uma escada, símbolo típico de experiências sexuais. Ainda segundo o autor, o quartinho trancado representa os órgãos sexuais femininos; o giro da chave na fechadura, a cópula;

e o fuso, o órgão sexual masculino. A “maldição feminina” (o sangramento) acontece. Aqui o tema da transgressão sexual fica claro e, como Branca de Neve, a princesa volta ao estado passivo. Ela adormece e tudo no castelo se transforma. Uma cerca de espinhos cresce no entorno do castelo.

A mensagem da história, sob o ponto de vista psicanalítico, seria o de advertir às crianças e aos pais que o despertar do sexo antes da mente e do corpo estarem prontos seria muito destrutivo, destacando a fase de latência por que passam as crianças até o pleno desenvolvimento da puberdade e início da adolescência (BETTELHEIM, 1980). No entanto, há uma lição moral de “não tocar o dedo no fuso” antes do tempo, como um limitante da autonomia sexual feminina, antes do matrimônio. Ao menor sinal de interesse sexual da jovem adolescente, uma cerca de espinhos é levantada, para afastar os pretendentes; repetição da ação paterna logo após a maldição ser anunciada: queimar as rocas do castelo a fim de evitar que sua filha tocasse o dedo no fuso. Também como em Branca de neve, a Bela Adormecida deve manter-se inerte e passiva, “dormindo” por 100 anos, ou até que o príncipe certo venha lhe buscar.

Mas agora os cem anos tinham justamente acabado, e havia chegado o dia em que Bela Adormecida deveria acordar. Quando o príncipe se aproximou da cerca de espinhos, estes não eram agora mais do que flores grandes e bonitas que por si sós se abriram e o deixaram passar ileso, e se fecharam atrás dele, formando novamente uma cerca. Ele então continuou andando, e avistou no salão toda a corte deitada e dormindo, e lá em cima, perto do trono, estavam deitados o rei e a rainha. Aí ele continuou andando ainda mais, e tudo estava tão quieto que se podia ouvir sua respiração, e chegou finalmente à torre e abriu a porta do quatinho, no qual Bela Adormecida dormia. Lá estava ela deitada, e era tão bela que ele não conseguia desviar os olhos, e ele se inclinou e beijou-a. Finalmente, a princesa se fez mulher a partir de um homem, reproduzindo a rigorosa divisão de papéis femininos e masculinos, os ideais de matrimônio da época, da estruturação da família nuclear, dando lastro ao romantismo e reforçando a castração da autonomia sexual feminina.

As novas princesas do final do século XX

Acompanhando conquistas femininas do século XX e as mudanças dos papéis sexuais e sociais das mulheres contemporâneas, as princesas começaram a ser representadas como heroí-

nas pelos estúdios cinematográficos como marca de um processo de evolução social (FOSSATTI, 2009). Pocahontas recusa um casamento arranjado, salva sua tribo e demonstra sua autonomia para beijar quem ela deseja (Disney, 1995). A princesa Jasmin se rebela contra o patriarcado e a ordem da realeza em Aladin (Disney, 1992). Ainda nos anos 1990 a princesa Anastasia luta por sua identidade ao perder a referência de sua família (Fox, 1997), enquanto Mulan (Disney, 1998) repudia comportamentos femininos e se identifica mais com a bravura e inteligência ao se tornar soldado. Recentemente, a Disney lançou Tiana (Disney, 2009), princesa negra que dá mais valor ao trabalho do que ao casamento.

A vocação para o amor é substituída pela busca da própria identidade, pela luta por seus projetos e espaços individuais no mundo, o que contesta os estereótipos até então vigentes e atenua o discurso romântico (LIPOVETSKY, 1997 *apud* FOSSATTI, 2009, p. 5) que historicamente caracterizou essas personagens. Percebe-se nessas histórias, no entanto, que o homem ratifica, pelo viés emocional, a condição feminina, ainda que as mulheres conquistem profissionalização, poder, dinheiro, educação e não dependa dos homens para alcançar sua posição social (ZALBERG, 2007 *apud* FOSSATTI, 2009, p. 9). Ou seja, elas podem trabalhar, serem fortes, corajosas e guerreiras, mas ainda precisam se casar. A quebra deste padrão aparecerá em produções como *Valente* (Pixar, 2012), que enfatiza a relação de amor entre mãe e filha, e *Frozen* (Disney, 2013) apresentando o sentimento de amor fraterno.

Alianças femininas

Em *Valente* (Pixar, 2012), a necessidade da história romântica é dissipada para dar relevo à relação mãe e filha. A princesa Merida é uma heroína diferente, pois seu desejo está na possibilidade de desenvolver-se com liberdade, nem que para isso tenha que frustrar as expectativas de sua mãe. O conflito de nossa heroína está em não se deixar dominar pela mãe, que tenta enquadrá-la em modelos pré-determinados pela sociedade. A jovem dos cabelos rebeldes cor de fogo acredita firmemente que a mulher pode ser condutora de sua própria vida e escolhas (MIRAGAIA, 2013) e recusa ser uma extensão de sua mãe. Ela não quer casar, não aceita imposições. A animação é uma verdadeira jornada entre as duas realidades femininas, cheia de símbolos celtas, uma obra prima que revela a complexida-

de das relações entre mulheres e a necessidade de integração.

De modo semelhante, *Frozen* destaca o amor fraternal. A elaboração dos sentimentos entre mulheres, da busca do equilíbrio emocional e dos “amores verdadeiros” não necessariamente relacionados ao contexto do amor erótico heterossexual para culminar no casamento, é bastante presente em *Frozen*, que embora não seja exatamente uma nova versão de um conto de fadas, apresenta elementos simbólicos dessas histórias.

Em *Malévola* (*Maleficent*, Disney, 2014) encontramos um exemplo menos suavizado e mais complexo de aliança feminina que merece menção. No filme, a relação de afeto entre mulheres é explorada e torna eficiente a solução do conflito. O que dispara o conflito da heroína – agora Malévola e não mais a princesa – é a traição que ela sofre do rei, por quem nutria sentimento afetuosos, tornando seu coração em pedra e fazendo-a vingativamente amaldiçoar a filha deste rei. A história mostra que as mulheres não devem confiar no amor do homem, facilmente sobreposto por suas aspirações de riqueza e poder. No entanto, Malévola acompanha o desenvolvimento da princesa e identifica nela a menina livre, alegre e inocente que ela mesma fora antes da traição do rei. É esse reconhecimento que abranda a vingança de Malévola, o amor promulgado na relação entre as duas mulheres, o “amor verdadeiro”, e não entre um homem e uma mulher. Desconstrói-se, portanto, a maldição feminina e amplia-se a ideia de que o amor não precisa ser carnal, nem dependente do homem.

O que aconteceu com Cinderela?

As estratégias de sedução para garantir a procura do príncipe, seu retorno e interesse, persistiram na sociedade pós-moderna. As mulheres discutem entre elas dicas de comportamento nos primeiros encontros amorosos e/ou sexuais, a fim de impressionar um possível pretendente. Sempre existiu o ditame sobre uma mulher não poder passar a noite com um homem, porém hoje outras estratégias costumam ser levadas em conta, como praticar ou não sexo oral ou anal na primeira relação com um novo parceiro.

São resquícios dos valores da Cinderela que permanecem fortemente incorporados sobre ser ou não uma “moça de família”, alguém com quem se pode estabelecer compromisso e não somente prazer sexual.

Segundo Bettelheim (1980, p. 304), o pequeno sapato de cristal perdido por Cinderela no baile, pode ser interpretado como um símbolo da vagina. “A importância do pé em Cinderela é tão grande que o príncipe estava disposto a levar a moça errada, desde que nela pudesse calçar o sapatinho” (CORSO; CORSO, 2005, p. 114).

Ser escolhida por um homem é um tema recorrente na clínica. Mesmo com a autonomia conquistada pelas mulheres no mundo inteiro, muitas ainda não conseguem avaliar sua escolha amorosa a partir dos próprios desejos e considerações, porque são ou sentem-se atropeladas pelo anseio de serem escolhidas. São milhares de mulheres em disputa para sentirem-se “donas” de um mesmo homem, ou a preferida dele, mesmo que ele tenha outras. Mulheres que têm filhos para manter o laço com um homem, que não o fazem pelo desejo de maternidade nem por um projeto pessoal construído para sua vida. É como viver atormentada por uma espécie de síndrome da princesa, em que a escolha sobre amor e sexo é de domínio do mundo masculino. Essa realidade, infelizmente, é ainda bastante observada no Brasil.

Talvez por isso que Cinderela é quase uma unanimidade, não há outra história que tenha inspirado tantos outros romances, filmes, seriados. “A história de Cinderela é constantemente reciclada em séries como *Sex and the City* e boa parte das comédias românticas”, diz Maria Tatar, folclorista da Universidade Harvard e autora de *Contos de fadas: edição comentada e ilustrada* (apud URBIM, 2008). O filme *Uma linda mulher* (direção Garry Marshall, 1990), que foi sucesso estrondoso de bilheteria, remonta a história, dessa vez sendo a “plebeia” uma prostituta. Em *50 tons de cinza* (filme dirigido por Sam Taylor-Johnson, 2015), a moça virgem e de frágil autoestima se apaixona por um homem rico, poderoso e bonito que, em um primeiro momento, só deseja que ela seja sua “escrava” sexual. É com uma inquieta tentativa de devoção sexual que ela demonstra o seu poder e conquista, enfim, o amor dele. Não há nada de muito novo nessa construção de par ideal e que não remeta à Cinderela. Segundo Corso e Corso (2005), embora na prática as mulheres já não precisem sair de casa no dorso do cavalo de um príncipe, parte da “construção da identidade feminina requer que ela se disponha a desempenhar um certo papel para uso da fantasia masculina” (p. 114).

O novo filme *Cinderela* (Direção Kenneth Branagh, 2015) foi também sucesso de bilhete-

ria. Segundo as fontes Distribuidoras, FilmeB e BoxOfficeMojo⁷, até o final de abril de 2015, ele figurava em 4º lugar das maiores bilheterias do ano no Brasil (em 2º lugar nos Estados Unidos). O enredo tenta resolver alguns questionamentos sobre a história: no filme, o pai da heroína morre, o que ameniza sua passividade em permitir que sua nova mãe e irmãs maltratem a moça, presente na história original. Os sinais dos novos tempos também são incluídos: Cinderela conhece o príncipe cavalgando pela floresta, em uma forte associação com a coragem, força e liberdade que a mulher contemporânea detém. No diálogo entre eles, ambos tentam esconder suas verdadeiras identidades (ela, uma pobre camponesa; ele, o futuro herdeiro do trono), sugerindo que a aspiração do amor verdadeiro desconhece posição social.

A versão moderna e cinematográfica de Cinderela tenta demonstrar que a princesa, agora, pode escolher o homem de sua vida, diferentemente das meias-irmãs, que desejam ardentemente ser a mulher preferida no baile que está por vir. Elas não o conhecem, somente desejam a posição social. “Por que vocês desejam casar com alguém que não conhecem?”, indaga Cinderela; É difícil, no entanto, convencer-se de que encontrar uma única vez um homem na floresta e conversar com ele brevemente possa ser considerado *conhecer* alguém. Além disso, fica a dúvida: como ela não sabe que o homem que conheceu na floresta é o príncipe, por que então aparenta desejar tanto ir à festa? Embora ela esteja divagando sobre o desconhecido da floresta, Cinderela ficou animada com a notícia do baile, no qual o príncipe escolheria uma noiva. No filme, fica claro que ele convida todas as mulheres do reino, nobres e plebeias, na esperança de encontrar Cinderela, mas o interesse dela em ir à festa é uma lacuna que não ajuda a entender bem o seu desejo e sua crítica às outras mulheres. O fato é que na cena do encontro dos dois na floresta, o príncipe é apresentado como um cavaleiro que a “salva” quando seu cavalo dispara, demonstrando força e coragem, ao passo que ela está ali tentando salvar um alce de ser caçado, revelando sua bondade. Mesmo que a moça tenha ido ao baile sozinha e se apresentado para dançar com o príncipe, a ideia de um homem que salva a mulher de sua vida solitária e melancólica é reforçada no filme, e é claro

que os estereótipos do masculino e feminino se mantêm.

Apesar de todo o sucesso alcançado por inúmeras produções cinematográficas que apresentam, desde os anos 1990, mulheres com destinos definidos por elas mesmas e não por outrem (suas famílias ou por príncipes) – e os papéis dos homens também são revistos nas histórias, não sendo mais retratados como salvadores de mocinhas e sim como parceiros, secundários ou expectadores do sucesso feminino –, é simples constatar que o roteiro dessa recente versão de Cinderela apresenta uma espécie de retrocesso histórico nessa perspectiva, retomando o ponto de vista de mocinha resgatada e de pouca decisão sobre o próprio destino.

Depois de trilhar um longo caminho e transformar em imagem as mudanças nos papéis de gênero e na estruturação da família nuclear baseada na ideologia homem (trabalho-sexo) e mulher (lar-afeto), o fenômeno do sucesso do filme Cinderela (2015), que muda muito pouco o enredo original, permanece ainda uma incógnita.

Em um contexto no qual, tanto o homem como a mulher devem estar voltados para o trabalho, o sexo e a administração da vida do lar (ANDRADE-SILVA, 2013), no qual o casamento não é imperativo, menos ainda a maternidade/paternidade, tempo no qual se legitimam sexualidades que se expressam nas mais diversas formas de ser, estar e relacionar-se, Cinderela (2015) parece um acinte. Supreendentemente, o filme agradou milhões de pessoas, assim como muitos se curvam, aplaudem, admiram e copiam o casamento tradicional de Kate Middleton com o Príncipe William e seu lindo casal de filhos. Nesse sentido, Cinderela (2015) cativa os grupos tradicionais e fundamentalistas que têm se manifestado contrários à equidade de gênero e às novas configurações familiares.

Considerações finais

Os contos de fadas foram criados (quando publicados) como modelos de conduta, mas ao se tratar de comportamento sexual, o alvo principal sempre foi as mulheres – por conseguinte as meninas. Em princípio a ideia era apresentar um padrão de comportamento moral, e consequentemente sexual, para que as meninas soubessem como agir diante do encontro com os

⁷ Disponível em: <http://www.guiadasemana.com.br/cinema/noticia/maiores-bilheterias-de-2015-ate-agora>. Acesso em: 10.10.2015

homens (no momento da puberdade e da juventude), mas também com relação às expectativas que poderiam manter quanto a esse encontro.

Esses contos sofreram poucas alterações ao longo dos séculos, com algumas atualizações pontuais, mas mantiveram sua essência e sua mensagem, como no caso de *Chapeuzinho Vermelho* (em que as instruções eram “não saia do caminho ensinado por sua mãe” ou “não fale com estranhos na floresta”). Muitos desses contos antológicos ganharam versões cinematográficas durante o século XX, cujos retratos foram mantidos sem alteração substantiva, e já há poucos anos da virada do século XXI novas histórias surgiram ou as antigas começaram a receber novos viéses, apresentando as mulheres de modos bastante diferentes dos tradicionais. Uma mocinha que precisa ser resgatada de sua vida monótona, uma princesa ou heroína sem voz e de muita fragilidade: são essas imagens que começaram a ser modificadas em produções mais recentes, com novas e atualizadas representações femininas, agora mais imponentes e independentes da figura masculina (ou do jugo de madrastas e bruxas más) e que sabem o que querem e mudam as próprias vidas. Produções como *Valente*, *Pocahontas* e *Frozen*, por exemplo, destacam-se por mostrar meninas e mulheres de fibra e personalidade forte, acenando para uma releitura dos contos de fadas atualizados de acordo com os avanços dos movimentos feministas e a emancipação das mulheres em prol de seus direitos e de uma representação social mais equilibrada, com poder de decisão sobre si mesmas, não mais induzida pelas decisões de seus pais, de seus maridos ou “príncipes encantados”. Essas representações ainda possuem fins educativos, mas com uma importante atualização nos papéis dos homens e especialmente nos das mulheres.

Essas novas versões, embora voltadas para o público infantil, são embasadas pelas características de comportamento atuais, nas quais a supervalorização da individualidade é traço marcante. Em se tratando de comportamento sexual, o século XXI é bastante marcado pela expressão do erotismo, da sensualidade, do desejo, dos orgasmos, das ereções, dos corpos e de uma dificuldade em promover encontros com certa profundidade emocional. Com isso, o “retorno do eterno” apresentado no filme *Cinderela* (2015) aplaca, mesmo que duvidosamente, a angústia e a ansiedade dos indivíduos, mergulhados que estão nas dores e prazeres desse tempo marcado pelo individualismo. Atualmente, a prioridade dos papéis sociais e profissionais

em detrimento da relação a dois tem frágil os vínculos de casamento, uma resultante de desconfiança e descrença na instituição, mas também na própria concepção sobre o sentimento de amor.

Nesse sentido, a leitura psicanalítica sobre o ideal de amor como uma aspiração humana, que independe de seus contornos e propostas restritas de comportamentos, evidencia-se como correta. Independente da posição estereotipada que a personagem de *Cinderela* (2015) recrie, sendo sua condição submissa o oposto do que atualmente se espera das mulheres, há na história uma força que movimenta as pessoas em uma fase específica da vida, principalmente a da adolescência. Nesse sentido é a magia – e não a moral – que torna a história tão atraente. Apesar de retomar um modelo tradicional do papel de gênero herdado dos contos de fadas de Grimm, *Cinderela* reforça que não é preciso seguir somente o novo modelo, abrindo assim o leque da possibilidade de escolha a fim de que as crianças possam se deliciar com vários modelos diferentes para a identidade feminina, libertando-se, portanto, dos estreitos papéis de gênero que nos acompanham há séculos.

Referências

ANDRADE-SILVA, M.C. Influências das disfunções sexuais na dinâmica do casal. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v.22, n.2, p.39-49, 2013.

ARAÚJO, Érica Daniela De; AGUSTINI, Carmen L. H. Versões e releituras de um objeto cultural: *Chapeuzinho Vermelho*. *Horizonte Científico*. v. 5, n. 2, dez 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8024/7815>>. Acesso em: 22 fev. 2015

BELUQUE, Maria Helena Touro; FERNANDES, Célia Regina Delácio. Reencantos e ressignificações no conto de fadas contemporâneo: uma análise de a moça tecelã. *Anuário de Literatura*, v. 16, n. 1, p. 171-185, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/viewFile/2175-7917.2011v16n1p171/18375>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas: símbolos – mitos – arquétipos*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

- CORSO, D.L.; CORSO, M. *Fadas no divã*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CRISTOFOLETTI, Camila Fontanetti. *Análise comparativa de duas versões do conto de cinderela: a de Charles Perrault e a dos irmãos Grimm*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia. Rio Claro, 2011.
- DA MATA, Sérgio; DA MATA, Giulle Vieira. Os irmãos Grimm entre romantismo, historicismo e folclorística. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 3, ano III, n. 2, abr.-jun. 2006. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/artigos7.php> Acesso em: 4/4/2015.
- DIEHL, A.; VIEIRA, D. *Sexualidade: do prazer ao sofrer*. 2. ed. São Paulo: ROCA. No prelo.
- FILHA, C.X. ; MARTINS, L.S.; MORI, P.E. Amor romântico e heteronormatividade nos filmes de Branca de Neve. In: FILHA, C. X. (Org.) *Sexualidades, gênero e infâncias no cinema*. Campo Grande: Ed UFMS, 2014. Cap. 12, p. 213-236
- FOSSATTI, C. L. *Cinema de animação e as princesas: uma análise das categorias de gênero*. Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. 28 a 30 de maio de 2009.
- GARNER, James Finn. Chapeuzinho Vermelho. In: *Contos de fadas politicamente corretos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- GONÇALVES, A. C. C. *Madrastas: do conto de fadas para a vida real*. São Paulo: Iglu, 1998.
- GRIMM, J.; GRIMM, W. *Os contos de Grimm*. 5. ed. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Paulus, 1989.
- GRIMM, J.; GRIMM, W. *Branca de Neve e os sete anões*. Virtual Books, 2000. Disponível em: <http://www.botucatu.sp.gov.br/Eventos/2007/contHistorias/bauhistorias/branca%20de%20neve.pdf>. Acesso em: 5/10/2015
- MENDES, M. B. T. Crime e castigo no paraíso: a armação do sentido no mito bíblico do pecado original. *Cadernos de semiótica aplicada*, v. 7, n. 1, jul. 2009.
- MIRAGAIA, E. *Analisando Valente*. No quintal. 5 de novembro de 2013. Disponível em: <http://vilamamifera.com/noquintal/analizando-valente-parte-1-de-2/>. Acesso em: 5 10 2015
- NUNES, Silvia Alexim. Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. *Psicol. clin.* v. 23, n. 2, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200007. Acesso em 10 nov. 2015.
- PERRAULT, C. *Contos de Perrault*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989
- PERRAULT, C. *Contos de Perrault*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- PETRAGLIA, Izabel; VASCONCELOS, Maria Aparecida Flores de Cintra. *Contos de fada: histórias de todos os tempos. Origens no imaginário do sujeito complexo*. ANAIS. 1º Congresso Internacional de filosofia da educação de países e comunidades de língua portuguesa. São Paulo, Universidade Nove de Julho, setembro de 2009. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Eventos_parceria/SOFELP/19.pdf Acesso em: 25/9/2015.
- PROPP, V. I. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- RODRIGUES DE SOUZA, S. V. Fantasia, erotismo e mistério: encantamentos que perpassam pelo impacto narrativo do conto. *Revista Thema*, v. 9, n. 2, 2012. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/141/81>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- URBIM, E. A verdadeira moral da história. *Superinteressante*, dez. 2008. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cultura/verdadeira-moral-historia-447924.shtml> Acesso em: 2 maio 2015.

TRANSEXUALIDADE: UMA LUTA EMANCIPATÓRIA.*Flávia F Silva¹*

TRANSSEXUALITY: AN EMANCIPATORY STRUGGLE

Resumo: Esse trabalho pretende pensar um sujeito que, para emancipar-se, precisa abrir mão da autonomia. O transexual é hoje um gênero ininteligível no aspecto sociocultural, um sujeito anulado em sua expressão de identidade, esse corpo estranho, abjeto, incomoda e perturba, já que o significado cultural dado pelo meio não condiz com o que ele sabe de si, sua construção ideológica é atravessada por essa estranheza. Ao perceber-se transexual, à medida que se encontra fora da dicotomia normativa ele precisa abdicar de sua autonomia, para permitir-se diagnosticar e assim ser “colonizado” pelo biopoder institucional.

Palavras-chave: transexualidade; autonomia; emancipação; biopoder; colonização

Abstract: This work intends to think a human being who, to emancipate herself/ himself, needs to give up autonomy. The transsexual is now an unintelligible genre when it comes to the socio-cultural aspect, a subject annulled in its identity expression, this unfitted body, object, bother and disturb, since the cultural significance given by the social environment dismisses what he knows about himself/ herself, his/ her ideological construction is crossed by a strangeness. By the moment s/he perceives himself/herself transsexual, as s/he is outside the standard dichotomy, s/he faces the necessity of abdicating his/her autonomy, in order to allow self diagnosis and, therefore, be “colonized” by the institutional biopower.

Keywords: transsexuality; autonomy; Emancipation; biopower; colonization

¹ Psicóloga clínica, com especialização em sexualidade (Uni IBMR) e gestalt-terapia (IPGL), mestranda do projeto de pós-graduação em psicologia da UFRJ. Com experiência também em psicologia nas organizações – prática em gestão de pessoa (UERJ). Participação em projetos de valorização da cidadania, sexualidade saudável e contracepção. E-mail: flaviasilva@terapiasesexualidade.com.br

Introdução

Emancipação, segundo os dicionaristas, é autonomia, independência; a transexualidade é definida por Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 15) como: “pessoa que reivindica o reconhecimento do sexo ao qual se identifica”. Connell (2014), em palestra proferida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), diz a respeito da transexualidade que “não se trata de uma escolha de estilo de vida, ou preferência, mas sim saber o que a pessoa é, e isto está em contradição com o que os outros pensam saber.”

Desde 2008 o Sistema Único de Saúde (SUS) atende a transexuais no formato predefinido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) através da portaria n. 457, que é ampliada em 2013 na portaria n. 2803. O atendimento é realizado nos moldes do CFM, e tem como base o diagnóstico dos manuais de psiquiatria, como o DSM V, que recentemente fez uma mudança de nomenclatura em relação ao seu antecessor, o DSM IV, que tratava a transexualidade como transtorno de identidade de gênero (TIG). Em sua versão atualizada, temos a volta do termo disforia de gênero, porém com maior detalhamento de critérios para o diagnóstico clínico. Não podemos negar a importância da primeira resolução dada pelo CFM para a liberação dos procedimentos cirúrgicos, uma vez que antes disso tais procedimentos eram eticamente condenados como crime de lesão corporal, assim como considerar que atualmente o transexual somente é incluso no programa do SUS caso atenda as postulações do CFM, como já dito. Dessa maneira, os profissionais que presentemente realizam atendimento e produção de laudos são, hoje, o caminho de assistência à demanda dessas pessoas. Apesar de a transexualidade ter surgido como termo desde o final do século. XIX, com o intuito de classificação de homossexualidades, foi somente diante da resolução do CFM que alguma forma assistencial foi de fato pensada e implementada, primeiro em caráter experimental e de pesquisa, para gradativamente ir evoluindo não só enquanto procedimento, com o desenvolvimento biotecnológico, mas também nas discussões em outros campos do saber.

Autores que defendem a necessidade de despatologização da transexualidade colocam em pauta não somente a nomenclatura utilizada pelos manuais, mas questionam a forma que um diagnóstico desta magnitude se propõe, assim como, seus critérios, que por si só criam a ne-

cessidade de autenticação do sujeito, por meio de uma série de laudos e de provas que venham a justificar seu tratamento, tirando da pessoa transexual o poder de perceber seu corpo e ter por ele a capacidade decisória.

Neste artigo pretendo problematizar brevemente não só a necessidade de um diagnóstico como também as implicações que ele traz para a experiência transexual, além da maneira com a qual a sociedade vivencia a quebra da norma dicotômica homem e mulher.

Gênero: variável biológica ou construção social.

Autores das mais diferentes práxis defendem a ideia de deslocamento de gênero, recusam o pensamento biologicista em que o sexo binário seria definidor do gênero, percebem a identidade de gênero como uma construção social regida por identificações processuais do sujeito, sua história e experiência corporificada. Porém o que se observa no meio social é uma tendência a arrastar questões de gênero para uma espécie de adequação fisiológica, estereotípica, e até de orientação de desejo sexual, como se todos esses quesitos estivessem intimamente entrelaçados, e tivessem um lugar ‘correto’ para habitarem.

Recentemente Guacira Louro (2015) trouxe à tona a perspectiva de corpos que transitam e desprezam as normas regulatórias da sociedade, rompendo com o que Butler chama de “interpelação fundamental”, que seria um chamamento que convoca o sujeito ao gênero anunciado, a tomar seu lugar no binarismo homem/mulher tendo como ponto de partida o sexo biológico. A autora ressalta o recorte cultural a respeito do que é esperado de cada sexo como sendo um produto da linguagem, ou seja, da cultura, das produções de sentido regidas pelo social. Louro (2015) diz ainda não haver espaço na lógica binária para as múltiplas possibilidades, corpos transexuais seriam corpos abjetos, excluídos, desprezíveis e repugnantes. Butler (2011) aponta o gênero como performativo, ou seja, produzindo uma série de efeitos: a maneira que agimos globalmente no dia-a-dia e a forma como nos expressarmos consolida o ser homem ou mulher, e isso não se trata de uma verdade interna, mas sim uma idealização, um fenômeno produzido o tempo todo, uma performance cujo “roteirista” seria a cultura. A proposta da filósofa é a de pensarmos a possibilidade de ninguém pertencer a determinado gênero, rom-

pendo com os estereótipos do domínio do “normal” para nos implicarmos na liberdade de Ser. O que percebemos na prática é que, ao romper com a normatividade, o sujeito perde a liberdade autônoma e independente, passa a vivenciar a vulnerabilidade do desenquadre. Butler (2009) destaca que a violência é imposta pelas normas ideais de gênero, especialmente contra aquelas pessoas que são diferentes em relação ao gênero, que são desviantes, em sua apresentação.

Violência e vulnerabilidade

Podemos agora pensar no conteúdo da violência, partindo do conceito de performatividade para o de precariedade, também da filósofa Judith Butler, que não toca somente na questão do transexual, mas abarca o que há de marginal na sociedade, seja no âmbito da pobreza, do racismo, da prostituição, a violência de uma maneira geral. O conceito está intimamente ligado à humanização/desumanização da alteridade do ser. A precariedade com a qual o sujeito vive o coloca em situação de vulnerabilidade, a “colonização” feita pelo poder médico, que legitima o sujeito como “verdadeiro transexual” ou não, conduz a um processo de psiquiatrização do transexual, o marginaliza, torna-o vulnerável, já que o reduz a um padrão dicotômico de sanidade x doença. A esse respeito nos esclarecem Arán, Murta e Lionço (2009):

A partir do relato de experiências assistenciais, alguns autores destacam que a certeza quanto ao pertencimento ao gênero oposto, a qual às vezes se expressa pela crença numa identidade fixa, se repete no cotidiano do atendimento a pacientes transexuais. Porém, afirmam que a transexualidade não necessariamente fixa uma posição subjetiva e destacam a importância de deslocar a manifestação social da transexualidade da necessidade de traduzi-la imediatamente numa patologia, numa estrutura ou num modo de funcionamento específico, o que nos permitiria escapar da sua psiquiatrização. A experiência transexual, neste sentido, comportaria várias formas singulares de subjetivação. (p. 1145)

O transexual se observa perante uma questão existencial, precisa autorizar que outros saberes o tutelem, para que, com este enquadramento, possa ser atendido, ainda que

dentro de um padrão biomédico. Ocorre com o transexual a indisponibilidade de seu próprio corpo, para o direito decisório sobre o que diz respeito a si, sua vida, seu corpo e sua construção ideológica.

Diante disso sucede a necessidade de pensar o reenquadramento imposto por um coletivo que não sustenta a quebra de suas normas, produzindo uma pasteurização de como cada corpo deve se expressar, para que esteja de acordo com os papéis performáticos dados e possa, assim, ser um ator social adequado. Marreiros e Silva (2014) questionam o que de fato faz um sujeito ser homem ou mulher, sinalizam a transgressão do transexual ao negar essas polaridades para se construir a partir de suas mudanças corporais; suas identidades são remoldadas a partir de suas experiências, que são corporificadas, vivenciadas, e por que não dizer, sangradas em seus corpos. Seja na intervenção médica, através das cirurgias de ressignificação, seja pelo massacre ideológico e físico que passam em seu dia-a-dia de violência e preconceito. Segundo as autoras:

Manter um pênis não faz de uma mulher trans um homem, ou ter uma vagina não faz de um homem trans uma mulher, o que pretendemos mostrar aqui é exatamente as múltiplas possibilidades de se colocar em uma identidade de gênero sem necessariamente precisar de um aparato físico além do sentir-se... (Marreiros e Silva, 2014, p. 4)

Louro (2013) afirma que delimitamos padrões ao colocarmos na heterossexualidade uma matriz de normas, ao passo que, gênero e sexualidade têm em si, a instabilidade de construções histórico-cultural, pondo em risco significados e práticas, desestabilizando as normas, transgredindo a pauta heteronormativa. Essa ousadia do transexual tira a sociedade de seu habitual, causa estranheza e reação, e nessa guerra de vetores sociais as forças se direcionam para muitos lados, fazendo com que a experiência transexual esteja para além de sua experiência corporal subjetiva, o transexual não só vive o que Connel (2014) chama de corpo encarnado, ele experimenta também essa estranheza, muitas vezes traduzida em hostilidade, violência, exclusão, negação de espaço, negação simbólica de sua existência, assim como, a perda de sua competência autônoma, e a exigência da salvaguarda biomédica

para ter sua demanda legitimada.

A importância da despatologização das identidades transexuais.

A cientista social Berenice Bento (2014), chama a atenção para a necessidade do estabelecimento de um campo conceitual que seja explícito da transexualidade, que abarque suas demandas de maneira a respeitar a subjetividade de seus atores. A reivindicação comum aos muitos grupos de militância trans é em relação a direitos básicos como ao acesso a espaços públicos e privados, como no caso da utilização de banheiro que esteja de acordo com seu sexo anunciado, por exemplo, além de direito à educação e à empregabilidade.

Os processos de estigmatização, de violência simbólica e de vulnerabilidade aos quais a pessoa trans está exposta, como vimos na primeira parte desse artigo, desencadeia sofrimento físico e psíquico. Transexuais são compelidos a negociar nas mais diferentes instâncias, com as várias instituições públicas e sociais, o respeito pela sua subjetividade, a sua experiência corporal e sua construção subjetiva do sentimento que envolve sua percepção de si, não são por si só vistos como fundadores de sua demanda. Há de se ter um diagnóstico regulamentado e universal, tal exigência é apontada pela militância trans e também por autores como uma negativa de autonomia, singularidade e direito sob o próprio corpo. Bento (2014) destaca em sua pesquisa que:

O trabalho de campo revelou que há uma pluralidade de interpretações e de construções de sentido para os conflitos entre corpo e a subjetividade nessa experiência. O que faz um sujeito afirmar que pertence a outro gênero é um sentimento; para muitos transexuais a transformação do corpo através dos hormônios já é suficiente para lhes garantir um sentimento de identidade, não chegando a reivindicar as cirurgias. (p. 50)

Os mais diversos autores sinalizam que, para entendermos as reivindicações da população trans, é imperativo nos debruçarmos em suas demandas de maneira a ampliá-las no que tange o direito à saúde pública: que a essas pessoas seja garantido o princípio da integralidade, tendo a equipe de atendimento da pessoa transexual uma prática que se ocupe do sofrimento deste paciente para além do dispositivo bioló-

gico e o reconhecimento de sua demanda de maneira global, respeitando sua subjetividade e as peculiaridades de cada caso, somente assim teremos um atendimento que dê conta das pluralidades que a temática exige.

Perelson (2011) destaca que a solicitação do transexual não se encerra na modificação de seus caracteres primários e secundários de gênero, mas que essa modificação seja reconhecida, chegando a salientar que o tratamento jurídico das demandas trans se torna mais capital que as abordagens e intervenções médicas a que são submetidos. A autora destaca o argumento do médico Klotz e o explicita: "Se o tratamento adequado ao transexual pode ser concedido pelo direito e não pela medicina, o transexualismo deixa de ser uma questão médica, ou ainda, sai definitivamente da rubrica do patológico" (PERELSON, 2011, p. 10).

Entre os teóricos que se ocupam da transexualidade sob a perspectiva socio-histórica, partindo de um viés subjetivo da experiência do sujeito, em que somente a ele cabe falar de si e de sua experiência intrínseca de ser, experimentar a vivência da convicção de que a transexualidade passa a ocupar o lugar antes ocupado pela homossexualidade como patologia a ser administrada pelo saber médico (ÁVILA; GROSSI, 2010; ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009; BUTLER, 2009)

Não podemos negar que a discussão sobre a questão da despatologização pode trazer à tona o argumento de que o diagnóstico se faz necessário, uma vez que a pessoa transexual solicita um tipo de tratamento. Pensamos que tal associação reduz o sujeito que demanda cuidados a estar atrelado sempre ao caráter patológico, o que se desconstrói quando consideramos pacientes obstétricas, que têm em seu quadro de gravidez um espaço de vida com garantida de assistência médica e suporte nos sistemas de saúde de maneira ampla.

Butler (2009) aponta o diagnóstico como um instrumento de possibilidades, tanto a de ações quanto de restrições, e emerge a força simbólica que tal instrumento pode ter, principalmente em relação a pessoas que são privadas do espaço da escola e com isso não se equipam de pensamento crítico para lidar com os estigmas de uma vida patologizada. Segue a autora:

Nesses casos, o diagnóstico pode ser debilitante, senão assassino. Algumas vezes, o diagnóstico assassina a alma; e, algumas vezes torna-se um fator para o suicídio. As-

sim, o que está em jogo neste debate é altamente importante, pois parece ser, afinal, uma questão de vida ou morte; para alguns, o diagnóstico parece significar a própria vida e, para outros, o diagnóstico parece significar a morte. (p. 98)

O diagnóstico de pessoas transexuais, de acordo com ou autores já citados, não só cria um estigma da loucura, como também torna-as vulneráveis e desapropria o sujeito de seu corpo, exigindo uma autenticação do outro para que o exercício de SER seja autorizado. A despatologização contribui, sob esse aspecto, na saúde global e ampla do sujeito, que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), promove um estado de pleno bem estar físico, mental e social, estando para além da saúde x doença, e se constitui em um direito fundamental de todos a ser garantido por seus governos não só no atendimento ao direito à saúde, mas também no esclarecimento social afim de que esses sejam agentes promotores do conceito de saúde e bem-estar.

Conclusão

Precisamos ter compromisso com a alteridade na esfera pública, práticas éticas independente de igualdade, mas principalmente partindo da diferença. Que esses sujeitos não tenham mais corpos abjetos, dependentes de todo um sistema. A liberdade só pode ser exercida se há apoio para do ato de ser livre.

Não há como ser livre quando se está sob a tutela de um manual, de um profissional e/ou de uma instituição. Para que haja igualdade no atendimento, o paradoxo da diferença tem de ser analisado; atender de maneira igualitária significa atender a demanda de cada sujeito, respeitando sua subjetividade e singularidade.

O direito à vivência corporal é inerente a todas as pessoas, porém para o transexual esse direito deve passar pela esfera do enquadre dicotômico, lhe é negado o direito decisório sobre o próprio corpo e o melhor tratamento que deseja para si. A proposta aqui é pensarmos a possibilidade de trânsito, em que a expressão corporal, a "incorporação" de si possa ser livre, autônoma e ôntica.

Não podemos compreender esse corpo vulnerabilizado fora dessa rede em que vivemos, ou seja, a vulnerabilidade corporificada é relacional, tendo na ciência, na norma médica do

diagnóstico um contribuidor da desqualificação e por consequência um dos atores da vulnerabilidade.

Dar voz ao transexual é empoderá-lo, somente a ele cabe o relato real de sua experiência de existir, de sentir-se, como articulou a psicanalista Thatiana Lionço em vídeo gravado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), "é o transexual quem deve nos dizer algo a respeito dele e não o contrário".

Diante da realidade diagnóstica atual podemos perceber, em eventos e até mesmo dentro das militâncias LGBT, que esse sujeito fica invisibilizado, devemos pensar no quanto o caráter patológico contribui para esse movimento diante do explanado neste artigo, esse sujeito tutelado, que precisa autenticar no poder biomédico sua experiência, acaba sendo discursado também por outros, mas podemos acompanhar que há entre os transexuais um movimento de resistência e solicitação de fala, de espaço, e nós, enquanto profissionais de promoção de saúde e articulação política, não podemos fechar os olhos a essa solicitação. Os vários campos do saber, social, antropológico, político e de promoção de saúde podem, ao pensar o seu lugar, contribuir para que tenhamos uma prática de acesso a autonomia e ao direito decisório.

Referências

I *Seminário Queer: cultura e subversões das identidades*, Sesc, 2015, São Paulo. Disponível em: http://www.secsp.org.br/online/artigo/9269_1+SEMINARIO+QUEER+CULTURA+E+SUBVERSOES+DA+IDENTIDADE#/tagcloud=lista. Acesso em: 11 set 2015.

ARAN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jul. 2015.

ÁVILA, S; GROSSI, M. P. *Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer*. V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH – 2010. Natal, RN, 2010. Disponível em: <<http://nigs.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSG%C3%8ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI%C3%81SPORA-QUEER-Simo>>

ne-%C3%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf> . Acesso em: 13 jul. 2015.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 2 ed. NATAL: EDUFR, 2014.

BUTLER, J. *Desdiagnosticando gênero*, Physis, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 95-126, 2009.

BUTLER, J. Vida precária. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, n.1. p.13-33.

CASTEL, P. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Jul. 2015.

CFM, Conselho Federal de Medicina. Resolução n. 1955 de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a resolução CFM n. 1652/02. *Diário Oficial*, Seção I, p. 109-110

CFP, Conselho Federal de Psicologia. *A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia – Parte I & II*. Disponível em: <https://www.youtube.com/v/RL4M_Msl-eA>. Acesso em 09 mar. 2016.

CONNELL, R. *Embodiment [“incorporação”] das mulheres transexuais: gênero, medicina e política*. Palestrada apresentada pelo CLAM, a respeito da dimensão encarnada do gênero como central para a experiência das mulheres transexuais. Rio de Janeiro, RJ, abr. 2014.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 15 out. 2015.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: Ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOURO, G. L. *Educação e saúde: aprendizados*.

In: I Seminário Queer: Cultura e Subversões das Identidades, SESC, 2015, São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/9269_1+SEMINARIO+QUEER+CULTURA+E+SUBVERSOES+DA+IDENTIDADE#/tagcloud=lista> Acessado em: 11 set. 2015.

MARREIROS, A. W.; SILVA, F. F. *Transexualidade x (Trans)Invisibilidade: a possibilidade dinâmica da awareness de sujeitos patologizados pelo binarismo e mutilados para invisibilizar*. Trabalho apresentado no XIV Congresso Internacional de Gestalt-Terapia, Rio de Janeiro, RJ, mai., 2015.

OMS, Organização Mundial da Saúde. *Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)*, – 1946. USP. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organizacao-Mundial-da-Saude/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswwho.html>> Acesso em: 17 mar. 2016.

PERELSON, S. Transexualismo: uma questão do nosso tempo e para o nosso tempo. *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X201100200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 jul. 2015

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. *A Transexualidade no cenário brasileiro atual: a despatologização e o direito à identidade de gênero*. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades – Grupo Enlace. Salvador, BA, 2013. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/A-transexualidade-no-cen%C3%A1rio-brasileiro-atual-a-despatologiza%C3%A7%C3%A3o-e-o-direito-%C3%A0-identidade-de-g%C3%AAnero.pdf>> . Acesso em 13 jul. 2015.

VENTURA, M. *A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

TRANSTORNO DO INTERESSE E EXCITAÇÃO SEXUAL FEMININO NO DSM-V

Jorge José Serapião¹

DISORDER OF FEMALE SEXUAL AROUSAL AND INTEREST IN DSM-V

Resumo: O autor apresenta as modificações propostas pelo DSM-V em relação ao desejo sexual hipoativo feminino, criticando a retirada da palavra *desejo* de um dos mais frequentes diagnósticos de disfunção sexual feminina.

Palavras-chave: desejo sexual hipoativo feminino; DSM-V; desejo

Abstract: The author presents the modifications proposed by DSM-V in relation to female hypoactive sexual desire criticizing the removal of the word *desire* to one of the most frequent diagnoses of female sexual dysfunction.

Keywords: female hypoactive sexual desire; DSM-V; desire

¹ Médico e psicólogo. Professor responsável pela disciplina de sexualidade humana da Faculdade de Medicina da UFRJ.
E-mail: jjserapiao@gmail.com

O Diagnostic and Statistical Manual (DSM) é um manual usado por clínicos e pesquisadores para diagnóstico e classificação de doenças mentais. Ele é publicado pela Associação de Psiquiatria Americana (APA) que, em 2013, após 14 anos de revisão, publicou sua última edição, DSM-V, em substituição DSM-IV/R, publicada em 1999. Observa-se que o DSM-V teve por objetivo compensar algumas inconsistências de suas edições anteriores.

Indiscutivelmente, uma das principais mudanças que o DSM-V apresenta, no capítulo das disfunções sexuais, é a fusão dos tópicos Transtornos sexuais do desejo e Transtorno da excitação em mulheres, que apareciam no DSM-IV/R, substituindo-os por um só termo denominado: Transtorno do interesse e excitação sexual feminino.

Assim, o recém-lançado *Manual de diagnóstico estatístico de transtornos mentais* (DSM-V) (APA, 2013) reúne os termos “interesse” e “excitação” e remove a palavra “desejo” da nomenclatura de uma das mais frequentes queixas entre as disfunções sexuais do sexo feminino — o desejo sexual hipoativo. E não se deva argumentar que o desaparecimento do termo “desejo” feminino seja um mero jogo de palavras porque, para os homens, o DSM-V manteve o verbete Transtorno do desejo sexual masculino hipoativo.

Também não é de estranhar a imprecisão dos novos termos na medida em que qualificativos como “complexo”, “flexível”, “sensível” e “receptivo” têm sido muito popularmente associado com a feminilidade. Por outro lado, a troca de DSHF — desejo sexual hipoativo feminino (em inglês HSDD) para TI/ESF — transtorno do interesse / excitação sexual feminino (em inglês SI/AD) faz suspeitar da possibilidade da erradicação do desejo como um componente constitutivo da sexualidade feminina.

Logo após a divulgação do DSM-V, a APA (2013) apresentou um detalhamento das modificações propostas em relação ao DSM-IV/R. No que se refere às Disfunções Sexuais Femininas chamou inicialmente a atenção para os numerosos trabalhos, sem citação específica, alertando para o fato de que, nelas, a resposta sexual nem sempre é um processo linear, uniforme e que a distinção entre certas fases (por exemplo, desejo e excitação), é imprecisa.

Antecedendo ao DSM-V alguns autores (SEGRAVES; SEGRAVES, 1991) e (BASSON et al., 2003) já chamavam a atenção uma alta co-

morbidade de distúrbios de interesse e de excitação, tanto em homens quanto em mulheres. Outros como Graham et al. (2004) e (ANSSEN et al. (2008) sinalizavam para o aumento da rejeição de um modelo linear de excitação sexual. Graham (2010) já defendia essa fusão baseado no fato de que existe um grande número de pesquisas sugerindo que a separação pode ter sido artificial.

Assim, o DSM-V, com relação às disfunções sexuais femininas e no que se refere ao Transtorno de interesse e excitação sexual passou a exigir para seu diagnóstico os seguintes critérios:

A. Ausência ou redução significativa do interesse ou da excitação sexual manifestada por pelo menos 3 dos seguintes:

1. Ausência ou redução do interesse pela atividade sexual.

2. Ausência ou redução dos pensamentos ou fantasias sexuais/eróticas.

3. Nenhuma iniciativa ou iniciativa reduzida de atividade sexual e, geralmente, ausência de receptividade às tentativas feitas pelo parceiro.

4. Ausência ou redução na excitação/prazer sexual durante a atividade sexual em que quase todos ou em todos (aprox. 75 a 100%) os encontros sexuais em contextos situacionais identificados ou, se generalizado, em todos os contextos.

5. Ausência ou redução do interesse/excitação sexual em resposta a quaisquer indicações sexuais ou eróticas, internas ou externas (por exemplo: escritas, verbais, visuais).

6. Ausência ou redução de sensações genitais ou não genitais durante a atividade sexual em quase todos ou em todos (75 a 100%) os encontros sexuais (em contextos situacionais identificados ou, se generalizado, em todos os contextos).

B. Os sintomas do critério A persistem por um período de aproximadamente seis meses.

C. Os sintomas do critério A causam sofrimento clinicamente significativo para a mulher.

D. A disfunção sexual não é mais bem explicada por um transtorno mental não sexual ou como consequência de uma perturbação grave do relacionamento (por exemplo: violência do parceiro) ou de outros estressores importantes e não é atribuível aos efeitos de alguma substância/medicamento ou outra condição médica.

Chama a atenção o fato de que a nova edição introduziu os requisitos duração e frequência de distúrbios sexuais. Todos os diagnósticos, exceto a disfunção sexual induzida por medicação/substância, agora requerem um período

mínimo de duração de aproximadamente seis meses, bem como a presença de sintomas em 75% a 100% do tempo. Essas exigências corrigem o que foi visto como uma falha em critérios de diagnóstico de disfunção sexual anteriores, especialmente quando comparados com outros diagnósticos do DSM-IV/R, que tinham requisitos de duração. O DSM-V considera os seguintes subtipos de diagnóstico:

Ao longo da vida x Adquirido
Generalizado x Situacional
Moderado x Grave

Destaque-se o fato de que a falta de capacidade de resposta aos avanços de um parceiro é incluída como critério para o diagnóstico de disfunção sexual nas mulheres. Ishak e Tobia (2013), resumindo as modificações das disfunções sexuais apresentadas pelo DSM-V, referiu o fato de não estar havendo uma aceitação unânime dessas propostas pela comunidade dos psiquiatras.

Segundo Balon e Clayton (2014), embora o Transtorno do interesse/excitação sexual feminino TI/ESF (em inglês *interest/arousal sexual disorder SI/AD*), como um novo diagnóstico, possa parecer uma simples 'combinação' de dois diagnósticos descritos anteriormente pelo DSM-IV/R (Transtorno do desejo sexual hipoativo em mulheres e o de Transtorno da Excitação Feminino) isto, definitivamente, não é verdadeiro. Segundo eles, a proposta desse diagnóstico, na verdade, cria o caos em toda a área de disfunções sexuais, e enumeram as razões dessa contundente afirmação:

1. Ausência de artigos científicos que justifiquem a separação dos sexos no que diz respeito ao desejo e excitação;
2. Não haver nenhuma pesquisa de campo ou outros ensaios testando esse diagnóstico;
3. É o fato de que desejo e excitação são processos similares em homens e mulheres.

Ainda segundo esses autores, a principal razão para a criação desse diagnóstico foi desmantelar o conceito de longa data de ciclo linear da resposta sexual (desejo, excitação, platô, orgasmo e resolução) e substituí-lo, nas mulheres, por outro conceito de modelo circular da resposta sexual. Comprova essa estratégia o fato de que, na listagem de diagnósticos relacionados às disfunções sexuais, a ordem é alfabética, e não, lógica, quando obedecia às fases do ciclo da resposta sexual humana, como era no DSM IV-R/R.

Além disso, Balon e Clayton (2014) qualificam o TI/ESF como um equívoco, isso porque esse diagnóstico poderá ser feito sem qualquer comprometimento da excitação. Para tanto, explicam: o Critério A requer que a falta ou a redução significativa do interesse sexual / excitação seja manifestada por, pelo menos, três dos seis critérios listados. Ora, os três primeiros descrevem claramente o interesse sexual reduzido ou ausente e não têm nada a ver com a excitação: (1) Ausente / reduzido interesse na atividade sexual; (2) Ausência ou redução de pensamentos sexuais / eróticos ou fantasias; (3) Nenhuma iniciativa ou iniciativa reduzida de atividade sexual e, geralmente, ausência de receptividade às tentativas feitas pelo parceiro. Assim, uma mulher poderia ser diagnosticada como sofrendo de TI/ESF sem qualquer comprometimento da excitação.

Finalmente chamam a atenção para a imprecisão dos termos genital e extragenital. O DSM-V fala em "sensação genital ou não genital", mas não indica se estas devem ser de natureza sexual (por exemplo, urgência urinária, é uma sensação genital, e sensações não genitais podem ser qualquer coisa: fome, frio etc.). Nessa linha de crítica, Sarin, Amsel e Binik (2013) denunciaram que os novos critérios excluíam um número excessivamente elevado de pacientes com pouco desejo e excitação sexual.

Por outro lado, segundo Basson (2014), o diagnóstico de mulheres com disfunção sexual devido à falta de desejo sexual, pensamentos sexuais e fantasias sexuais não era baseada em evidências e estavam superestimados, principalmente por não se valorizar os aspectos relacionais envolvidos. Tais afirmações tinham suporte nas excelentes revisões sobre desejo, satisfação, pensamentos e fantasias sexuais desenvolvidas por Brotto (2010) e Graham (2010).

Basson (2000) há algum tempo tem proposto um modelo alternativo da resposta sexual de mulheres (modelo circular) baseado em quatro reivindicações: (a) as mulheres não são biologicamente levadas a libertar a tensão sexual da mesma maneira que os homens, porque elas não têm tanta testosterona quanto os homens; (b) comparadas com os homens, as mulheres experimentam motivações diferentes para se envolver em relações sexuais incluindo incentivos e recompensas que não são estritamente de natureza sexual e que podem ser muito mais importantes para a sua vontade de se envolver em sexo do que quaisquer impulsos biológicos para fazê-lo (ou seja, promovendo a intimida-

de, agradando o parceiro, evitando a discórdia relacional); (c) as mulheres experimentam uma excitação mental, subjetiva, que pode ou não ser acompanhada de excitação genital (ou ainda podem não estar cientes de sua própria excitação genital); e (d) as mulheres nem sempre têm orgasmos durante o sexo ainda que, sintam prazer.

Assim, quando o DSM-V relacionou os fatores de risco para o aparecimento desse transtorno, ficou evidente a importância que deu às questões psicossociais. Foram considerados fatores de risco para os TIESF: os Temperamentais (experiências e atitudes negativas em relação à sexualidade e histórico de transtornos mentais); os Ambientais (dificuldades de relacionamento, funcionamento do parceiro, história do desenvolvimento com relacionamentos precoces com cuidadores e estressores da infância) e os Genéticos e fisiológicos (diabetes mellitus, disfunções da tireoide). O mesmo se observa quando são listados os fatores associados que apoiam o diagnóstico, quando somente um deles não se refere a questões relacionais:

1. Fatores relacionados aos parceiros (por exemplo, o problema sexual do parceiro; o estado de saúde do parceiro);

2. Fatores de relacionamento (por exemplo, má comunicação, discrepâncias no desejo de atividade sexual);

3. Fatores individuais de vulnerabilidade (por exemplo, má imagem corporal, histórico de abuso sexual ou emocional), co-morbidade psiquiátrica (por exemplo, depressão, ansiedade), ou estressores (por exemplo, perda de emprego, luto);

4. Fatores culturais ou religiosos (por exemplo, inibições relacionadas com proibições contra a atividade sexual ou prazer, atitudes em relação à sexualidade);

5. Fatores médicos relevantes para o prognóstico, evolução ou tratamento.

Finalmente fica claro na listagem daquelas questões a serem consideradas como diagnósticos diferenciais que o DSM-V quis excluir fatores que antes ampliavam a incidência de desejo sexual hipoativo em mulheres, isto é: os itens 4 e 6 dessa relação:

1. Transtornos mentais não sexuais;
2. Uso de substância/medicamento;
3. Outra condição médica;
4. Fatores interpessoais;
5. Outras disfunções sexuais;
6. Estímulos sexuais inadequados ou ausentes.

Basson (2014), em artigo publicado pouco depois da divulgação do DSM-V, congratula-se com o comitê e propõe somente dois descritores para o TI/ESF:

Thus, I suggest that the following two criteria are evidence-based criteria for (intrinsic) FSIAD: (1) Absent/reduced interest in sexual activity and (2) Absent/reduced sexual interest/arousal/excitement/pleasure in response to any internal or external sexual/erotic cues, including partnered or solo sexual activity. There may also be a lack of physical sexual sensitivity of genital and nongenital areas. When similar criteria are met in some situations but not others clearly the disorder is to do with the context rather than to do with the woman's sexual physiology: "Extrinsic FSIAD" or "Contextual FSAID". Thus, the context becomes the focus of assessment and management and the woman herself is not labeled as being "disordered". Nor would she be a candidate for pharmacological treatment". (BASSON, 2014, s/n)

TI/ESF Intrínseco – Quando se identificar: (1) Ausente / reduzido interesse na atividade sexual e (2) Ausente / reduzido interesse / despertar / excitação / prazer sexual em resposta a qualquer estímulo interno ou externo / erótico, incluindo a atividade sexual em parceria ou solo. Também quando houver uma falta de sensibilidade sexual física das zonas genitais e não genital.

TI/ESF Extrínseco – Quando os critérios forem atendidos em algumas situações, mas não em outras e, assim, ficar claro que o transtorno tem mais a ver com o contexto do que com a fisiologia sexual da mulher. Aqui, o contexto torna-se o foco da avaliação e gestão e a mulher não é rotulada como sendo "disfuncional" e nem a faria ser candidata a tratamento.

Essas mudanças atendem à forma como as mulheres, atualmente, se relacionam com seus corpos sexuais e com seus parceiros e têm consequências sociais, psicorelacionais e biológicas, não nos parecendo, entretanto, recomendáveis a retirada da palavra desejo dos referenciais de diagnóstico de uma das mais frequentes disfunções sexuais femininas. Afinal deixar de se falar de alguma coisa é torna-la invisível. É certo também que ainda se haverá de discutir muito sobre o desejo feminino cujo entendimento Freud, no passado, nos aconselhou a buscar nos poetas.

“Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e mais coerentes”. (FREUD, 1934, v. 22, p. 134)

O que permitiu o atrevimento, como conclusão, falar de desejo em forma de poema:

O DESEJO FEMININO

J. J. Serapião (2015)

Eu me realizo nas coisas em que tu és indispensável.
Preciso de ti para ser fértil;
e é isso que me faz quase divina.
Porque, se me tocas, tenho um corpo pleno de milagres
donde brota a vida.

Preciso de ti para me sentir confirmada.
Confirmação da minha capacidade de amar;
do meu natural altruísmo;
da minha forma de ser difusamente inteligente.

Preciso de ti para despertar meu desejo;
às vezes a partir de um nada:
de um elogio, de uma flor, de um reconhecimento de mim.
Desejo que, às vezes, se satisfaz somente em me sentir desejada.

Preciso de teu olhar desejante, que me esculpe e seduz.

Preciso de ti para desencadear meu misterioso gozo delicioso e sereno; nem sempre necessário porque a mim... basta o prazer.

Quero-te, enfim, tanto quanto tu puderes ser homem.
Não quero pouco nem parte de ti. Quero-te inteiro!

Referências

APA (American Psychiatric Association). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

APA (American Psychiatric Association). *Highlights of changes from DSM-IV-R to DSM-5*. American Psychiatric Publishing,. 2013 Disponível em: <<http://www.psychiatry.org>>. Acessado em 23 out.- 2015.

BALON, R. CLAYTON, A. H., Female sexual interest/arousal disorder: a diagnosis out of thin air, *Archives of Sexual Behavior*, v. 43, p. 1227-1229, 2014.

BASSON, R. The female sexual response: A different model. *Journal of Sex & Marital Therapy*, v. 26, p. 51-65, 2000.

BASSON, R. *On the Definition of Female Sexual Interest/Arousal Disorder*. Springer Science+Business Media, Nova York, 18 jun. 2014.

BASSON, R.; LEIBLUM, S.; BROTTTO, L.; DEROGATIS, L.; FOURCROY, J. Definitions of women's sexual dysfunction reconsidered: advocating expansion and revision. *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynaecology*, v. 24, p. 221-229, 2003.

BROTTTO, L. A. The DSM diagnostic criteria for hypoactive sexual desire disorder in women. *Archives of Sexual Behavior*, v. 39, p. 221-239, 2010.

FREUD, S. *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*. Edição Eletrônica Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1969. Conferência XXXIII – Feminilidade. (Originalmente publicado em 1933).

GRAHAM, C. A. The DSM diagnostic criteria for female sexual arousal disorder. *Archives of Sexual Behavior*, v. 39, p. 240-255, 2010.

GRAHAM, C. A.; SANDERS, S. A.; MILHAUSEN, R. R.; MCBRIDE, K. R. Turning on and turning off: a focus group study of the factors that affect women's sexual arousal. *Archives of Sexual Behavior*, v. 33, p. 527-538, 2004.

ISHAK, W. W., TOBIA, G. DSM-5 Changes in Diagnostic Criteria of Sexual Dysfunctions. *Reproductive System and Sexual Disorders*, v. 2, p. 2 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4172/2161-038X.1000122>>. Acesso em 4 out. 2015.

JANSSEN, E.; MCBRIDE, K.R.; YARBER, W.; HILL, B. J.; BUTLER, S. M. Factors that influence sexual arousal in men: a focus group study. *Archives of Sexual Behavior*, v. 37, p. 252-265, 2008.

SARIN, S.; AMSEL, R.M.; BINIK, Y. M. Disentangling desire and arousal: a classificatory conundrum. *Archives of Sexual Behavior*, v. 42, n. 6, p. 1079-100, 2013.

SEGRAVES, K. B.; SEGRAVES, R. T. Hypoactive sexual desire disorder: prevalence and comorbidity in 906 subjects. *Journal of Sex & Marital Therapy*, v. 17, p. 55-58, 1991.

ANTIDEPRESSIVOS E SEXUALIDADE: UMA REVISÃO

Arnaldo Barbieri Filho¹

ANTIDEPRESSANTS AND SEXUALITY: A REVIEW

Resumo: Foram estudadas as ações dos antidepressivos (ADs) em cada fase da resposta sexual. Os ADs dopaminérgicos podem facilitar o desejo, a excitação e o orgasmo. Os anticolinérgicos inibem a excitação pela inibição parassimpática. Os anti- α_1 adrenérgicos inibem o orgasmo pela inibição da emissão espermática. Os anti-histamínicos₁ (anti-H₁) causam sonolência, o que prejudica o desejo e a excitação. Os que estimulam o receptor pós-sináptico 5HT_{2A} têm os seguintes efeitos: diminuem a dopamina no centro mesolímbico do prazer causando diminuição do desejo, aumentam a prolactina diminuindo o desejo e a excitação, inibem a ação do óxido nítrico (NO) dificultando a excitação, causam anestesia genital, inibem o reflexo medular da emissão espermática dificultando o orgasmo. Alguns ADs causam menos disfunções sexuais (DSs) como: Bupropiona, Agomelatina e Vilazodona, que estimulam a dopamina; Mirtazapina e Nefazodona antagonizando o receptor pós-sináptico 5HT_{2A}; Moclobemida, pois parece que os aumentos dopaminérgico e noradrenérgico compensam o aumento serotoninérgico; Reboxetina, que é noradrenérgica; Tianeptina, que parece estimular a dopamina mas não o receptor 5HT_{2A}. Quando um AD causa DS deve-se a princípio esperar, pois o quadro pode se resolver espontaneamente. A segunda opção é diminuir a dose da medicação, a terceira é dar um intervalo medicamentoso, a quarta é trocar o AD e a quinta é acrescentar outra droga ao AD. Podem ser usadas drogas dopaminérgicas, antisserotonérgicas em 5HT_{2A}, colinérgicas, inibidores da fosfodiesterase₅, Buspirona e outras. As drogas acrescentadas podem ter eficácia apenas parcial na melhora das DSs.

Palavras-chave: antidepressivos; resposta sexual; disfunções sexuais; manejo

Abstract: The actions of the antidepressants (ADs) were studied in each phase of the sexual response. The dopaminergic ADs can facilitate desire, arousal and orgasm. Anticholinergics inhibit parasympathetic excitement. Anti- α_1 adrenergics inhibit orgasm by inhibiting sperm issue. Antihistamines₁ (anti-H₁) cause drowsiness which undermines desire and arousal. ADs that stimulate postsynaptic receptor 5HT_{2A} have the following effects: decreased dopamine in the mesolimbic pleasure centers causing decreased desire, increase prolactin causing decreased desire and arousal, inhibit the action of nitric oxide (NO) which difficults arousal, cause genital anesthesia, inhibit medullary reflex of sperm issue inhibiting the orgasm. Some ADs cause less sexual dysfunction (SD): Bupropion, Agomelatine and Vilazodone because they stimulate dopamine; Mirtazapine and Nefazodone because they antagonize the post synaptic receptor 5HT_{2A}; Moclobemide because it seems that dopaminergic and noradrenergic increases compensate serotoninergic increase; Reboxetine because it is noradrenergic; Tianeptine because it seems to stimulate dopamine and don't stimulate the 5HT_{2A} receptor. When an AD causes SD we can first wait because its effect can resolve spontaneously. A second approach is to decrease the dose of medication. A third is to take a drug interval. A fourth is to swap the AD. A fifth is to add another drug to the AD. We can use dopaminergic, anti serotoninergic, cholinergic drugs, fosfodiesterase₅ inhibitors, Buspirone and others. The added drugs have only partial and transient effectiveness in improving sexual dysfunction.

Keywords: antidepressants; sexual response; sexual dysfunctions; management

¹ Médico psiquiatra, professor colaborador da pós-graduação em sexualidade humana da Faculdade de Medicina da USP de São Paulo, professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina Barão de Mauá de Ribeirão Preto.
E-mail: abarbierifilho@gmail.com.

Introdução

Os antidepressivos (ADs) são medicamentos usados para tratar depressão, transtorno obsessivo compulsivo (TOC), pânico e outras doenças (KAPLAN; SADOCK, 1999). O controle dessas patologias, proporcionado pelos ADs, pode melhorar a disfunção sexual (DS) associada a esses quadros. Porém, muitas vezes, o uso dessas medicações pode desenvolver uma DS antes não existente (AKSOY et al., 2012; CLAYTON et al., 2014; BALDWIN; MANSON; NOWAK, 2015).

Para que ocorra o desejo, a excitação e o orgasmo, vários mecanismos complexos e entrelaçados estão envolvidos. Existem fatores neurológicos, vasculares (arteriais e venosos), psicológicos, hormonais e farmacológicos. Cada fase da resposta sexual recebe influências de vários neurotransmissores, neuromoduladores e hormônios (HALLWARD; ELLISON, 2001; ANDERSSON; HEDLUND, 2002; COURTOIS et al., 2013; RAO; NAGARAJ, 2015).

Os ADs podem interferir na resposta sexual (RS) de maneiras diferentes, conforme seus mecanismos farmacológicos (HALLWARD; ELLISON, 2001; STAHL, 2013). Neste estudo, foi avaliado como os ADs causam DSs em cada uma das fases da resposta genital e o que pode ser feito para manejar tais disfunções.

Metodologia

Foi realizada revisão de literatura sobre ADs, RS e DSs. Também foram revisados os mecanismos de ação dos ADs, aspectos da RS e eventos adversos dos ADs na função sexual. O material científico pesquisado foi discutido com ênfase no manejo das DSs causadas pelos ADs.

Resposta sexual (RS)

A RS consiste de desejo, excitação, orgasmo e resolução. A mulher, no entanto, pode seguir o modelo circular de Basson, no qual a excitação pode preceder o desejo (BASSON, 2000, 2015; ABDO, 2013). Os mecanismos da RS são de extrema complexidade (HALLWARD; ELLISON, 2001; ANDERSSON; HEDLUND, 2002; PAGANI; DI DIO, 2002; COURTOIS et al., 2013). Estão envolvidos fatores neurológicos, vasculares, psicogênicos, hormonais, farmacológicos, neuropeptídios e doenças sistêmicas (Tabela 1).

Ação dos ADs nas fases da resposta sexual

Os ADs dividem-se em grupos, conforme seus mecanismos de ação (Tabela 2), podendo interferir no desejo, na excitação e no orgasmo (Tabela 3). Assim, os eventos adversos dos ADs dependem de seus mecanismos, valendo salientar os principais efeitos na sexualidade. O efeito anti-histamínico₁ (anti-H₁) pode causar sedação, o que pode diminuir o desejo e a excitação (STAHL, 2013; STAHL; LEE-ZIMMERMAN; CARTWRIGHT; MORRISSETE, 2013). O efeito anticolinérgico pode causar dificuldades de ereção, já que a acetilcolina é importante na excitação sexual (MESTON; FROHLICH, 2000). O efeito anti- α_1 causa hipotensão ortostática, tontura, ejaculação retrógrada e dor à ejaculação (BALON et al., 1993). Pode também retardar o orgasmo ou até causar priapismo, já que a ação adrenérgica em α_1 é importante para a emissão espermática (CREED; CARATI; KEOGH, 1991; ANDERSSON; HEDLUND, 2002; BESTANE; PAGANI; BARTOLO, 2002; XU et al., 2012).

Os ADs que estimulam a ação da serotonina em 5HT_{2A} podem dificultar o desejo devido à diminuição da dopamina no centro mesolímbico do prazer (ROSEN; LANE; MENZA, 1999) ou pelo aumento de prolactina (GALDIERO et al., 2012). Podem também retardar o orgasmo pela inibição do reflexo medular e causar anestesia genital (NEILL, 1991; HALLWARD; ELLISON, 2001) e ainda inibir a óxido nítrico sintetase dificultando a excitação (KADIOGLU et al., 2010; STAHL, 2013). Por outro lado, os ADs dopaminérgicos podem melhorar a função sexual (BIJLSMA et al., 2014).

Estratégias para o manejo das DSs provocadas pelos ADs

Em linhas gerais, as drogas dopaminérgicas e antisserotoninérgicas (anti-5HT_{2A}) melhoram as DSs (BIJLSMA et al., 2013). Porém, as drogas usadas para a melhora das DSs são de eficácia parcial e contraditória (DEL PORTO, 2003). Há cinco maneiras, comumente usadas, para se gerenciarem as DSs causadas pelos antidepressivos (KELTNER; McAFEE; TAYLOR, 2002; TAYLOR et al., 2013; CLAYTON et al., 2014): esperar e ver, diminuir a dose, intervalo medicamentoso, troca do antidepressivo e acrescentar outras drogas.

Esperar e ver: Alguns pacientes desenvolvem tolerância às DSs causadas pelos ADs. Frequentemente, após quatro a seis semanas de espera, a satisfação sexual volta (KELTNER; McA-

FEE; TAYLOR, 2002). A inibição do orgasmo pode se resolver espontaneamente em menos de um terço dos casos (BAZIRRE, 2003). Há estudos que mostraram que em três meses de seguimento, a melhora da ereção foi maior que a do desejo ou orgasmo (HALLWARD; ELLISON, 2001) Outro estudo revelou que em seis meses apenas 9,7% dos pacientes melhoraram totalmente e mais 11,2% parcialmente (MONTEJO et al., 2001).

Diminuir a dose: Às vezes, a dose pode ser diminuída sem perda do efeito AD (FAVA; RANKIN, 2002). Ter relações sexuais pouco antes da próxima tomada pode ajudar, já que as doses séricas da droga se encontram mais baixas.

Intervalo medicamentoso: Intervalos de um a três dias (ou maiores) sem o AD pode diminuir a DS (KELTNER; McAFEE; TAYLOR, 2002). Sintomas da síndrome da retirada ou da própria doença psiquiátrica podem aparecer. Para a Fluoxetina (que tem meia vida mais longa) não é recomendado o intervalo medicamentoso, pois este não seria suficiente para baixar os níveis séricos da droga. Interromper ADs de meia vida mais curta (como a Sertralina e a Paroxetina) 24 horas antes da relação sexual pode ajudar cerca de 50% dos pacientes (HALLWARD; ELLISON, 2001; DEL PORTO, 2003).

Troca do ad: Pode-se trocar por AD dopaminérgico como a Bupropiona, Agomelatina ou Vilazodona, pois a dopamina estimula as funções sexuais (STAHL, 2013; CHENU et al., 2014; CLAYTON; CROFT; HANDIWALA, 2014; PEREIRA et al., 2014); trocar por AD antagonistas do receptor $5HT_{2A}$ como a Mirtazapina e a Nefazodona (STAHL, 2013); pela Tianeptina (VADACHKORIA et al., 2009), que parece estimular a ação dopaminérgica mas não o receptor serotoninérgico $5HT_{2A}$; substituir pela Reboxetina (STAHL, 2013; WHISKEY; TAYLOR, 2013), que é noradrenérgica e parece produzir menos DSs; pela Moclobemida (KEKS; HOPE; CULHANE, 2014), a qual parece que com o aumento da ação dopaminérgica e noradrenérgica pode compensar o aumento serotoninérgico.

Acrescentar outras drogas: São usadas medicações dopaminérgicas como Bupropiona, Agomelatina, Vilazodona, Amantadina, Dextroanfetamina, Metilfenidato e Pegolina; drogas anti- $5HT_{2A}$ como Mirtazapina, Nefazodona e Trazodona; a Buspirona; drogas inibidoras da fosfodiesterase₅ como o Sildenafil; drogas colinérgicas como o Betanecol e também outras como a Yombina, Granisetron e Ginko Biloba (KELTNER; McAFEE; TAYLOR, 2002; BAZIRRE, 2003). Res-

salva-se que a Trazodona (que também é anti- $5HT_{2A}$) é bastante anti- α_1 , o que pode retardar o orgasmo, sendo útil na ejaculação precoce (XU et al., 2012; STAHL, 2013). A Ciproheptadina é um anti-histamínico que bloqueia o $5HT_2$, mas pode causar sonolência pelo efeito anti-histamínico e prejudicar a ereção pelo efeito anticolinérgico. Também pode diminuir o efeito AD (VICTOR, 1995). A Buspirona pode agir por estimular o $5HT_{1A}$, por supressão da prolactina e ativação dopaminérgica (KELTNER; McAFEE; TAYLOR, 2002; CLAYTON et al., 2014). Os Inibidores da Fosfodiesterase₅ aumentam o Monofosfato Cíclico de Guanosina (GMPc), favorecendo a ação do NO e a ereção.

Considerações finais

Os mecanismos da RS bem como os mecanismos de ação dos ADs são de extrema complexidade, o que dificulta o maior aprofundamento sobre o assunto (HALLWARD; ELLISON, 2001; ANDERSSON; HEDLUND, 2002).

Os ADs podem interferir na sexualidade de várias maneiras: melhorar a função sexual devido ao controle da doença emocional por eles tratadas. Podem também melhorar a ejaculação precoce (GUR; SIKKA, 2015) pelo efeito serotoninérgico em $5HT_{2A}$ e pelo efeito anti- α_1 . Já a ação dopaminérgica facilita a resposta sexual como um todo. Por outro lado, os ADs inibem a sexualidade por vários mecanismos. O efeito serotoninérgico (BIJLSMA et al., 2013) principalmente no receptor $5HT_{2A}$, inibe o desejo, a excitação e o orgasmo. O efeito anti- H_1 gera sonolência, inibindo o desejo e a excitação. O efeito anti- α_1 adrenérgico pode causar hipotensão postural, ejaculação retrógrada, retardo da ejaculação e até priapismo. O efeito anticolinérgico dificulta a excitação. No entanto, a inibição da sexualidade, causada pelos ADs, é útil no tratamento dos Transtornos Parafílicos (KHAN et al., 2015).

A escolha do melhor AD para cada paciente depende de inúmeros fatores, sendo a sexualidade apenas um deles. A Bupropiona, por exemplo, é bom para a sexualidade, mas não age bem em transtornos ansiosos e fóbicos. Assim, fatores como possível diagnóstico psiquiátrico ou de doenças clínicas, ansiedade, sono, peso e tolerabilidade são importantes para a escolha do melhor AD. Os ADs que menos causam DS são: Mirtazapina e Nefazodona por inibirem o $5HT_{2A}$, Bupropiona e Agomelatina por serem dopaminérgicos, Moclobemida, pois parece que

o aumento dopaminérgico e noradrenérgico compensam o aumento serotoninérgico, Reboxetina, que é noradrenérgico e Tianeptina, que parece estimular a ação dopaminérgica mas não o 5HT_{2A}. ADs mais novos como a Vilazodona parecem causar menos DS por agirem em 5HT_{1A} e terem ação dopaminérgica (STAHL, 2013; CLAYTON; CROFT; HANDIWALA, 2014).

Comparar DSs causados por ADs da mesma classe é ainda mais controverso. A Paroxetina, por exemplo, parece ser uma das que mais causa retardo ejaculatório (BAZIRRE, 2003; SERRETTI; CHIESA, 2009; GONG et al., 2011; ABDO, 2013; KHAZAIE et al., 2015). Assim, as DSs causadas pelos ADs são de difícil manejo e mais estudos serão necessários para lidar com o problema.

Referências

- ABDO, C. *Da depressão à disfunção sexual (e vice-versa)*. 4.^a ed. São Paulo: Segmento Farma, 2013. 144 p.
- AKSOY, U. M.; AKSOY, S. G.; MANER, F.; GOKALP, P.; YANIK, M. Sexual dysfunction in obsessive compulsive disorder and panic disorder. *Psychiatria Danubina*, Zagreb, v. 24, n. 4, p. 381-5, dec. 2012.
- ANDERSSON, K. E.; HEDLUND, P. Fisiologia do músculo liso cavernoso: neurotransmissores, mensageiros secundários, excitação-contração. In: GLINA, S.; PUECH-LEÃO, P.; REIS, J. M. S. M.; PAGANI, P. (orgs.). *Disfunção sexual masculina*. São Paulo: Instituto H. Ellis, 2002. p. 35-57.
- ANDERSON-HUNT, M.; DENNERSTEIN, L. Increased female sexual response after oxytocin. *British Medical Journal*, Londres, v. 309, n. 6959, p. 929, out. 1994.
- BALDWIN, D. S.; MANSON, C.; NOWAK, M. Impact of antidepressant drugs on sexual function and satisfaction. *CNS Drugs*, Philadelphia, v. 29, n. 11, p. 905-913, nov. 2015.
- BALON, R.; YERAGANI, V. K.; POHL, R.; RAMESH, C. Sexual dysfunction during antidepressant treatment. *Journal of Clinical Psychiatry*, Memphis, v. 54, n. 6, p. 209-212, jun. 1993.
- BASSON, R. The female sexual response: a different model. *Journal of Sex & Marital Therapy*, Nova York, v. 26, n. 1, p. 51-65, jan.-mar. 2000.
- BASSON, N. R. Human sexual response. *Handbook of Clinical Neurology*, Amsterdãam, v. 130, p. 11-18, 2015.
- BAZIRRE, S. *Psychotropic drug directory 2003/2004*. Norwich (England/Inglaterra): Five-pin Publishing Limited, 2003., 416p.
- BESTANE, W.; PAGANI, E.; BARTOLO, E. B. Fisiopatologia do descontrole ejaculatório. In: GLINA, S.; PUECH-LEÃO, P.; REIS, J. M. S. M.; PAGANI, E. (orgs.). *Disfunção sexual masculina*. São Paulo: Instituto H. Ellis, 2002., p. 87-99.
- BIJLSMA, E. Y.; CHAN, J. S.; OLIVIER, B.; VEENING, J. G.; MILLAN, M. J.; WALDINGER, M. D.; OOSTING, R. S. Sexual side effects of serotonergic antidepressants: mediated by inhibition of serotonin on central dopamine release? *Pharmacology, Biochemistry, and Behavior*, Phoenix, v. 121, p. 88-101, jun. 2014.
- CHENU, F. SHIM, S.; EL MANSARI, M.; BLIER, P. Role of melatonin, serotonin 2B, and serotonin 2C receptors in modulating the firing activity of rat dopaminergic neurons. *Journal of Psychopharmacology*, Oxford, v. 28, n. 2, p. 162-7, feb. 2014.
- CLAYTON, A. H.; EL HADDAD, S.; ILUONAKHAMHE, J. P. PONCE MARTINEZ, C.; SCHUCK, A. E. Sexual dysfunction associated with major depressive disorder and antidepressant treatment. *Expert Opinion on Drug Safety*, Londres, v. 13, n. 10, p. 1361-74, out. 2014.
- CLAYTON, A. H.; CROFT, H. A.; HANDIWALA, L. Antidepressants and sexual dysfunction: mechanisms and clinical implications. *Postgraduate Medicine*, Nova York, v. 126, n. 2, p. 91-99, mar. 2014.
- CORDÁS, T. A.; MORENO, R. A. *Conduitas em psiquiatria*. 3.^a ed. São Paulo: Lemos Editorial, 1999., 381p.
- COURTOIS, F.; CARRIER, S.; CHARVIER, K.; GUERTIN, P. A.; JOURNEL, N. M. The control of male sexual responses. *Current Pharmaceutical Design*, Schiphol, v. 19, n. 24, p. 4341-4356, 2013.
- CREED, K. E. CARATI, C. J.; KEOGH, E. J. The physiology of penile erection. *Oxford Reviews of Reproductive Biology*, Oxford, v. 13, p. 73-95, 1991.

- DEL PORTO, J. A. *Depressão*. São Paulo: Editora de Projetos Médicos Ltda., 2003., 69p.
- EL-SHAFFEY, H.; ATTEYA, A.; EL-MAGD, S. A.; HAS-SANEIN, A.; FATHY, A.; SHAMLOUL, R. Tianeptine can be effective in men with depression and erectile dysfunction. *The Journal of Sexual Medicine*, Malden, v. 3, n. 5, p. 910-917, setp. 2006.
- ELIASCHEWITZ, F. G. *Disfunção erétil e diabetes*. São Paulo: Pfizer, 2002., 33p.
- FAVA, M.; RANKIN, M. *Sexual functioning and SSRIs*. *Journal of Clinical Psychiatry*, Memphis, v. 63, n. 5, p. 13-16, , 2002.
- GALDIERO, M.; PIVONELLO, R.; GRASSO, L. F.; COZZOLINO, A.; COLAO A. Growth hormone, prolactin, and sexuality. *Journal of Endocrinological Investigation*, Milão, v. 35, n. 8, p. 782-794, sept. 2012.
- GILMAN, A. G.; HARDMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. *As bases farmacológicas da terapêutica*. Trad. Vorsetz, C.M., 10.^a ed. Rio de Janeiro: Macgraw-Hill Companies, 2003, 1647p.
- GONG, Z. Y.; TANG, T. L.; CUI, S.; WANG, J. Z.; DENG, X. Z. Oral paroxetine for premature ejaculation: a randomized controlled study. *Zhonghua Nan Ke Xue*, Nanjing, v. 17, n. 10, p. 923-925, oct. 2011.
- GUR, S.; SIKKA, S. C. The characterization, current medications, and promising therapeutics targets for premature ejaculation. *Andrology*, Oxford, v. 3, n. 3, p. 424-442, maio 2015.
- HALLWARD, A.; ELLISON, J. M. *Antidepressants and sexual function*. Londres: Harcourt Health Communications, 2001., 92p.
- KADIOGLU, M.; MUCI, E.; OZYAVUZ, R.; YARIS, E.; KESIM, M.; KALYONCU, N. I. Paroxetine inhibited the relaxations induced by EFS in mice corpus cavernosum: is it a NOS inhibition? *Fundamental & Clinical Pharmacology*, Nova York, v. 24, n. 1, p. 55-61, fevb. 2010.
- KAPLAN, H. L.; SADOCK, B. J. *Tratado de psiquiatria*. v. 2. Trad. Batista, D. et al. 6.^a ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. 3170p.
- KEKS, N. A.; HOPE, J.; CULHANE, C. Management of antidepressant-induced sexual dysfunction. *Australas Psychiatry*. v. 22, n. 6, p. 525-528, dez. 2014.
- KELTNER, N. L.; McAFEE, K. M.; TAYLOR, C. L. Mechanisms and treatments of SSRI - induced sexual dysfunction. *Perspectives in Psychiatric Care*, v. 38, n. 3, p. 111-116, jul. set. 2002.
- KHAN, O.; FERRITER, M.; HUBAND, N.; POWNEY, M. J.; DENNIS, J. A.; DUGGAN, C. Pharmacological interventions for those who have sexually offended or are at risk of offending. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, Oxford, v. 2, p. CD007989, fev. 2015.
- KHAZAIE, H.; REZAIE, L.; REZAIE PAYAM, N.; NAJAFI, F. Antidepressant-induced sexual dysfunction during treatment with fluoxetine, sertraline and trazodone; a randomized controlled trial. *General Hospital Psychiatry*, Nova York, v. 37, n. 1, p. 40-45, jan.-fev. 2015.
- LEONARD, M. P.; NICKEL, C. J.; MORALES, A. Hyperprolactinemia and impotence: why, when and how to investigate. *Journal of Urology*, Nova York, v. 142, n. 4, p. 992-994, out. 1989.
- MESTON, C. M.; FROHLICH, P. F. The neurobiology of sexual function. *Archives of General Psychiatry*, Chicago, v. 57, n. 11, p. 1012-1030, nov. 2000.
- MONTEJO, A. L.; LLORCA, G.; IZQUIERDO, J. A.; RICO-VILLADEMOROS, F. Incidence of sexual dysfunction associated with antidepressant agents: a prospective multicenter study of 1022 outpatients. Spanish Working Group for the Study of Psychotropic-Related Sexual Dysfunction. *Journal of Clinical Psychiatry*, Memphis, v. 62, Supl. 3, p. 10-21, 2001.
- NEILL, J. R. Penile anesthesia associated with fluoxetine use. *American Journal of Psychiatry*, Arlington, v. 148, n. 11, p. 1603.16, nov. 1991.
- PAGANI, E.; DI DIO, L. J. A. Bases biomorfológicas e fisiologia da ereção. In: GLINA, S.; PUECH-LEÃO, P.; REIS, J. M. S. M.; PAGANI, E. (orgs.). *Disfunção sexual masculina*. São Paulo: Instituto H. Ellis, 2002, p. 25-33.
- PARK, J. K.; PARK, J. S.; JEON, S. B.; CUI, W. S.; KIM, S. Z.; KANG, K. K.; LEE, S. W. Why a com-

bined intracavernosal injection with trimix and oral sildenafil is reliable therapy in the ultrasonographic evaluation of erectile dysfunction. *BJU International*, Oxford, v. 102, n. 8, p. 993-997, set. 2008.

PEREIRA, V. M.; ARIAS-CARRIÓN, O.; MACHADO, S.; NARDI, A. E.; SILVA, A. C. Bupropion in the depression-related sexual dysfunction: a systematic review. *CNS & Neurological Disorders Drug Targets*, San Francisco, v. 13, n. 6, p. 1079-1088, 2014.

PIERZ, K. A.; THASE, M. E. A review of vilazodone, serotonin, and major depressive disorder. *Primary Care Companion for CNS Disorders*, Memphis, v. 16, n. 1, p. PCC.13r01554, 2014.

PRINGLE, A.; BOGDANOVSKAYA, M.; WASKETT, P.; ZACHARIA, S.; COWEN, P. J.; HARMER, C. J. Does melatonin treatment change emotional processing? Implications for understanding the antidepressant mechanism of agomelatine. *Journal of Psychopharmacology*, Oxford, v. 29, n. 10, p. 1129-1132, out. 2015.

RAO, T. S.; NAGARAJ, A. K. Female sexuality. *Indian Journal of Psychiatry*, Poona, v. 57, Supl. 2, p. S296-302, jul. 2015.

REHMAN, J.; MELMAN, A. Fisiopatologia das principais causas de disfunção da ereção. In: GLINA, S.; PUECH-LEÃO, P.; REIS, J.M.S.M.; PAGANI, E. (org.). *Disfunção sexual masculina*. São Paulo: Instituto H. Ellis, 2002. p. 59-79.

ROSEN, R. C.; LANE, R. M.; MENZA, M. Effects of SSRIs on sexual function: a critical review. *Journal of Clinical Psychopharmacology*, Baltimore, v. 19, n. 1, p. 67-85, fev. 1999.

SERRETTI, A.; CHIESA, A. Treatment-emergent sexual dysfunction related to antidepressants: a meta-analysis. *Journal of Clinical Psychopharmacology*, Baltimore, v. 29, n. 3, p. 259-266, jun. 2009.

SCHATZBERG, A. F.; COLE, J. O. *Manual de farmacologia clínica*. Trad. Starestoj, R. E. 3.^a ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993., 265 p.

STAHL, S. M. *Stahl's essential psychopharmacology: neuroscientific basis and practical applications*. 4. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2013., 608p.

STAHL, S. M.; LEE-ZIMMERMAN, C.; CARTWRIGHT, S.; MORRISSETTE, D. A. Serotonergic drugs for depression and beyond. *Current Drug Targets*, Hilversum, v. 14, n. 5, p. 578-585, maio 2013.

TAYLOR, M. J.; RUDKIN, L.; BULLEMOR-DAY, P.; LUBIN, J.; CHUKWUJEKWU, C.; HAWTON, K. Strategies for managing sexual dysfunction induced by antidepressant medication. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, Oxford, v. 5, p. CD003382, maio 2013.

VADACHKORIA, D.; GABUNIA, L.; GAMBASHIDZE, K.; PKHALADZE, N.; KURIDZE, N. Addictive potential of Tianeptine — the threatening reality. *Georgian Medical News*, Tbilisi, v. 174, p. 92-94, set. 2009.

VICTOR, B. S. Depression, antidepressants and sexual function. *Focus*, San Francisco, v. 10, n. 9, p. 5-6, San Francisco, 1995.

WHISKEY, E.; TAYLOR, D. A review of the adverse effects and safety of noradrenergic antidepressants. *Journal of Psychopharmacology*, Oxford, v. 27, n. 8, p. 732-739, ago. 2013.

XU, J. X.; GAO, G.; XU, N.; YANG, Y. Y. Yimusake alone or combined with trazodone hydrochloride for primary premature ejaculation. *Zhonghua Nan Ke Xue*, v. 18, n. 4, p. 376-378, abr. 2012.

Tabela 1 - Resposta sexual (fatores envolvidos)

FASES DA RS	FATORES ENVOLVIDOS EM CADA FASE DA RS
Aumentam o desejo	Vias mesolímbicas dopaminérgicas (BIJLSMA et al, 2014), aumento dos andrógenos (BAZIRRE, 2003) (REHMAN; MELMAN, 2002), ação da oxitocina (ANDERSON-HUNT; DENNERSTEIN, 1994).
Diminuem o desejo	Ação da serotonina, principalmente nos receptores 5HT _{2A} . Esta ação serotoninérgica inibe o desejo por provável inibição das vias mesolímbicas dopaminérgicas, as quais controlam as sensações de prazer sexual (ROSEN; LANE; MENZA, 1999; STHAL, 2013), aumento da prolactina (LEONARD; NICKEL; MORALES, 1989; REHMAN; MELMAN, 2002; GALDIERO et al., 2012). Sonolência (HALLWARD; ELLISON, 2001; BAZIRRE, 2003), lítio (BAZIRRE, 2003), opioides (HALLWARD; ELLISON, 2001), anti-H ₂ , aumento do cortisol (HALLWARD; ELLISON, 2001).
Facilitam a excitação	Os aumentos do AMPc e do GMPc no interior das células musculares cavernosas (ELIASCHEWITZ, 2002; PARK et al., 2008), PGE ₁ e PGE ₂ , ação beta adrenérgica (ANDERSSON; HEDLUND 2002), aumento do NO (BAZIRRE, 2003), bloqueio α_1 adrenérgico, peptídeo intestinal vasoativo (ANDERSSON; HEDLUND, 2002), ação parassimpática colinérgica (HALLWARD; ELLISON, 2001; ANDERSSON; HEDLUND, 2002), oxitocina, forskolina, (ELIASCHEWITZ, 2002), papaverina (ANDERSSON; HEDLUND, 2002), pentoxifilina (BAZIRRE, 2003), dopamina, testosterona (REHMAN; MELMAN, 2002).
Dificultam a excitação	Sonolência, hipotensão arterial (BAZIRRE, 2003), ação anticolinérgica, ação anti-beta-adrenérgica, estimulação α_1 adrenérgica, aumento da prolactina (REHMAN; MELMAN, 2002), diminuição do NO (STAHL, 2013), algumas PGE como PGF _{2α} e TXA ₂ , endotelinas, angiotensina ₂ , opiodes, proteína quinase C (ELIASHEWITZ, 2002), drogas anti-H ₂ , serotonina (HALLWARD; ELLISON, 2001).
Facilitam o orgasmo	Ação α_1 adrenérgica (BESTANE; PAGANI; BARTOLO, 2002; REHMAN; MELMAN, 2002), oxitocina, dopamina (HALLWARD; ELLISON, 2001).
Dificultam o orgasmo	A ação anti- α_1 inibe a emissão espermática. Assim, drogas anti- α_1 adrenérgicas podem levar ao priapismo. (GILMAN; HARDMAN; LIMBIRD, 2003). A ação serotoninérgica principalmente nos receptores 5HT _{2A} inibe o reflexo medular responsável pela ejaculação. Essa inibição pode ocorrer por projeções serotoninérgicas do núcleo paragigantocelular da formação reticular mesencefálica para a medula espinhal. Este é o provável mecanismo pelo qual os antidepressivos inibem a ejaculação (BESTANE; PAGANI; BARTOLO, 2002; STAHL, 2013). GABA, opioides.
AMPc = monofosfato cíclico de adenosina; GMPc = monofosfato cíclico de guanosina; anti-H ₂ = anti-histamínico ₂ ; PGE =prostaglandinas; NO = óxido nítrico.	

Tabela 2 - Classificação dos antidepressivos

Grupos de Antidepressivos	Mecanismos de ação
Tricíclicos	Inibem a recaptação de serotonina, noradrenalina e um pouco de dopamina, aumentando a ação dessas três substâncias, que são importantes para a melhora dos sintomas. São anti- α_1 adrenérgicos, anti- H_1 e anti-ach (STAHL, 2013).
IMAO (inibidores da monoamina oxidase)	Aumentam a serotonina, a noradrenalina e a dopamina por meio da inibição da enzima monoaminoxidase. Em doses altas podem também bloquear a recaptação (SCHATZBERG; COLE, 1993). São menos anticolinérgicos que os tricíclicos (CORDÁS; MORENO, 1999). A Moclobemida é inibidor seletivo reversível da MAO tipo A e produz menos disfunções sexuais (HALLWARD; ELLISON, 2001; BAZIRRE, 2003; STAHL, 2013; KEKS; HOPE; CULHANE, 2014).
Inibidores seletivos de recaptação de serotonina (IRSS)	Agem, preferencialmente, inibindo a recaptação de serotonina, que estimula os receptores pós-sinápticos $5H_{T1}$, $5H_{T2}$ e $5H_{T3}$ (STAHL, 2013; STAHL; LEE-ZIMMERMAN; CARTWRIGHT; MORRISSETE, 2013).
Inibidores seletivos de recaptação de serotonina e noradrenalina (IRSN)	Agem, principalmente, inibindo a recaptação de serotonina e noradrenalina (STAHL, 2013).
Antagonistas do $5H_{T2}$ e inibidores da recaptação de serotonina (SARI)	Seus representantes são a Trazodona e a Nefazodona. Inibem, potentemente, o $5HT_{2A}$ e também a recaptação de serotonina (HALLWARD; ELLISON, 2001). A Trazodona é anti- H_1 e bastante anti- α_1 (GILMAN; HARDMAN; LIMBIRD, 2003; STAHL, 2013).
Mianserina	Inibe o receptor α_2 adrenérgico pré-sináptico e, assim, aumenta a ação da serotonina e noradrenalina. É anti- α_1 , anti- $5H_{T2}$ e anti- H_1 (STAHL, 2013).
AD noradrenérgico e serotoninérgico específico (NaSSA)	Seu representante é a Mirtazapina. Inibe o receptor α_2 adrenérgico pré sináptico e assim aumenta a ação da serotonina e noradrenalina. É antagonista de: $5HT_{2A}$, $5HT_{2C}$, $5H_{T3}$ e H_1 (HALLWARD; ELLISON, 2001; STAHL, 2013).
Inibidor de recaptação de noradrenalina e dopamina (NDRI)	O seu principal representante é a Bupropiona. Age aumentando as ações da noradrenalina e da dopamina, por meio da inibição de suas recaptações (HALLWARD; ELLISON, 2001; STAHL, 2013; PEREIRA et al, 2014).
Inibidor de recaptação de noradrenalina (NRI)	O seu representante é a Reboxetina. Inibe a recaptação de norepinefrina (STAHL, 2013; WHISKEY; TAYLOR, 2013).
Estimuladores da recaptação de serotonina	O seu representante é a Tianeptina. Acredita-se que aumente a dopamina, mas não por inibição da recaptação. Pode agir restaurando a reserva pré-sináptica de serotonina mas não aumenta a ação da serotonina em $5HT_{2A}$ (HALLWARD; ELLISON, 2001; EL-SHAFFEY et al, 2006; VADACHKORIA et al, 2009).
Melatoninérgico	O seu representante é a Agomelatina. Age em melatonina, é anti- $5HT_{2C}$. Tem ação noradrenérgica e dopaminérgica (STHAL, 2013; CHENU et al, 2014; PRINGLE et al, 2015).
Vilazodona	Age inibindo a receptação de serotonina e é um agonista parcial de $5HT_{1A}$. Tem ação nor adrenérgica e dopaminérgica (STHAL, 2013; PIERZ; THASE, 2014).

anti- H_1 = antihistamínicos; **anti-ach** = anticolinérgicos.

Tabela 3 - Interferências dos ADs na função sexual.

FASES DA RS	EFEITOS DOS ADs NA FUNÇÃO SEXUAL
Facilitam o desejo	<p>Efeito dopaminérgico que ocorre com a Bupropiona, a Agomelatina e a Vilazodona (STAHL, 2013; BIJLSMA et al, 2014).</p> <p>ADs que inibem principalmente o receptor serotoninérgico 5HT_{2A} facilitam o desejo. Isto ocorre com a Mirtazapina e o Nefazodone (ROSEN; LANE; MENZA, 1999; STHAL, 2013).</p> <p>Moclobemida (BAZIRRE, 2003). Este medicamento é um inibidor seletivo reversível da MAO-A. A dopamina, noradrenalina aumentam, o que compensa o aumento da serotonina. Estudos mostram que a Moclobemida produz muito pouca disfunção sexual, mas não age bem em depressões mais graves (HALLWARD; ELLISON, 2001; STAHL, 2013; KEKS; HOPE; CULHANE, 2014).</p>
Dificultam o desejo	<p>ADs serotoninérgicos que estimulam principalmente o 5HT_{2A'} como os IRSS e a Clomipramina (ROSEN; LANE; MENZA, 1999; STHAL, 2013).</p> <p>ADs anti-histamínicos como os Tricíclicos e a Mirtazapina, pois geram sonolência (HALLWARD; ELLISON, 2001; BAZIRRE, 2003).</p> <p>ADs que aumentam a prolactina (principalmente os IRSS), já que a prolactina é aumentada pela serotonina (LEONARD; NICKEL; MORALES, 1989; GALDIERO et al; 2012).</p>
Facilitam a ereção	<p>Efeito antiα1 adrenérgico dos Tricíclicos poderia favorecer a ereção, porém predominam nestes ADs efeitos inibitórios como o efeito anticolinérgico e serotoninérgico (STAHL, 2013).</p>
Dificultam a ereção	<p>ADs hipotensores como os Tricíclicos (STAHL, 2013).</p> <p>ADs anticolinérgicos como os Tricíclicos (MESTON; FROHLICH, 2000; STAHL, 2013).</p> <p>ADs que diminuem a NOS como os IRSS (STAHL, 2013).</p>
Facilitam o orgasmo	<p>Teoricamente, a dopamina pode facilitar o orgasmo. Assim, os ADs mais dopaminérgicos como a Bupropiona podem ser úteis (BIJLSMA et al, 2014).</p>
Dificultam o orgasmo	<p>ADs que estimulam principalmente o 5HT_{2A} podem causar retardo ejaculatório e anorgasmia. Podem ser úteis na ejaculação precoce. É o caso dos IRSS e da Clomipramina (NEILL, 1991; GUR; SIKKA, 2015).</p> <p>ADs anti-α₁ adrenérgicos inibem a emissão espermática, podendo causar priapismo. É o caso da Trazodona (GILMAN; HARDMAN; LIMBIRD, 2003; XU et al, 2012).</p>

AD= antidepressivo; **IRSS**= Inibidores seletivos de recaptção de serotonina;

MAO-A= monoamino oxidase A; **NOS**= óxido nítrico sintetase.

CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Mônica Saldanha¹

ACADEMIC CONTRIBUTIONS FOR CONFRONTING SEXUAL VIOLENCE ON BRASILIAN UNIVERSITIES

Resumo: A violência sexual assume contornos específicos no ambiente universitário, com características que dificultam sua percepção e enfrentamento. Uma vez que o ingresso no ambiente universitário representa não apenas a perspectiva de formação acadêmica, mas principalmente o acesso a direitos básicos, a violência sexual representa mais do que uma violação de direitos, configurando-se como um obstáculo ao pleno exercício da cidadania. Com a crescente tendência de comunidades universitárias fomentarem as denúncias e apoiarem as vítimas, exigindo intervenções, ações institucionais vêm sendo tomadas, a exemplo da CPI das Universidades e da criação da Rede Quem Cala Consente, na Universidade de São Paulo (USP). Esta revisão bibliográfica objetivou reunir estudos cujo intuito seja mapear o cenário de violência sexual em universidades brasileiras, para levantar que tipo de contribuições ao enfrentamento da violência a academia tem fornecido, comparando-os, em seguida, àqueles relacionado à violência de gênero e aos estudos internacionais sobre violência sexual universitária.

Palavras-chave: violência sexual; violência de gênero; mulheres universitárias; direitos humanos; educação

Abstract: Sexual violence in the universities context acquires specific characteristics which turn even more difficult to perceive and confront aggressions. Since university attendance is more than a perspective for academic education, representing basic human rights access, sexual violence typify an obstacle to full exercise of citizenship rather than just an individual violation. Seeing that university students have been gathering to promote denunciation, support victims and demand for interventions, institutional actions - as the designated commission of parliamentarians that investigated human rights violations in São Paulo and the network Rede Quem Cala Consente, at Universidade de São Paulo (USP) – are now ongoing. This review aimed to gather studies whose purpose was to map the sexual violence scenario at Brazilian universities, so we could detect in which ways academy has been contributing to sexual violence confrontation, and compare them to international studies on the same topic as well as to studies on gender violence.

Keywords: sexual violence; gender violence; female students; human rights; education

¹ Graduada em letras. Pós-graduada em educação sexual e integrante do Grupo de Pesquisa em Sexualidade Humana da Unisal. E-mail: saldanha.msp@gmail.com

Introdução

No início do ano de 2015, a Comissão Parlamentar de Inquérito responsável pela investigação de violações aos direitos humanos no cotidiano de universidades paulistas (conhecida como CPI das Universidades) publicou seu relatório final² (ALESP, 2015), no qual se compilaram relatos de violência das mais diversas formas, entre elas tortura e estupro. A instalação da CPI ocorreu em um cenário de denúncias capitaneadas por coletivos de estudantes, principalmente de orientação feminista, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Alesp (AGÊNCIA BRASIL, 2014; O GLOBO, 2014). Consta no relatório final que, apenas na Universidade de São Paulo (USP), foram registrados 11 casos de estupro por ano, conforme dados colhidos pelo Núcleo de Violência Contra a Mulher. Há que se ressaltar, ainda, que, segundo dados colhidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, menos de 10% dos casos de violência sexual são reportados, indicando que os casos registrados são apenas uma pequena parcela da violência real, não constituindo indicador confiável para o estudo do fenômeno (CERQUEIRA; COELHO, 2014). É preciso, portanto, criar metodologias que nos permitam acessar a realidade da violência sem que as distorções causadas pelo medo da denúncia, pelo estigma social e pela distorção de informações causada pela naturalização cultural prejudiquem os resultados (FISHER; DAIGLER; CULLEN, 2010).

Pesquisa realizada pelo IPEA no Brasil demonstra que 88,5% das vítimas de violência sexual no país são do sexo feminino; se considerados apenas os casos com vítimas adultas, o índice sobe para 97,5% (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Estudos realizados nos Estados Unidos afirmam que mulheres entre 16 e 24 anos (idade acadêmica) estão em risco quatro vezes maior de sofrerem violência sexual do que a média (FISHER; CULLEN; TURNER, 2000), entretanto, não foram encontradas diferenças consideráveis de vulnerabilidade entre estudantes e não estudantes (SINOZICH; LANGTON, 2014). Fisher, Daigler e Cullen (2010) afirmam que, apesar de as es-

tudantes universitárias não sofrerem risco acentuado de violência sexual, a vitimização sexual – que abrange estupro, assédio, perseguição – caracteriza uma desigualdade velada, um custo adicional à vida acadêmica feminina que dificulta o acesso e a permanência das mulheres nas universidades. Ademais, os autores destacam o fato de que, nas universidades, a prevalência de crimes sexuais perpetrados por conhecidos das vítimas (*acquaintance rape*, em contraste com o *strange rape*, perpetrado por desconhecidos³) torna as pesquisas e estratégias de enfrentamento mais complexas, uma vez que os comportamentos violentos estão naturalizados na cultura. Karjane, Fisher e Cullen (2002) descrevem, ainda, a incidência de estresse pós-traumático e a dificuldade de recuperação psicológica e emocional entre as vítimas de violência sexual nas universidades, relacionadas a fatores específicos deste cenário, como a convivência diária das vítimas com os agressores.

Ademais, considera-se que a educação – compreendida como capacitação profissional e formação do indivíduo para exercício da cidadania – é elemento essencial para o acesso a direitos e recursos (VIANNA; UNBEHAUM, 2004). Sendo assim, a segurança das mulheres no ambiente acadêmico configura necessidade imediata para a construção de uma sociedade igualitária e humana. Para tanto, compreender que a violência é um fenômeno social, perpassado por significados de gênero e relações de poder, é essencial. A proposição de intervenções, a criação de programas de prevenção e a solução das desigualdades demandam estudos que nos permitam conhecer e acessar a realidade acadêmica, constituindo um compromisso social inadiável. Este estudo objetivou, portanto, levantar informações sobre as contribuições oferecidas pela academia aos estudos de violência sexual nas universidades, com destaque para a sua intersecção com o gênero, especificamente no Brasil.

Educação e transformação social

O Ministério da Educação considera que é de responsabilidade do sistema educacional ga-

² O relatório final está disponível no site da Alesp : <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3092.pdf>>.

³ Fisher, Daigler e Cullen comparam o perfil do crime de estupro prevalente nas universidades ao que Susan Estrich (1987) chamou de “estupro real”: enquanto o segundo é marcado pelo reconhecimento da existência de um crime e da pessoa agredida como vítima, o primeiro é socialmente estigmatizado como uma consequência das ações da vítima, retirando-se o caráter criminoso do ato e a responsabilidade do agressor, naturalizando seu comportamento violento.

rantir não apenas a formação para o trabalho, mas para o exercício pleno da cidadania, comprometendo-se com a eliminação das desigualdades históricas e incorporando princípios de respeito aos direitos humanos, um compromisso formalizado através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) (VIANNA, UNBEHAUM, 2004; BRASIL, 2014). Conforme explicam as pesquisadoras Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum, essa perspectiva se insere no bojo das políticas públicas elaboradas após a redemocratização do país, que apontam para um alargamento do escopo educacional e compreendem a educação como um requisito para o “acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, constituindo-se em condição necessária para se usufruir de outros direitos constitutivos do instituto da cidadania” (OLIVEIRA apud VIANNA; UNBEHAUM, 2004), em consonância com o entendimento apresentado em âmbito internacional, conforme se pode observar nos diversos instrumentos de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário (FROSSARD, 2006). Em outras palavras, a educação não pode ser considerada como um fim em si mesma, tampouco como a simples transferência de conhecimento com objetivos utilitaristas, mas como uma ferramenta para o exercício da cidadania (VIANNA; UNBEHAM, 2004, p. 96).

Paulo Freire, educador brasileiro reconhecido no âmbito internacional por sua obra, discorre sobre o papel da educação na transformação social, destacando o ambiente educacional como locus possível tanto para a reprodução de valores sociais quanto para a transformação através da criatividade humana (FREIRE, 1987, 2015). Para o autor, o processo de ensino-aprendizagem não ocorre de forma unilateral, mas em constante diálogo: entre educador e educandos e, principalmente, entre sujeito e mundo, dicotomias de caráter apenas aparente, visto que funcionam em constante interação, com limites fluidos e inevitável interdependência (FREIRE, 1967).

O autor define a consciência humana como um “ir ao mundo para captá-lo” (1967, p. 15) e o homem como um ser, ao mesmo tempo, condicionado e incompleto; a construção da presença do homem no mundo não acontece “em isolamento, isenta das forças sociais” (2015, p. 53), mas a consciência sobre si mesmo coloca-o sempre em reconstrução, aberto ao novo, no que Freire define como o processo permanente de aprendizagem. Depreende-se daqui que

a aprendizagem, para Freire, vai muito além da educação formal, programada, abrangendo todas as sociabilidades, todas as possibilidades de relação intrapessoal, interpessoal e entre sujeito e mundo. Neste ínterim, cabe citar a afirmação de Mary Neide Figueiró, no que toca a educação sexual:

Ao se perguntar a um adulto: como foi a sua educação sexual?, quase sempre, aquele, cujos professores não explicaram nada sobre, diz logo que não teve educação sexual. Na verdade, todos nós a tivemos, ao longo de nossas vidas, desde que nascemos. [...] Todas as pessoas vão influenciando a criança, desde o nascimento, ao longo de toda a sua vida, na formação de suas ideias e valores sobre corpo, abraço, beijo, namoro, relação sexual, carinho, nudez, parto e assim por diante. (FIGUEIRÓ, 2013, p. 20).

Revela-se, portanto, a relação entre a educação e o respeito aos direitos humanos: sendo a escola o ambiente em que o Estado unifica e coordena o ensino, a solução das desigualdades sociais passa, necessariamente, por uma educação que promova – e corporifique através do exemplo (FREIRE, 2015) – valores de igualdade, respeito à autonomia e fomento à transformação humana. Somente a informação não é suficiente, é preciso incentivar uma prática igualitária, partindo de todos os sujeitos que ensinam e aprendem em conjunto, transformando a si mesmos e ao mundo.

A violência sexual como fenômeno genderado

Susan Brownmiller define a violência sexual – e sua constante ameaça – como instrumento através do qual as pessoas do sexo feminino têm sua sexualidade e seu espaço social constantemente controlados (BROWNMILLER, 2013). Catherine MacKinnon, por sua vez, defende que a diferença sexual é definida, a um só tempo, como diferença e como erótica por meio da objetificação, ou seja, “o ato de controle define a diferença da mulher (mulher como objeto/outro) e a erotização [associação entre o determinado comportamento e a sensação de prazer] do ato de controle define a diferença da mulher como sexual (erótica)” (LAURETIS, 1990, p. 119). Adrienne Rich cita MacKinnon para sublinhar a similaridade entre a violência sexual e a prática sexual comum, destacando que ambas partilham o mesmo embasamento, a erotização da

assimetria de poder, do par dominação/subordinação, inexistindo diferença qualitativa entre elas (2010, p. 28). Michel Foucault explica que a sexualidade organiza-se em forma de dispositivo – uma rede de discursos que se interpe-lam delimitando espaços de fala e de silêncio, interdições e liberdades, sempre contextuais e contingentes – que regulamentam e dão significado social às práticas sexuais e eróticas (FOUCAULT, 1988). Monique Wittig, por fim, afirma que esse dispositivo, instruído pelo que a autora chama de pensamento heterossexual (WITTIG, 1980), funciona como um instrumento de controle da reprodução, a partir do qual se criam duas categorias necessariamente opostas e complementares, cada qual com um lugar social bem delimitado: os sexos feminino e masculino (WITTIG, 1980, 1993).

Em última análise, a violência sexual figura como ferramenta de manutenção da hierarquia social fundada no controle da capacidade reprodutiva, em profunda interlocução com o sistema simbólico que dá significado, inteligibilidade aos corpos: o gênero. Essa relação poderia explicar fenômenos como o chamado “fantasma da violência sexual”⁴ (FERRARO; 1996), a acentuada prevalência de pessoas do sexo feminino entre as vítimas de violência sexual (no Brasil, 97,5% entre as vítimas adultas e 88,5% do total) (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 8) e de pessoas do sexo masculino entre os agressores (96,66% para vítimas adultas) (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 9), bem como o fenômeno de reprodução de padrões heteronormativos na violência sexual ocorrida em prisões exclusivamente masculinas dos Estados Unidos, descrito por Brownmiller (2013)⁵. Em outras palavras, a violência sexual está intimamente ligada à manutenção de status desiguais para homens e mulheres na sociedade.

Seguindo esta linha de pensamento, e à semelhança de Brownmiller (2013), o direito internacional passou a reconhecer a violência sexual como uma forma de controle e demonstração de poder a partir das análises do estupro como arma de guerra⁶:

O estupro é uma das armas mais destrutivas de um conflito armado. Em parte, isso se deve à sua capacidade de desmoralizar um grupo conquistado. O estupro, ou a ameaça de estupro, pode levar ao deslocamento da população, fazer com que as pessoas fujam de seus países para evitar a violência sexual que a invasão militar pode trazer. O estupro também gera vergonha e trauma, o que pode impedir casamentos, provocar divórcios, dividir famílias, obrigar mulheres a abandonar ou matar crianças que são fruto de violação (LENTIN, 1997) e destruir os próprios alicerces sobre os quais a cultura humana se baseia e se mantém. [...] O estupro durante a guerra serve também como uma forma de controle social que pode suprimir os esforços para mobilizar a resistência de um grupo conquistado. Em casos assim, ele é cometido muitas vezes diante de parentes e membros da família; as vítimas são violadas, mortas e expostas ao público como lembrete para que os outros se submetam a obedeçam às ordens do invasor (VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 35).

Uma vez reconhecida a inscrição da violência sexual em um cenário amplo de relações sociais baseadas em gênero e poder, os instrumentos internacionais de direitos humanos passaram a considerar a sensação, o medo da violência e o assédio sexuais como constrangimentos permanentes para a mobilidade e, portanto, limitadores do acesso a atividades e recursos básicos, restritivos do pleno exercício dos direitos huma-

⁴ Pesquisa conduzida por Kenneth Ferraro, nos Estados Unidos, com o objetivo de mensurar a percepção de risco quanto a determinados crimes. O estudo obteve como resultado uma acentuada percepção de risco por parte das mulheres em relação a crimes violentos, apesar da maior incidência desses crimes contra homens. A explicação oferecida por Ferraro foi chamada “fantasma da violência sexual”, no original “Shadow of Sexual Assault”, ou seja: a possibilidade de a violência sexual somar-se à violência inicial aumenta a percepção de risco para mulheres em todos os crimes violentos, independente da probabilidade de vitimização.

⁵ O Capítulo 8 da obra de Susan Brownmiller, “Prison rape: the homosexual experience”, analisa a realidade vivida por homens condenados à prisão em regime fechado nos Estados Unidos, ressaltando a reprodução de simbologias de gênero nas relações de poder existentes nas penitenciárias e o modo como o gênero funciona como linguagem de produção dos corpos e hierarquias sociais.

⁶ Brownmiller (2013) revisita os registros históricos sobre a violência sexual, demonstrando seu caráter coercitivo e suas aplicações práticas, a exemplo dos conflitos armados; Askin (1997) analisa os crimes de guerra especificamente cometidos contra populações femininas; e Vito, Gill e Short (2009) discutem a tipificação do estupro como crime de genocídio pelo direito internacional.

nos⁷. Reconhecendo as mulheres como população particularmente vulnerável, devido às desigualdades históricas, destaca-se que a violência com base em pressupostos de gênero constitui obstáculo a que se alcancem objetivos igualitários, de desenvolvimento e de paz (FROSSARD, 2006, p. 189-190).

Nesta perspectiva, deve-se compreender que a relação entre a violência sexual e a destituição de poder social de um grupo específico pode estar matizada de características discriminatórias que ultrapassam o gênero, como raça, classe e religião (VITO; GILL; SHORT, 2009); sendo assim, faz-se necessário compreender as formas através das quais essas realidades se cruzam, a fim de analisar as vulnerabilidades e consequências particulares a grupos cujas identidades localizam em pontos de intersecção (CRENSHAW, 1991)⁸. Portanto, o fenômeno social de violação da autonomia sexual adquire contornos ainda mais amplos, interferindo na capacidade de produção de uma sociedade igualitária não apenas na questão de gênero, mas também de raça e classe.

Universidade: tensões de reprodução e ruptura

Resta evidente que a tolerância à violência sexual no ambiente universitário constitui não somente uma violação pontual aos direitos humanos do corpo discente, mas um contrassenso. Conforme afirmam Freire (1987, 2015) e Figueiró (2013), o processo de aprendizagem é permanente e ocorre por meio das sociabilidades, do diálogo entre as experiências, conhecimentos e perspectivas partilhadas pelos sujeitos, todos eles ao mesmo tempo educadores e educandos, produtores e produtos do mundo. A prática naturalizada de violações sexuais no contexto universitário é, de uma só vez, consequência e preditor de comportamentos violentos e de reafirmação da simbologia de gênero.

Ademais, sendo a universidade parte do conjunto de instituições cujo fim é a educação, além de espaço em que ocorre a capacitação profissional dos sujeitos, a limitação de acesso e permanência representada pela constante ameaça e pela ocorrência de crimes de caráter sexual caracteriza uma restrição particular à emancipa-

ção econômica e social das mulheres, principalmente aquelas que fazem parte de populações socialmente vulneráveis em razão de intersecções de classe, raça e sexualidade.

Entretanto, conforme exposto por Fisher, Daigle e Cullen (2010), existe uma tendência social a enxergar a universidade como um ambiente separado da vida social; uma espécie de “estufa” na qual os jovens podem amadurecer – e cometer transgressões – sem que as consequências “do mundo real” os atinjam. Compreender que a violência é um fenômeno social é essencial para a proposição de intervenções, para a criação de programas de prevenção e para a solução das desigualdades; portanto, empreender estudos que nos permitam conhecer e acessar a realidade acadêmica é um compromisso inadiável.

Na mesma linha de pensamento, Vianna e Unbehau (2004) afirmam que, sendo o gênero um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...] um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14) ou um “aparto semiótico” (LAURETIS, 1994) que confere significado e valor ao universo gendrado, os estudos sobre políticas educacionais e sobre a realidade do cotidiano estudantil deveriam utilizar-se do gênero como ferramenta de análise, tal qual proposto por Scott. Entretanto, raras são as investigações que consideram o viés de gênero para compreender os fenômenos sociais característicos da escola: seja o acesso e a permanência na educação básica, como citado pelas autoras, seja a realidade da violência sexual nas universidades.

Método

Critérios de seleção

Foi realizada uma pesquisa da literatura acerca da violência sexual em âmbito universitário utilizando as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus e Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP). As buscas foram realizadas com as seguintes categorias de palavras constantes do título, do resumo ou das palavras-chave, em português, em separado e combinadas:

⁷ Sobre as consequências e limitações advindas da violência sexual na realidade das vítimas, ver Russell (2003). Sobre as limitações sofridas por vítimas de violência ou ameaça de violência sexual nas universidades, ver Karjane, Fisher e Cullen (2002); Fisher, Daigle e Cullen (2010) e o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades (2015), disponível no endereço eletrônico em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3092.pdf>>.

⁸ Pode-se citar, por exemplo, o fato de que o número de homicídios contra as mulheres negras, no Brasil, cresceu 54,2% nos últimos dez anos, enquanto a incidência do mesmo crime contra mulheres brancas apresentou redução de 9,8% no mesmo período (WAISELFSZ, 2015).

Tabela 1 – Estudos encontrados em busca nas bases de dados Scielo, Scopus e SIBiUSP

Categorias	Scielo	Scopus	SIBiUSP
violência sexual	648	897	555
estupro	56	10	135
universidade	8150	7340	9343
universitários	2652	1350	3126
violência sexual / universidade	17	9	0
violência sexual / universitários	24	4	1
estupro / universidade	5	0	0
estupro / universitários	0	0	0

Para selecionar os artigos para esta revisão, foram excluídos os estudos encontrados nas buscas por categorias em separado e selecionados 60 estudos encontrados em buscas por categorias combinadas (46 na Scielo, 13 na Scopus e um no SIBiUSP). Em seguida, foi realizada avaliação do título e do resumo, sendo selecionados seis artigos e incluído um para esta revisão.

Os critérios de inclusão foram: estudos empíricos; estudos cujo foco seja a violência sexual; estudos cuja amostra populacional seja composta

por estudantes universitários; e estudos realizados no Brasil.

Os critérios de exclusão foram: estudos cujo escopo foge à violência sexual; estudos com populações não universitárias; estudos realizados fora do Brasil; e estudos repetidos na base de dados.

Resultados

O estudo selecionado e incluído para esta revisão está descrito na tabela a seguir:

Tabela 2 – Estudos sobre violência sexual nas universidades brasileiras

Autor, ano e título do estudo	População	Objetivo	Método	Resultado	Conclusão
(ZOTARELI, 2010). Violência de Gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista.	2430 universitários (as) Amostra de conveniência	Avaliar a prevalência de violência de gênero e sexual e a associação entre atitude de gênero e em ética e a experiência de sofrer e perpetrar esses tipos de violência, entre alunos de uma universidade paulista.	Estudo descritivo de corte transversal em que se fez análise secundária dos dados da pesquisa "Frequência e características da violência interpessoal entre alunos de graduação e pós-graduação de uma universidade paulista". Aplicação de questionário estruturado e pré-testado, respondido diretamente em arquivo computadorizado.	56,3% das alunas afirmaram ter sofrido algum tipo de violência desde seu ingresso na universidade, sendo 9,4% de violência sexual. 29,9% dos alunos disseram ter perpetrado algum tipo de violência, sendo 11,4% de gênero e 3,3% de violência sexual. Menores escores de atitude em ética associaram-se a maior probabilidade dos homens serem perpetradores de violência em geral, e especificamente de gênero. Residir com os pais e professar uma religião revelaram-se fatores protetores, tanto para sofrer quanto para perpetrar violências.	6,1% do total de participantes referiram já ter sofrido violência sexual desde seu ingresso na universidade. Quando consideradas apenas as alunas, o índice subiu para 9,4%. 2,5% do total de participantes declarou ter praticado violência sexual. Quando analisados somente os alunos, o índice subiu para 3,3%. A atitude de gênero não esteve associada à experiência de violência (para vítimas ou perpetradores). A atitude em ética esteve relacionada à prevalência de perpetradores. O local de moradia, a religião, o nível de estudos associaram à experiência de vitimização. A área de estudos e o local de moradia associaram-se à prevalência de perpetradores de violência de gênero. Somente a importância dada à religião esteve associada (inversamente) à experiência de homens perpetrarem violência.

Discussão

Somente um estudo encontrado atendeu aos critérios de pesquisa. Entre os estudos selecionados e não incluídos constam: uma pesquisa sobre a conscientização acerca da violência sexual em alunos de licenciatura; duas pesquisas sobre a violência em relacionamentos românticos entre estudantes universitários; e um estudo de validação metodológica para instrumento de estimativa sobre violência de gênero.

A escassez de estudos específicos sobre o tema no Brasil é, por si só, merecedora de atenção e preocupação. Consoante ao exposto anteriormente, a investigação de violações de natureza sexual nas universidades brasileiras é uma iniciativa recente, fomentada pela pressão das próprias organizações estudantis que, acolhendo as vítimas, exigiram providências e ações para salvaguardar o direito à educação, à dignidade e à autonomia. Segundo Fisher, Cullen e Turner (2000), esse foi exatamente o caminho trilhado pelos estudos estadunidenses, ou seja, a combinação entre a crescente preocupação popular com o tema, o aumento das denúncias de crimes ocorridos nas universidades, a midiática dos casos e as acusações de ineficiência na intervenção por parte das instituições causou aumento do interesse pelo tema e, consequentemente, uma proliferação de estudos sobre o contexto universitário de violência sexual e de gênero. Portanto, é possível que futuramente se multipliquem as abordagens acadêmicas adota-⁹.

O estudo de Vilma Zotareli (2010) é inovador na medida em que aborda uma temática até então praticamente invisível aos olhos das instituições nacionais. O objetivo do trabalho foi avaliar a prevalência de violências sexual e de gênero, bem como relacionar a atitude de gênero e ética dos universitários à experiência de perpetrá-las ou sofrê-las. A metodologia adotada pela pesquisadora foi o estudo descritivo de corte transversal com dados colhidos pela aplicação de um questionário estruturado.

Alguns dos resultados obtidos pela autora estão alinhados a estudos anteriores, como a prevalência de homens entre os vitimizadores e de mulheres entre as vítimas e a relação direta entre violência em geral, de gênero e sexual

(CERQUEIRA; COELHO, 2014; FISHER; DAIGLER; CULLEN, 2010). Porém, há divergências a serem consideradas, como a influência da religião na prevalência de vitimizadores: o estudo de Zotareli conclui que a importância dada à religião reduz a probabilidade de que o aluno torne-se perpetrador de violência, em contrapartida, estudo realizado pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social do IPEA (OSÓRIO; FONTOURA, 2014) concluiu que a religião não é fator determinante na violência de gênero, mas sim a adoção de determinados valores (o que corrobora a relação, também encontrada por Zotareli, entre atitude ética e violência).

No que toca à técnica adotada por Zotareli para a medição de violência sexual, há semelhanças e divergências com a bibliografia utilizada neste trabalho. Enquanto Cerqueira e Coelho (2014) utilizaram as estatísticas do Ministério da Saúde no ano de 2011; Osório e Fontoura (2014), que mediram a tolerância à violência, utilizaram afirmações marcadas por posicionamentos discriminatórios, com as quais os entrevistados poderiam concordar ou não. O estudo realizado pelos institutos Avon e Data Popular (2014) utilizaram técnica semelhante à desenvolvida por Diana Russell e descrita por Fisher, Daigler e Cullen (2010), com perguntas que apresentaram linguagem gráfica e descritiva de comportamentos a fim de reduzir ao máximo a influência da interpretação individual nos resultados.

Zotareli, por sua vez, utiliza questões que descrevem o comportamento violento ou coercivo — “forçar fisicamente”; “você [...] estava com medo” (ZOTARELI, 2010, p. 80) — mas deixa aberto à interpretação o caráter erótico das práticas, descrevendo-as apenas como “relações sexuais”. Uma vez que os limites da prática sexual/erótica são contextuais e historicamente determinados — somente em 2009 a legislação nacional passou a reconhecer como estupro práticas não consensuais que não incluem penetração — seria coerente com a metodologia proposta que as práticas sexuais também fossem, descritas.

Na medição dos escores de atitude em gênero, foram elencadas atividades (limpar a casa, dirigir caminhão, chorar, entre outras) para que os estudantes classificassem-nas como “coisa de mulher”, “coisa de homem”, “ambos”, “não sei” e “não tenho opinião formada” (ZOTARELI,

⁹ Na USP, a título de exemplo, as reivindicações das estudantes impulsionaram a criação da Rede Quem Cala Consente, uma organização composta por professoras da Universidade com o objetivo de reunir e integrar pesquisas e ações sobre violência de gênero e, principalmente, violência sexual.

2010, p. 77). Essa abordagem denota uma aplicação rasa do conceito de gênero e da forma como ele se insere na vivência social. Conforme propõe Joan Scott (1995), o gênero deve ser considerado instrumento de análise social, visto que, como definido por Teresa de Lauretis (1994), constitui um aparelho semiótico, ou seja, uma linguagem – em seu sentido mais amplo – que dá significado ao mundo. Scott afirma, ainda, que a interpretação dos símbolos com base em saberes de gênero evoca representações múltiplas – e, portanto, situacionais –, passando pela identidade subjetiva do sujeito, o que Lauretis chama de “autorrepresentação” (LAURETIS, 1994), o que torna difícil medir a atitude de gênero isolada dos comportamentos com os quais se deseja confrontá-la¹⁰. Sendo assim, considera-se que a caracterização de determinadas atividades como “coisas de homem ou de mulher” é uma das consequências da interpretação engendrada da sociedade, mas de forma alguma esgota a influência do gênero nas relações interpessoais, comprometendo a confiabilidade do resultado de que o gênero não esteve associado à prevalência de vitimizadores, obtido por Zotareli.

Por outro lado, vale ressaltar que a amostra – 2430 estudantes que responderam voluntariamente a pesquisa – e o alcance – apenas uma universidade – são reduzidos e, portanto, não devem ser tomados como representativos da realidade nacional. Os estudos realizados nos Estados Unidos e compilados por Fisher, Daigler e Cullen (2010), por exemplo, se deram ao longo de décadas, em todo o território estadunidense, realizados por uma gama de pesquisadores de diferentes áreas. Uma vez que não foram encontrados estudos nacionais que se assemelhem à pesquisa de Zotareli, resta impossível estabelecer paralelo válido, dadas as diferenças jurídicas e socioculturais que dividem a realidade brasileira da encontrada em outros países.

Conclusão

A violência sexual nas universidades, embora espelhe um fenômeno social que se insere em todas as esferas da vivência humana, acarre-

ta ônus acentuado na medida em que dificulta o acesso de mulheres à formação acadêmica e à educação enquanto requisito para o exercício de direitos humanos e cidadania. Ademais, as peculiaridades do contexto universitário (a faixa etária dos estudantes, a cultura universitária, a prevalência de crimes cometidos por conhecidos, o uso de drogas, entre outros fatores) fazem com que os crimes perpetrados na universidade diferenciem-se sobremaneira do chamado “estupro real” (ESTRICH, 1987), o que coloca o status de vítima da pessoa violentada em dúvida ante a comunidade, dificultando o acesso a apoio institucional e à justiça.

Tendo em vista o caráter cultural da violência, relacionada à desinformação sobre a sexualidade, autonomia e o consentimento, estudos e projetos de enfrentamento que dela se ocupam deparam-se com a necessidade de uma metodologia específica. Ao mesmo tempo em que ela precisa dirimir obstáculos como a naturalização da violência de gênero e a culpabilização da vítima, deve, também, estar adaptada à realidade nacional (utilizando conceitos jurídicos e limites legais da autonomia segundo a legislação nacional sem, contudo, deixar de dialogar com os conceitos utilizados internacionalmente). Faz-se necessário, portanto, desenvolver uma metodologia própria, capaz de apreender e analisar os aspectos culturais do país e sua influência no contexto de violência.

Do mesmo modo, a realidade encontrada nos estudos internacionais não pode ser tomada como modelo para o contexto nacional; faz-se necessário apreender as particularidades da violência no Brasil e propor soluções específicas para esta realidade. O fato de que apenas um estudo tenha atendido aos critérios de pesquisa demonstra que não há um mapeamento da prevalência de agressões, tampouco dos fatores socioculturais envolvidos ou das suas consequências, o que impossibilita a proposição de projetos e o planejamento de intervenções.

¹⁰ Para medir a tolerância à violência contra a mulher, a pesquisa realizada pelo IPEA (OSÓRIO; FONTOURA, 2014) utilizou-se de afirmações com as quais os entrevistados poderiam discordar ou concordar total ou parcialmente (“o que acontece em casa não interessa aos outros”; “a mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade”; “uma mulher só se sente realizada quando tem filhos”). A pesquisa – “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?” –, realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular, em 2014, utilizou-se da mesma metodologia, concluindo que, ao serem confrontados conscientemente, os homens não admitem valores hierarquizados e desiguais de gênero; entretanto, ao responderem questões específicas, a porcentagem de homens que admitem perpetrar agressões vai de 4% para 55%.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL [on-line]. *CPI para investigar abusos em universidades paulistas é protocolada na Alesp*. 25 nov. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/cpi-para-investigar-abusos-em-universidades-paulistas-e-protocolada-na-alesp>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- ASKIN, Kelly Dawn. *War crimes against women: prosecution in international war crimes tribunals*. Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 1997.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato n.º 56, de 2014, com a finalidade de “investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados ‘trotos’, festas e no seu cotidiano acadêmico”. *Diário Oficial [do Estado de São Paulo]*, São Paulo, SP, v. 125, n. 67, 15 abr. 2015. Supl., p. 1-2600, 15 abr. 2015.
- BROWNMILLER, Susan. *Against our will: men, women and rape* [eBook]. Open Road Media, 2013.
- CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21842/>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: interseccionalidade, identidade política, e violência contra mulheres de cor. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- ESTRICH, Susan. *Real Rape: how the legal system victimizes women who say no*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1987.
- FERRARO, Kenneth. Women’s fear of victimization: shadow of sexual assault? *Social forces*, v. 75, n. 2, p. 667-690, 1996.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide. *Educação sexual no dia-a-dia*. Londrina: Edel, 2013.
- FISHER, Bonnie S.; DAIGLE, Leah E.; CULLEN, Francis T. *Unsafe in the ivory tower: the sexual victimization of college women*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington: Sage Publications, 2010.
- FISHER, B.; CULLEN, F.; TURNER, M. *The sexual victimization of college women*. Washington, D.C.: US. Department of Justice, National Institute of Justice and Bureau of Justice Statistics, 2000. Disponível em: <<http://secure.energyhomestudyce.com/articles/100186/SexualVictimizationCollege100186/>>. Acesso em: 01 dez. dezembro de 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. *Obra de Paulo Freire. Série Artigos*, 1967. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/11228#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 04 dez. 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FROSSARD, Heloisa (org.). *Instrumentos internacionais de direitos das mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- Alunas da USP se unem para combater abusos e dar apoio às vítimas de agressão: após denúncias de estudantes de Medicina, relatos de outros cursos e até de funcionárias chegam aos grupos. O Globo, 09 dez. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunas-da-usp-se-unem-para-combater-abusos-dar-apoio-as-vitimas-de-agressao-14774215>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. *Violência contra a mulher: o jovem está ligado?*, 2014. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisa-AVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

KARJANE, Heather M.; FISHER, Bonnie; CULLEN, Francis T. *Campus sexual assault: how America's institutions of higher education respond*. Final Report, NIJ Grant #1999-WA-VX-0008. Newton, MA: Education Development Center, Inc., 2002.

LAURETIS, Teresa de. Eccentric subjects: *feminist theory* and historical consciousness. *Feminist Studies*, v. 16, n. 1, p. 115-150, 1990.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994., p. 206-242.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natália. *Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2014. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bágoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

RUSSELL, Diana. *The politics of rape: the victim's perspective*. Lincoln: iUniverse, 2003.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SINOZICH, Sofi; LANGTON, Lynn. *Rape and sexual assault victimization among college-age females, 1995-2013*. US Department of Justice, Office of Justice Programs, The Bureau of Justice Statistics, 2014. Disponível em: <<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/rsavcaf9513.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6, n. 10, p. 28-51, 2009.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília:

FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/Mapa-Violencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

WITTIG, Monique. *The straight mind*. *Feminist Issues*, v. 1, n. 1, p. 103-111, 1980.

WITTIG, Monique. One is not born a women. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle Aina; HALPERIN, David M. (org). *The lesbian and gay studies reader*. Nova York, Londres: Routledge, 1993., p. 103-109.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES MULTIPLICADORES EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes¹

TRAINING TEACHERS MULTIPLIERS IN SEXUAL EDUCATION

Resumo: Educar para a sexualidade nas escolas constitui uma realidade possível, além de ser legislada no Brasil pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, decorrentes da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto, depois de quase vinte anos de vigência desta lei, encontramos professores despreparados em conteúdo e/ou à disposição para vencer as barreiras relacionais, administrativas e pedagógicas para atuarem na área. Por outro lado, os recentes ataques advindos de setores conservadores da sociedade sobre a implementação de discussões de relações de gênero nas escolas afetam diretamente projetos sobre educação para a sexualidade, posto que é impossível dissociar essas duas perspectivas, que dizem respeito às identidades das pessoas, parte essencial de suas vidas. Educar para a sexualidade inclui necessariamente a compreensão das relações de gênero como relações de poder e o respeito à diversidade. Neste sentido, tornam-se cada vez mais necessárias a adoção e a manutenção de processos/projetos de formação de educadores. Com este propósito implementamos disciplinas na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Salvador, efetivamos ações extensionistas e cursos de especialização que se constituíram e ainda se constituem processos pedagógicos adequados para a formação de educadores em sexualidade. Nessas formações adotamos a metodologia participativa, que privilegia a construção coletiva de conhecimentos a partir de muito estudo e da experiência de todos os envolvidos. Situando-se, também, como participantes, os educadores valorizam as histórias e vivências do grupo, sentem-se estimulados à troca de experiências e à construção coletiva de novos saberes: múltiplos, amplos, diversificados, transformadores.

Palavras-chave: educação sexual; formação de professores; extensão

Abstract: Educating for sexuality in schools constitutes a possible reality, besides being legislated in Brazil by the National Curriculum Parameters, arising from the last Law of Guidelines and Bases of National Education. Educating for sexuality in schools constitutes a possible reality, besides being legislated in Brazil by the National Curriculum Parameters, arising from the last Law of Guidelines and Bases of National Education. However, after almost twenty years of existence of this law, we still find unprepared teachers about content and /or willingness to overcome relational, administrative and educational barriers to work in the area. On the other hand, the recent attacks coming from society's conservative sectors around implementation of gender relations discussions in schools directly affects projects on education for sexuality. Considering this condition, it is impossible to separate these two perspectives concerning the people's identities, essential part of their lives. Educating for sexuality necessarily includes the understanding of gender relations as connections of power and respect for diversity. In this sense, it has become increasingly necessary the adoption and maintenance processes and teacher training projects. For this purpose, we implemented disciplines at the Bahia's Federal University Bahia and Salvador University, accomplished extension actions and specialization courses that has constituted pedagogical processes suitable for sexuality educators' formation. In these formations, we have adopted a participatory methodology that have favoured the collective construction of knowledge from a plenty of study and experience of all who has been involved. Also be standing as participants, educators appreciate the groups' stories and experiences, feel stimulated in consideration of exchange experiences and collective construction of new knowledge: multiples, large, diversified and transformers.

Keywords: sexual education; teachers' training; extension

¹ Graduada em pedagogia, mestre e doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia -- UFBA. Professora adjunta aposentada da Universidade Federal da Bahia. Professora titular da Universidade Salvador, onde implantou e coordenou o curso de pedagogia por dez anos. Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação sexual, formação docente, memória e relações de gênero. Atua também na UAB -- Universidade Aberta do Brasil pela UNEB -- Universidade do Estado da Bahia e na Plataforma Freire pela UFBA. Avaliadora de cursos pelo Conselho Estadual de Educação-Ba. Membro da SBRASH -- Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana. e-mail: tcrisfpf@uol.com.br

Introdução:

O processo de educar para a sexualidade nas escolas, demanda o que por muitos anos foi quase impossível, mas é fato plausível, principalmente a partir do referendo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), promulgados em consequência da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Contudo, mesmo depois de quase duas décadas de vigência da legislação, encontramos professores despreparados em conteúdo e/ou sem disposição para vencer as barreiras relacionais, administrativas e pedagógicas para atuar na área. Acrescente-se que, neste ano no Brasil, estamos vivendo um marcante retrocesso quando setores conservadores da sociedade atacam intensamente a implementação de discussões sobre sexualidade nas escolas, culminando com a apresentação de projetos de lei que proíbem o debate sobre as questões de gênero na educação básica da rede pública. Obviamente tais medidas afetam diretamente os projetos de educação para a sexualidade, uma vez que não é possível dissociar essas duas perspectivas, que dizem respeito às identidades das pessoas, parte essencial de suas vidas.

Educar para a sexualidade inclui necessariamente a compreensão das relações de gênero como relações de poder e o respeito à diversidade. Neste sentido, se tornam cada vez mais necessárias a adoção e a manutenção de processos/projetos de formação de educadores em sexualidade.

Como tudo começou?

A temática sexualidade não esteve presente nos currículos durante nossa formação, da educação infantil ao ensino superior, como não esteve na formação da maioria das educadoras e educadores com os quais convivemos.

No curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Bahia, a disciplina fundamentos biológicos da educação abordava o tema "A problemática biológica da adolescência" que instigava a turma a questionar sobre sexualidade não apenas nesta fase da vida, como naquela em que se encontrava a maioria dos estudantes, na época entre 18 a 65 anos. Mas este era apenas um tópico, um momento, distanciado de uma construção e reconstrução de saberes, crenças, valores, comportamentos e atitudes concernentes a essa fantástica dimensão humana. Ademais, particu-

larmente não concordávamos com a adjetivação da adolescência como 'problemática'. Então, tivemos a oportunidade, ao nos tornarmos docente dessa disciplina logo após a conclusão da graduação em pedagogia, de reestruturar a sua programação, ampliando a discussão do tema para "Adolescência: aspectos biopsicossociais", que comportava, 'timidamente', uma discussão sobre sexualidade. Esta temática, contudo, somente passou a ser pontuada no currículo do curso, ao criarmos e implementarmos a disciplina "Sexualidade e educação", para o curso de pedagogia e para outros de graduação como o de ciências biológicas, primeiro a encampar o projeto e os de psicologia, letras e educação física.

A criação da disciplina decorreu não apenas do nosso propósito, como também das demandas sociais por ações extensionistas no campo da formação de educadores sexuais. Todos queriam 'saber' como educar para a sexualidade, temática recorrente em seu trabalho docente, mas o medo, preconceitos, despreparo e a insegurança falavam mais alto. Com o tempo, os professores engajados nos processos formativos que oferecíamos foram pouco a pouco substituindo estes sentimentos por 'ousar' começar, projetar, (re) construir, avaliar e multiplicar suas experiências bem-sucedidas.

Tendências pedagógicas: aporte para a fundamentação e direcionamento da formação e da prática docente

A educação é uma prática humana intencional que se fundamenta em uma concepção teórica e em uma pedagogia que fornece os aspectos antropológicos, gnosiológicos e morais, ao mesmo tempo ordena e direciona a prática educacional. Igualmente, a formação de professores se dá sob a égide das ideias pedagógicas, também chamadas de pedagogias ou tendências pedagógicas, a saber: tradicional, escola nova, tecnicista, libertadora e pedagogia crítico-social dos conteúdos.

A delimitação dos princípios educativos de determinada convicção pedagógica se mostra como um esforço conceitual e didático. Contudo, "[...] tanto as tendências pedagógicas quanto suas manifestações não são puras e exclusivas o que, aliás, é a limitação principal de qualquer tentativa de classificação" (LUCKESI, 2011, p. 72). O que importa é salientar que cada orientação aponta para aspectos positivos que podem

ser incorporados nos processos/projetos de formação de educadores em sexualidade.

Pedagogia tradicional

Esta pedagogia parte de uma visão antropológica que concebe o ser humano como dotado de uma natureza abstrata e imutável, razão pela qual é também chamada de pedagogia da essência. Deriva, desta concepção o pressuposto de que a educação deve possibilitar que as potencialidades existentes em cada indivíduo desabrochem pelo auxílio de uma pessoa adulta e preparada capaz de transmitir os conteúdos cristalizados pela cultura, as pautas de conduta, os ideais, hábitos e normas a serem imitados pelos estudantes.

Idealiza, também, a igualdade entre as pessoas e a necessidade da educação para elevá-las a outro patamar de ensino, por meio da disciplina e adequação aos modelos existentes e valorizados em uma determinada sociedade. É um ideário de preparação intelectual e moral das crianças e jovens para assumirem seu papel na sociedade, reproduzindo como verdades absolutas tudo aquilo que aprenderam.

A pedagogia tradicional enfatiza a autoridade do professor e a atitude receptiva dos alunos de modo exacerbado, o que coloca em evidência problemas de ordem moral como o cerceamento da liberdade dos estudantes e o alheamento da sua realidade concreta. Educar para a sexualidade de forma tradicional é resumir o processo pedagógico a palestras com profissionais, considerados autoridades sobre a temática em que são se debruçam.

Escola nova

Esta tendência emergiu do movimento desencadeado no final do Século XIX como tentativa de superar a pedagogia da essência pela pedagogia da existência, ou melhor, por uma pedagogia cuja base antropológica vê os indivíduos como seres singulares e, portanto, com diferentes potencialidades, ritmos de aprendizado, desejos e interesses. Desse modo, é inconcebível a sujeição a imposições de modelos previamente estabelecidos.

No Brasil, o movimento escolanovista se impôs desde 1920, e os seus pressupostos e intencionalidade se materializaram no *Manifesto dos pioneiros da escola nova*, que teve como principais signatários, Fernando de Azevedo,

Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Em tal manifesto encontramos a ideia de que a educação deve reconhecer que todo indivíduo tem o direito de ser educado até quando permitirem suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. Sendo a educação uma função essencialmente pública e gratuita, torna-se dependente da coeducação para assegurar ser mais econômica a organização da obra escolar. Por outro lado, o Manifesto não trata das diferenças étnicas e sociais, pois trabalha com a perspectiva de que todos são iguais, diferenciando somente em suas capacidades cognitivas; traz a ideia de implantação de uma democracia educacional. (SAVIANI, 2007).

Destaca-se de positivo nesta pedagogia o princípio de que só se aprende o que tem e faz sentido. Desta forma, tratando da sexualidade, é de se esperar que as aprendizagens sejam sempre buscadas, por serem sempre significativas.

Tecnicismo

A pedagogia tecnicista emergiu como saída para o crescente aumento de críticas à escola tradicional e à renovada como a escola nova. Esta tendência direcionou propostas de uma educação formal baseada no modelo empresarial subordinando a educação à sociedade e tendo como princípio norteador a preparação de "recursos humanos", utilizando o enfoque sistêmico da tecnologia educacional e da análise experimental do comportamento.

Seus princípios mais marcantes foram a racionalidade, a eficiência, a produtividade e a neutralidade científica. Negando os determinantes sociais, desencadeou uma enorme distância entre o planejamento, elaborado por especialistas e não pelos professores, que se tornaram simples executores, e a prática educativa. Modeladas por esta tendência, propostas educativas foram criadas, tais como o micro-ensino, o tele-ensino e a instrução programada, entre outras, não cabíveis no contexto de uma educação para a sexualidade. (FAGUNDES, 2005).

Foi, exatamente, sob o efeito desta tendência e pela busca de renovação, frente às limitações impostas por estes princípios, que começamos – nos anos 1980 – a efetivar os processos de formação de professores para atuar na educação sexual das escolas, considerando as experiências de vida dos envolvidos e a busca de solução para os problemas ligados ao entendimento da sexualidade humana que emergiam

no cotidiano docente, para superar a ênfase de domínio de conteúdo e de técnicas que, se são eficazes para uns, não podem ser generalizados como sendo o ideal para todos.

Pedagogia libertadora

A educação libertadora é uma tendência que prevê que os conteúdos sejam temas geradores ou grupos temáticos, extraídos da própria prática ou experiência de vida cotidiana dos educandos. Questiona concretamente a realidade das relações da pessoa humana com o mundo e com as outras pessoas, buscando uma transformação.

É também conhecida como pedagogia de Paulo Freire (1980), educador que, rebelando-se contra toda forma de autoritarismo e dominação, defendeu a conscientização como processo a ser conquistado pelo homem, por meio da problematização de sua própria realidade. Desenvolveu um método de educação que promovia a conscientização dos indivíduos através da alfabetização que, para ele, era sinônimo de libertação.

Os princípios desta tendência são condizentes com as situações desafiadoras no campo da sexualidade, dada a sua relevância social e política, que contribui para uma real e autêntica formação de cidadãos. Constitui-se base para os processos pedagógicos que privilegiam os saberes das pessoas participantes.

Pedagogia crítico-social dos conteúdos

Esta pedagogia tem como princípio a aprendizagem significativa que parte do que o estudante, (criança, adolescente ou adulto) já sabe para promover novas experiências, novas aprendizagens (LIBÂNEO, 1985), acentuando a prioridade dos conteúdos em paralelo às realidades sociais. A atuação da escola prevista por esta tendência (não reprodutivista) consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições. Nela encontramos eco para nossas ideias, preocupações e necessidades no campo da educação sexual e na perspectiva de educar para a sexualidade. Conteúdos devem ser trabalhados a partir do que emerge como necessidade do grupo que, por sua vez, e reprocessa-os interativamente, levanta outras problemáticas, planeja meios de encontrar as soluções e avalia o processo de ensino-aprendizagem a que são submetidos, mas como sujeitos ativos,

problematizadores, aprendizes. Os professores, neste contexto, são pessoas críticas e reflexivas, daí o nome da tendência.

Reafirmando o que já declaramos, as ideias ou tendências pedagógicas não são estanques. Há predominância, por vezes oscilante, de umas sobre as outras. E as inovações se veem, de repente, 'contaminadas' por uma espécie de retrocesso ao se 'deixarem' perpetrar por ênfases que desaceleram a evolução dos processos de ensino-aprendizagem, de forma a torná-los cada vez mais efetivos e adequados às gerações envolvidas.

Permanecem constantes, por outro lado, os saberes necessários à docência. Saber é uma palavra que pode ser usada em diferentes contextos, de modos diversos e significados distintos. Neste artigo tomamos a palavra saber na concepção de capacidade, de conhecimento, habilidades e de competências mediatizados pelos educadores no exercício da docência para o seu fazer cotidiano como professores.

Saberes da docência

Com a inspiração em Tardif (2009), que se baseou no Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS et al., 1998), admitimos que os professores precisam evidenciar os seguintes saberes necessários à sua prática pedagógica: saberes da formação básica, saberes pedagógicos e saberes da experiência.

Saberes da formação básica

São saberes que correspondem ao conjunto de conhecimentos adquiridos, processados e reformulados durante o processo de formação inicial e/ou continuada, oriundos dos diferentes campos da ciência como língua portuguesa e outras linguagens (artes e educação física), ciências humanas, ciências naturais e ciências exatas.

Quanto aos saberes da formação de educadores em sexualidade, enfatizamos a necessidade de domínio do conhecimento quanto aos aspectos conceituais da sexualidade como dimensão biológica, psicológica, histórica e social. Independente da formação acadêmica, é preciso entender as dimensões da sexualidade humana; ampliar a compreensão dos conceitos de sexo, sexualidade e gênero; conhecer e caracterizar as manifestações da sexualidade ao longo da vida, as fases da resposta sexual humana, desvios e

inadequações sexuais; conhecer sobre sexualidade e deficiências: visual, auditiva, motora e intelectual; analisar criticamente as diferentes formas de violência sexual e de gênero, de vitimização sexual, entre outros.

Saberes pedagógicos

São os saberes resultantes do estudo e do próprio exercício profissional docente. Compreendem os conhecimentos legitimados pela ciência sobre planejamento e avaliação, sobre métodos e técnicas de ensino, sobre tomada de decisões, enfrentamento de problemas, busca e encontro de soluções, sobre a reflexão e pesquisa historicamente construídas, porquanto inacabadas. Não podemos confundir-los, contudo, com saber aplicar técnicas e métodos e saber transmitir conteúdos. Professores nunca devem reproduzir conhecimentos da mesma forma que aprenderam e nem se valer dos mesmos exemplos nos anos de prática docente.

Saberes da experiência

Neste conjunto estão os saberes que decorrem da vivência de situações específicas advindas das relações estabelecidas com os estudantes, colegas, gestores e outros profissionais envolvidos na prática de ensino-aprendizagem. Professores aprendem com seus alunos, com seus colegas mais experientes (e com os menos experientes também), com outros profissionais, estagiários, pais e outras pessoas da comunidade escolar e para além da escola.

Isso posto, consideraremos as experiências metodológicas válidas para a formação de educadores em sexualidade.

As primeiras experiências de formação de educadores em sexualidade²

A educação sexual que liberta se enquadra numa perspectiva emancipatória ou de empoderamento, como preferimos considerar, que vai mais além do que preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1996).

Educar é uma forma de fazer intervenções no mundo. E neste sentido, eliminar estereótipos nas práticas pedagógicas deve ser o elemento

fundante das estratégias de ação por uma educação não discriminadora que respeite as sexualidades, as relações de gênero e a diversidade.

Mesmo no início de nossa atuação na área, essa concepção se fazia presente, e assim programamos e realizamos, no Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, ciclos de estudo, encontros, oficinas e cursos de formação de educadores, entre outras atividades de extensão, integrando o Programa de Educação Sexual – PROEDSEX (FAGUNDES, 1995).

Ciclos de estudo e seminários

A realização de ciclos de estudo através de seminários foi a primeira forma de abordagem metodológica que utilizamos no intuito de fornecer subsídios para a capacitação de educadores (FAGUNDES, 1989. 1993).

Consideramos muito válida esta forma, quando a situação apresenta as seguintes características: existência de um grupo que deseja iniciar um processo de educação sexual e não sabe como começar; pretensão de alcançar um grande número de participantes ao mesmo tempo e incerteza quanto à disponibilidade dos integrantes do grupo para participarem de todos os seminários de estudo.

A discussão dos temas específicos, sob a forma de seminários pode ser feita por especialistas que integrem o grupo ou outros convidados, desde que mantenhamos a concepção da metodologia participativa, assegurada pela observância de aspectos como: estruturação do grupo, levantamento das expectativas; relação e ordenamento dos temas; definição e convite aos especialistas para a discussão dos temas sob forma de seminários, cuidando para que os convidados externos ao grupo conheçam os objetivos a serem alcançados e expectativas do grupo; planejamento e exposição dos temas; discussão e avaliação, durante e após o processo.

Encontros e oficinas

Estas duas formas são escolhidas quando se objetiva sensibilizar professores e outros profissionais de educação para a necessidade de educação sexual para crianças, adolescentes e adultos.

² Decerto que já abordamos essas experiências em outras comunicações, mas os profissionais que participam de nossos processos formativos nos estimulam a registrar, mais uma vez, como incentivo a quem deseja começar a atuar na área bem como reforçar a continuidade quem já desenvolvem ações educativas no campo da educação para a sexualidade.

Seguindo os princípios da metodologia participativa, os encontros e as oficinas preveem ações que não se restringem ao plano intelectual ou cognitivo dos educadores; que incluem, além de informações e conhecimentos, dinâmicas que conduzam à mudança de comportamentos, atitudes e valores concernentes às sexualidades.

Para começar, fazemos uma atividade que promove o conhecimento e a integração dos participantes do grupo, e em seguida intercalamos discussões teóricas e dinâmicas em que a prática do grupo emerge, é discutida, processada, analisada.

Consideramos eficiente o planejamento dos encontros e oficinas com o próprio grupo participante: desde a escolha e detalhamento do(s) tema(s) até a definição de quem vai conduzir a ação, local, horário e duração.

Cursos de formação

Quando uma comunidade docente já está sensibilizada para a importância da educação sexual, é viável o seu envolvimento em atividades como os cursos de formação.

Constituem-se grupos preferenciais para esses cursos os professores da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e outros profissionais de educação que atuam na educação formal: supervisores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, gestores ou de projetos alternativos de educação como os realizados por organizações não-governamentais, associações de bairros, grupos religiosos, clubes de serviço, etc.

Caracterizam os cursos: abrangência da programação, carga horária de, no mínimo, sessenta horas, período de realização de, no mínimo, três meses, grupo com atividade docente regular e realização de um projeto de educação sexual com, pelo menos, um grupo em que é docente.

Essa delimitação não surge como imperativa e excludente, entretanto foi o que a nossa experiência levou a concluir quando se objetiva um curso de formação. Com esses cursos, buscamos alcançar, principalmente para educadores docentes, a teorização sobre o seu cotidiano como um processo sistemático, ordenado e progressivo que retorne à prática, transformando-a, redimensionando-a, nos aspectos concernentes às manifestações, dúvidas, conceitos e preconceitos sobre sexualidade.

Quando um(a) participante conclui, com

êxito, um curso de formação, decorre a sua capacidade de ser agente multiplicador do processo.

As disciplinas

Consolidado o Programa de Educação Sexual – PROEDSEX (Instituto de Biologia-UFBA) e com a convicção de que as discussões sobre gênero e sexualidade são imprescindíveis para a formação docente em seus diferentes níveis, propomos um componente curricular para cursos de licenciatura. A disciplina “Sexualidade e educação” foi então aprovada pelo Departamento de Biologia, locus de nossa atuação como docente e pesquisadora na Universidade Federal da Bahia, e implementada em 1994, como a primeira a integrar a matriz curricular de um curso de licenciatura no Brasil.

Constava na sua ementa o estudo da sexualidade humana em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais e suas manifestações em diferentes fases da vida; processos de informação, orientação e educação sexual para crianças, adolescentes e adultos e a educação sexual no currículo escolar.

Essa ementa expressava, contudo, uma proposta complexa para ser operacionalizada em um semestre letivo. O objetivo dela decorrente consistiu-se em: analisar as dimensões biológicas, psicológicas, históricas e sociais da sexualidade humana para, identificando as manifestações em diferentes fases do desenvolvimento, planejar ações de educação sexual que evidenciem o respeito às diferenças de gênero, com uma postura crítica frente à naturalização e hierarquização dessas diferenças.

Com o tempo fomos ampliando a abordagem para operacionalizar os objetivos de forma a abranger o estudo dos seguintes conteúdos: sexualidade e gênero, abordagem conceitual e histórica; aspectos biopsicossociais da sexualidade; identidade e relações de gênero; gênero e poder; diversidade sexual; feminilidades e masculinidades; direitos sexuais; sexualidade na infância, na adolescência, na idade adulta e na terceira idade; resposta sexual humana; disfunções, desvios e inadequações sexuais; o exercício da sexualidade em situações especiais; mitos, crendices e tabus sexuais e de gênero; preconceitos, discriminações e violências sexuais e de gênero; educação sexual na escola; o papel do(a) professor(a); projetos de educação sexual.

A experiência deu certo e se consolidou, tendo seu relato publicado em Fagundes (1996).

Seguindo a tradição do que vinha sendo realizado na graduação com a disciplina Sexualidade e Educação, criamos também a disciplina “Educação, sexualidade e gênero” oferecida para os cursos de mestrado e doutorado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (FAGUNDES; SOUZA, 2006). A escolha dos temas integrantes das programações das disciplinas foi norteada por parâmetros epistemológicos e filosóficos coerentes com o caráter transdisciplinar e multifacetado da área. Assim, autores de diversos campos de estudos tais como biologia, medicina, psicologia, educação, antropologia, sociologia, história e filosofia foram articulados em torno dos diversos aspectos da sexualidade e das relações de gênero.

Além da ementa, objetivos, conteúdos e procedimentos de avaliação terem sido avaliados como bastante pertinentes e adequados ao que se propôs, pelos alunos da disciplina, bem como pelo PPGE, houve o resultado profícuo da publicação de três livros, com artigos elaborados pela equipe docente e discente da referida disciplina.

Nas perspectivas de uma educação emancipatória e da pedagogia crítico-social dos conteúdos, implementamos a disciplina “Educação e sexualidade”, no curso de pedagogia da Universidade Salvador – UNIFACS, com objetivos e programação comparáveis às da disciplina da UFBA.

Desta última experiência obtivemos como resultado a graduação de mais de três mil educadoras(es) na Bahia e no Brasil, que tiveram em sua formação básica, subsídios para planejar e efetivar ações educativas em sexualidade em seu cotidiano docente.

Interditos e novas perspectivas

Mesmo que tenhamos uma trajetória que referenda a importância e as possibilidades de educar para a sexualidade, paralelamente temos enfrentado embates teóricos e práticos frente a este processo. Em especial, nos últimos dois anos, setores conservadores da sociedade têm nutrido acirrados debates em torno dos programas que promovem a educação para sexualidade pela perspectiva de gênero. Na atualidade, tramita uma série de projetos de lei proibindo o debate sobre as questões de gênero na educação básica da rede pública e, com perplexidade, constatamos que o discurso anacrônico tem ganhado força em diferentes instâncias responsá-

veis pela definição de premissas que norteiam as políticas educacionais brasileiras, provocando a supressão, em documentos oficiais, da questão da sexualidade, bem como outras a ela relacionadas (como, por exemplo, a problematização da diversidade de gêneros e do direito das mulheres) como pauta obrigatória a ser discutida nas escolas. Na Bahia foram aprovadas alterações relacionadas ao tratamento dessas temáticas no plano estadual e no município de Salvador. Temos notícias que o mesmo vem acontecendo em outros estados brasileiros. Junto à proposição de uma escola sem ideologias de gênero e política, sem espaço para a crítica e/ou problematização, sobressai-se, ainda mais, a certeza de que, no Brasil, estamos retrocedendo social, cultural, científica e pedagogicamente.

Por outro lado, os projetos e programas de formação de professores multiplicadores em educação sexual podem e devem permanecer, uma vez que encontram respaldo em legislações educacionais mais recentes que complementam a LDB (BRASIL, 1996), como a resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015).

Esta resolução determina no § 5º do Art. 3, entre outros aspectos, que são princípios da formação de profissionais do magistério da educação básica:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.; (Grifos nossos.)

Evidenciamos, nesses itens, indicadores indispensáveis à formação docente, como a educação de qualidade, valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação e o reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero e sexual, princípios de equidade fundantes de uma educação para a sexualidade em uma perspectiva de gênero como acreditamos e sempre implementamos.

Considerações finais

A realização das experiências em que atuamos como docente, nos diferentes espaços educativos, de natureza pública ou privada, e que sempre objetivaram dar subsídios para que a escola tratasse a questão da sexualidade humana com o devido discernimento, contribuíram para potencializar a preocupação que tem afligido os educadores diante dos modos pelos quais esse tema tem sido conduzido recentemente em nosso país, modos esses radicalmente contrários àqueles, como essa questão tem sido encaminhada em outros lugares do mundo.

Indubitavelmente, temos testemunhado retrocessos, sobretudo do ponto de vista legal. Entretanto, temos evidenciado que os educadores que participam dos processos formativos valorizam as histórias e vivências do grupo, sentem-se estimulados à troca de experiências e à construção coletiva de novos saberes: múltiplos, amplos, diversificados, transformadores e que se tornam multiplicadores. Sendo assim e diante dos resultados das ações de formação de educadores que vivenciamos, ao longo desses anos, reafirmamos a relevância e a necessidade de preparar profissionais para refletir sobre questões de sexualidade e gênero em uma dimensão individual e grupal, subsidiar mudanças de comportamentos, valores e atitudes concernentes à vivência da sexualidade e das relações de gênero, bem como a produção de novos saberes na área.

Referências

- ARROYO, Miguel G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. (Org.) *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 2002. p.131-164.
- BRASIL., *Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. DOU de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. MEC/CEE. *Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 5 .jul. 2016.
- DELORS, Jacques e outros. *Educação um Tesouro a Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília/São Paulo: UNESCO/MEC/Cortez. 1998. Disponível em <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>. Acesso em 10.jul.2016.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Educação sexual nas escolas: relato de uma experiência de intervenção através de orientação para o professor. *SEXUS – Estudo Multidisciplinar da Sexualidade humana*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 17-20,. 1989.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Educação sexual e Formação do Professor: necessidade e viabilidade. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. São Paulo. v. 3, n. 2, p. 154-157. 1993.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. *Educação sexual: construindo uma nova realidade*. Salvador: TCPCF.1995.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. *Abordagens histórico-filosóficas da educação*. Salvador: UNIFACS. 2005.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Inserção de estudos sobre sexualidade e relações de gênero em Cursos de Pós-Graduação da UFBA. In: XIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SEXOLOGIA E EDUCAÇÃO SEXUAL, 2006, Salvador-BA. *Anais do XIII Congresso Latino-Americano de Sexologia e Educação Sexual*, 2006. v. único.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIBÂNEO, José C. Tendências pedagógicas na prática social. In: LIBÂNEO, José C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

O MUTISMO E O DIALÓGICO NA ORIENTAÇÃO/EDUCAÇÃO SEXUAL

Yeda Portela¹

MUTISM AND DIALOGIC IN THE SEXUAL ORIENTATION/EDUCATION

Resumo: O presente artigo tem um caráter conclusivo baseado na pesquisa realizada em escolas públicas e privadas no município do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2013, fruto da tese de doutorado em ciência da educação pela Universidade Nacional de Rosário, na Argentina. Para tanto, foi necessário percorrer uma trajetória com base semântica, histórica, social, política e psicológica sobre a educação e a sexualidade. A orientação sexual é definida através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), em seu caderno Orientação Sexual. Com a pesquisa de campo nas escolas, percebeu-se que os profissionais de educação — gestores e professores, em sua grande maioria — afirmaram saber o que é orientação sexual, entretanto, somente uma pequena parte destes tem uma visão mais pluralista e ampla da sexualidade em relação ao processo educacional com um todo. Apesar de serem a favor da orientação sexual, ressaltam a falta de preparo na sua formação profissional para a sua efetivação. Assim, os resultados apontaram que as escolas estudadas tendem a lidar com o tema sexualidade ainda com mutismo. A situação atual da orientação sexual nas escolas do município do Rio de Janeiro expõe uma realidade educacional que necessita passar por um trabalho de transformação rumo ao processo de democratização. Ademais, percebe-se o quanto o Brasil ainda precisa evoluir em seu processo educacional, para melhor se adequar às demandas ideológicas mundiais no que diz respeito à abertura à diversidade cultural e à educação voltada para a cidadania. Acredita-se que, com o investimento do Ministério da Educação e o empenho de profissionais especializados, inclusive da área de educação, uma política real de ação de implementação da orientação sexual nas escolas brasileiras possa ser desenvolvida, reduzindo os problemas de saúde sexual e, como consequência, os problemas de ordem social como um todo.

Palavras-Chave: escolas; orientação sexual; parâmetros curriculares nacionais

Abstract: The present article has a conclusive character based on the research made in public and private schools in the city of Rio de Janeiro, from the year 2013, result of the doctoral thesis on science education by Universidade Nacional do Rosário, in Argentina. Therefore, it was necessary to traverse a trajectory with semantics, historical, social, political and psychological basis about education and sexuality. Sexual Orientation is defined through the PCNs, National Curriculum Parameters / National Curriculum Standards (Parâmetros Curriculares Nacionais) 1998, in its Sexual Orientation section. With the field researches at the schools, it was perceived that the professionals of education – heads and teachers, in the great majority – affirmed to know what sexual orientation is, however, only a small portion of them have a pluralist and wide view of sexuality in relation to the educational process as whole. Despite being in favor of sexual orientation, they highlight the lack of preparation on their professional qualification for its effectiveness. Thus, the results indicate that the studied/analyzed schools tend to deal with the matter of sexuality still with mutism. The current situation of sexual orientation in schools of the city of Rio de Janeiro exposes an education reality that needs to go through a transformation word towards the process of democratization. Moreover, it is noticed how much Brazil still needs to evolve in its educational process, to suit better to the global ideological demands concerning the openness to the cultural diversity and the education facing citizenship. It is believed that, with the investment of the Ministry of Education (Ministério da Educação) and the effort of specialized professionals, including from the area of education, a real policy of action implementation of the sexual orientation in Brazilian schools can be developed, reducing sexual health issues and, as a consequence, social order issues as a whole.

Keywords: schools; sexual orientation; national curriculum standards

¹ Psicóloga clínica e sexóloga; especialista em sexualidade humana (UCAM); mestre em sexologia (UGF); doutora em humanidades e artes com menção em ciência da educação (UNR/ARG); diretora da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH). E-mail: yportelapsi@terra.com.br

Introdução

O presente artigo tem um caráter conclusivo a partir de pesquisa realizada em escolas públicas e privadas no município do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2013, fruto da tese de doutorado em ciência da educação pela Universidade Nacional de Rosário, na Argentina. Para entender a orientação sexual, deve-se percorrer uma trajetória com base semântica, histórica, social, política e psicológica sobre a educação e a sexualidade.

O Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), em seu caderno Orientação Sexual, esclarece que o trabalho a ser realizado na escola é denominado "orientação sexual", por ser um trabalho de educação que "não substitui e nem concorre com a função da família, mas antes a complementa" (p. 12). Daí a justificativa da duplicidade dos termos no título do presente artigo.

Segundo os PCN (1998), a orientação sexual deve ser entendida como um processo formal e sistematizado, dentro da instituição escolar, exigindo planejamento e intervenção por parte dos profissionais da educação. Não é uma proposta diretiva e está circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo o caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico.

A orientação sexual tem, no seu cerne, o processo educacional, aqui entendido como meio de transmissão de conhecimento com o fim da promoção do desenvolvimento integral do indivíduo, de sua maturação e de sua civilidade. Ademais, entendido como uma educação democrática e, como tal, crítica e libertadora; como, também, uma educação interacionista, histórica e dinâmica, a partir daí, contextualizada no seu tempo.

Uma série de pensadores, educadores e cientistas, tais como: Karl Marx (1818 – 1883); S. Freud (1856 – 1939); Émile Durkheim (1858 – 1917); John Dewey (1859 – 1952); Jean Piaget (1896 – 1980); T. Adorno (1903 – 1969); M. Foucault (1926 - 1984); J. Habermas (1929 -); Edgar Morin (1920 -); P. Bourdieu (1930 – 2002); Anísio Teixeira (1900 – 1971); Paulo Freire (1921 – 1997), dentre outros, promoveram um terreno fértil para mudanças significativas na ideologia social, vindo a influenciar o desenvolvimento da educação ao longo da história do homem. Muitos destes influenciaram o processo educativo com ideais humanistas e emancipado-

res, a partir de uma prática social comprometida com a reflexão de uma visão de mundo mais responsável e sensível às mudanças históricas. Neste sentido, a educação moderna tem um papel fundamental no processo de transformação social da contemporaneidade.

Entretanto, a trajetória evolutiva do mundo ocorre de forma lenta e gradual, com avanços e retrocessos, trazendo a bandeira do tradicional como forma de se manter em uma pseudo-segurança da ordem social. Assim ocorreu com a sexualidade humana. Ao longo da história da humanidade, a sexualidade foi descoberta, enaltecida, subjugada, culpabilizada, punida, exorcizada, moralizada, naturalizada, estudada, profilaxitizada, controlada, regularizada, dessexualizada, ocultada, falada e banalizada.

Segundo Vitiello (1998), no decorrer da história, apenas em breves períodos houve uma visão mais liberal sobre o exercício da sexualidade. Somente nas últimas décadas do século XX, a investigação da sexualidade humana foi considerada importante e merecedora de estudos científicos.

É sobre o pano de fundo desses novos conhecimentos a respeito da complexidade da sexualidade humana, que a orientação sexual tem sido focada pela sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo.

Desde os primeiros registros da educação sexual no Brasil, no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, que diversos estudos e isoladas ações – destacando-se o médico José de Albuquerque, a feminista Berta Lutz; e o professor Victor Stawiarsky – têm sido realizados em prol do desenvolvimento da Sexologia no país. Entretanto, esse escopo, assim como em outras áreas do conhecimento, ficou subjugado aos inconstantes sistemas políticos, que ora permitiam a liberdade de expressão, ora a cerceavam. A educação brasileira, a cada novo governo, ia do sistema centrado no Estado à sua descentralização; do esquecimento proposital à promoção de verdadeiros processos de mudanças, os quais poderiam ser desfeitos no sistema governamental seguinte. Como consequência, ocorreram retrocessos, desarticulações e consecutivas crises.

Atualmente, ainda se fala em reestruturação da educação brasileira, devido: ao analfabetismo, à evasão escolar, à desvalorização dos professores, à educação reprodutivista, aos currículos desatualizados e desarticulados; e à educação que caminha a passos lentos para cumprir os princípios democráticos. A partir daí, a nova

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nasceu com o propósito de buscar melhores condições e o êxito para uma educação descentralizada e mais comprometida com a responsabilidade dos resultados de sua ação.

Neste contexto e após muitos embates, percebeu-se um aumento das iniciativas de implantação da educação sexual em vários segmentos educacionais, com a participação mais ativa de educadores, na promoção de discussões e manifestações a favor de uma educação democrática em todos os níveis. Isso culminou na legitimidade da orientação sexual pelo Estado brasileiro por meio da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no caderno Orientação Sexual, como um norteador curricular nacional. No entanto, a forma como foram apresentados: sem a colaboração (em torno da questão curricular) dos principais atores políticos educacionais – Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE); a falta de uma política de divulgação e implementação efetiva dos PCN nas escolas; e a falta de preparo dos agentes educacionais, resultou em sua volatilidade e fragilidade em reais ações para a sociedade como um todo.

Essa e outras experiências evidenciam o quanto a orientação sexual deve ser reconhecida como um trabalho a ser realizado em longo prazo, sistematizado e ter a sua continuidade assegurada pelo sistema educacional com um processo formal. Por conseguinte, a introdução da orientação sexual como tema a ser trabalhado nas escolas brasileiras apoia-se na sua importância para a cidadania, como formação integral do indivíduo, no respeito aos valores democráticos e pluralistas, no respeito à dignidade humana, principalmente no que concerne às questões de gênero e à construção de uma postura ética frente ao mundo, sem deixar de ser considerado o exercício da sexualidade com prazer e responsabilidade.

Contudo, torna-se necessário o entendimento não só da Educação como também da Sexualidade, em suas diversas dimensões e tendências dentro do contexto científico. Dentre essas tendências, encontra-se a disposição em fazer a leitura da sexualidade sob o aspecto biológico – anatômico e fisiológico –, fruto da influência dualista psicofísica, mecanicista e determinista, que culminou em uma forte ideologia naturalista e reducionista da concepção do corpo. Essa visão tendeu a influenciar os profissionais de Educação, dentre eles, os professores

responsáveis pela disciplina ciência/biologia, por exemplo. Também se ressalta a manutenção desta visão do corpo como forma de atender às instâncias de poder, de forma que a imposição da consciência passa pela domesticação do corpo. Na contramão desta visão, algumas correntes filosóficas e diversas ciências humanas enaltecem a concepção integrativa do corpo e sua relação de reciprocidade e intencionalidade, promovendo uma visão mais ampla do indivíduo.

A sexualidade também sofreu influência do discurso moralista e puritano, herdeiro das tendências platônico-cristãs e do sistema patriarcal, os quais nortearam o comportamento e os costumes do povo brasileiro, fazendo parte de seu processo de socialização. Assim, durante muito tempo, a forte influência religiosa sobre a sociedade fez com que padrões de comportamento sexual fossem cumpridos e vigiados, impedindo a livre expressão sexual, o que favoreceu a orientação sexual no Brasil ter caminhado a passos lentos, refletindo nos dias atuais. Neste sentido, enfoca-se o processo de formação do indivíduo, em que as alterações e as manifestações da sexualidade nas suas diversas fases influenciam a formação da identidade pessoal e relacional. Daí a importância da educação sexual nas escolas, em cujo espaço social ocorrem aprendizagens significativas na promoção de momentos legítimos de discussão sobre as relações de poder e sobre a sexualidade e as diversas formas de subjetivação, na composição do verdadeiro exercício de dialogicidade, de compreensão e de respeito humanos.

Com a pesquisa de campo nas escolas, percebeu-se que os profissionais de educação – gestores e professores, em sua grande maioria – afirmaram saber o que é orientação sexual, entretanto, somente uma pequena parte deles tem uma visão mais pluralista e ampla da sexualidade em relação ao processo educacional com um todo. A compreensão da orientação sexual sob o aspecto preventivo, tendência predominante da amostra, coaduna-se com a manutenção da ideologia dominante, que mantém a imposição da domesticação do corpo, vigiando, controlando e padronizando os comportamentos. Apesar de serem a favor da orientação sexual, ressaltam quanto à falta de preparo na sua formação profissional para a sua efetivação; e acreditam que as famílias em conjunto com a escola são responsáveis pelo processo de educação sexual dos filhos/alunos.

A falta de preparo dos profissionais de

educação em relação à temática sexualidade torna-se evidente quando a maioria dos educadores entrevistados desconhece alguma legislação ou norma do MEC que contemple a sua implementação, o que irá refletir na carência de projetos efetivos na grande maioria das escolas estudadas.

Igualmente é percebido o despreparo em relação ao trabalho com o tema, quando um pouco mais que a metade do grupo de entrevistados afirma ter uma atitude de diálogo com os seus alunos, diante da diversificada quantidade de manifestação sexual mencionadas pelos educadores, que lidam no seu cotidiano escolar.

Esses dados refletirão no questionamento em relação à formação profissional dos educadores pesquisados, ao afirmarem, na sua grande maioria, que não tiveram acesso a conhecimentos sobre sexualidade durante sua formação. Quando se interessam, muitas vezes, é a partir da necessidade de aprofundar o conhecimento do conteúdo devido aos desafios que o próprio tema impõe, buscando a informação na internet como a forma mais viável.

Um dos principais objetivos do referido estudo é saber se há o diálogo ou mutismo em relação à orientação sexual nas escolas do município do Rio de Janeiro. Os resultados apontaram que as escolas estudadas, pelas respostas dos educadores, tendem a lidar com o tema sexualidade ainda com mutismo, quando: não desenvolvem trabalhos efetivos e sistemáticos de orientação sexual; não têm uma visão pluralista e multidisciplinar em relação à sexualidade; desconhecem legislações ou normativas do MEC que contemplem a temática sexualidade; parte dos educadores ainda tem uma postura conservadora e/ou de fuga, de evitação esquiva, denotando dificuldade em lidar com a sexualidade; afirmam não ter conhecimento sobre sexualidade para aplicá-la no trabalho cotidiano com os alunos. Ainda que a maioria dos educadores seja favorável à educação sexual nas escolas.

Esse contexto expõe uma realidade a ser compreendida e a necessidade de repensar a prática educativa com o desenvolvimento de ações que promovam a sua mudança, coadunando com os princípios democráticos de formação integral do indivíduo e o seu comprometimento social. De igual forma, a educação tem um papel fundamental no processo de transformação social, quando se encontra empenhada no desenvolvimento das competências cognitivas, através das: (a) habilidades sociais, capacitando

o aluno, após a absorção do conhecimento, a pensar de forma crítica e criativa; (b) habilidades atitudinais, que visam a estimular a percepção da realidade, promovendo a conscientização do aluno e a interação com o grupo; e das (c) habilidades operativas, que favorecem a aplicação do conhecimento adquirido em práticas responsáveis, refletidas e conscientes. Esse é o verdadeiro papel da educação!

A educação sexual nas escolas está comprometida com o desenvolvimento das capacidades referenciadas, quando é responsável pelo processo que procura estimular a reflexão de temas vinculados ao desenvolvimento humano e à sexualidade, favorecendo a aprendizagem do auto-cuidado e das decisões autônomas frente à sexualidade. Por igual razão, este alinhamento é contra ações isoladas, tais como palestras, que têm caráter puramente informativo e pouco formativo, relatadas por algumas escolas referenciadas.

A visão freudiana já afirmava que o sofrimento causado pela escola, quando mantém a função sexualmente repressora junto aos seus alunos, pode ser fonte do desenvolvimento de patologias diversas. Neste passo, o discurso reprimido e omitido sobre sexualidade na escola, sinalizado na abordagem foucaultiana, reflete a ligação entre o poder, o saber e a sexualidade, percebido em outras instâncias de poder como forma de contenção e controle do indivíduo na sociedade, justificando, assim, a compreensão da realidade nas escolas analisadas no presente estudo. Neste sentido, as escolas tendem a compactuar com a ideia de o tema sexualidade ser incompatível com os estudos formais, podendo, através do prazer, "dissipar" os alunos dos estudos, como foi visto em algumas respostas dos educadores. Daí a possibilidade de a ciência da sexualidade mostrar direcionamentos, talvez manipuladores e controladores, como afirmava Foucault, mas com a possibilidade da promoção de discursos questionadores do status quo, ao quebrar o tríplice decreto: interdição-inexistência-mutismo.

Ademais, ratificando a perspectiva de Pierre Bourdieu, a escola, como parte das instâncias estatais, tende a transmitir a ideologia hegemônica e a reproduzi-la, como forma de manutenção do sistema, do habitus. O que justifica a dificuldade que as escolas têm em modificar os currículos escolares para novos campos do conhecimento moderno e seus agentes; e a empregar os Parâmetros Curriculares Nacionais,

contribuindo, assim, para construir o silêncio.

Neste sentido, a orientação sexual tem uma proposta de contracultura e contradiscurso frente à ideologia dominante, daí a resistência de muitos educadores. Por outro lado, é pela mudança no *habitus* e transformado pela escola, que o indivíduo/aluno estruturará a base de todas as suas experiências posteriores, tornando-se, a escola, um espaço fértil e de suma importância para atuação de um processo educacional democrático e libertador.

De igual forma, reafirma-se a visão de Paulo Freire, no sentido de que propõe uma educação desafiadora, a trabalhar a esperança na emancipação social, revendo paradigmas já limitados diante da complexidade do mundo atual, afirmando a importância da dialogicidade no processo formativo do ser humano. A orientação sexual caminha com esses ideais, promovendo verdadeiros espaços dialógicos entre ação e reflexão.

Neste momento, ressalta-se o papel do educador na responsabilidade de conduzir o trabalho com orientação sexual, pois além do conhecimento da sexologia, o educador deve ser comprometido com a realização de um trabalho voltado para a humanização libertadora do indivíduo, comprometido com a linguagem, com a ética, com o respeito mútuo, com a democracia e solidário na organização, produção e reprodução da vida em sociedade.

O trabalho de pesquisa realizado mostrou um perfil da situação da orientação sexual nas escolas do município do Rio de Janeiro. Entretanto, foi além dos dados apresentados, pois se buscou aprofundar, sob diversos campos de conhecimento, o entendimento acerca do distanciamento entre a orientação sexual e a suas práxis nas escolas. Ademais, este trabalho denunciou a necessidade de implantar o conhecimento da sexologia e da orientação sexual nos cursos de formação de professores/gestores, pois estes demonstraram estar despreparados para trabalhar com o tema, dificultando a sua própria conscientização da importância deste estudo para o processo de formação plena do aluno. Isso significa que a área da Educação necessita repensar suas propostas de atuação, caso queira verdadeiramente colaborar com a diminuição dos problemas sociais brasileiros.

A situação atual da orientação sexual nas escolas do município do Rio de Janeiro expõe uma realidade educacional que necessita passar por um trabalho de transformação rumo ao pro-

cesso de democratização. Ademais, percebe-se o quanto o Brasil ainda precisa evoluir em seu processo educacional, para melhor se adequar às demandas ideológicas mundiais no que diz respeito à abertura à diversidade cultural e à educação voltada para a cidadania. Acredita-se que, com o investimento do Ministério da Educação e o empenho de profissionais especializados, inclusive da área de educação, uma política real de ação de implementação da orientação sexual nas escolas brasileiras possa ser desenvolvida, reduzindo os problemas de saúde sexual e, como consequência, os problemas de ordem social como um todo.

Por último, registra-se o significado que este artigo se propõe com o pensamento do grande educador Paulo Freire (2000): "A educação reflete a estrutura de poder, daí a dificuldade que tem o educador dialógico para atuar coerentemente numa estrutura que nega o diálogo. Porém uma coisa fundamental pode ser feita: dialogar sobre a negação do próprio diálogo. "

Referências:

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Artigo. *Revista Estudos Feministas*. Ano 9, 2º semestre, 2001.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. Artigo. *Cadernos Pagu*, v. 21, 2003.

ANDRADE SILVA, Maria do Carmo. Formação e desenvolvimento da identidade sexual ou identidade de gênero. In: RIBEIRO, Marcos (Org). *O prazer e o pensar: Orientação sexual para orientadores e profissionais de saúde*. São Paulo: Gente, 1999.

ANDRADE SILVA, Maria do Carmo. Education among health professionals. *The Journal of Sexual Medicine*. 21th World Congress for Sexual Health, v. 10, Supl. 5, 2013.

ANDRADE SILVA, Maria do Carmo. SCHIAVO, Marcio Ruiz. Educação sexual: história, conceitos e metodologia. In: ANDRADE-SILVA, M. C.; JURBERG, M. B.; Jurberg, SERAPIÃO, J. J.; JURBERG, P. *Sexologia: Interdisciplinaridade nos modelos clínicos, educacionais e na pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Gama Filho, 1997.

ASINELLI, Araci. Especialista critica a ausência de políticas de educação sexual no Brasil. *Jornal Comunicação*. Reportagem Jéssica Maes Edição Phillipe Trindade. 03 maio 2010. Disponível em: <<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/materia-8089.html>> Acesso em: 02 out. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes *Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Conselho Nacional de Educação / Ministério da Educação. Parecer n.º CEB 04/98, em 29 jan. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANELLA, Paulo; NOWAK, Lara D. Aspectos médicos da sexualidade. In. ANDRADE-SILVA, M.C. (org.) *Sexologia: Fundamentos para uma visão multidisciplinar*. Cap. 4. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1997.

COLL, César. *Psicologia e currículo*. São Paulo: Pioneira, 1979.

FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. Educação sexual: família, escola e temáticas especiais em educação. Artigo. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 18, n. 2, jul. -dez., 2008.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade*. v 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Pedagogia da indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Política e educação: Ensaio*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREUD, Sigmund. *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905). Obras Completas de Sigmund Freud v. XI. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização* (1930[1929]) Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volv.XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GRANDES PENSADORES. Vida e obra de educadores que fizeram história, da Grécia antiga aos dias de hoje. *Nova Escola*. ed. especial n.º. 19, 2008.

Guia de orientação sexual. Diretrizes e metodologia (da pré-escola ao 2º grau). São Paulo: Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual/ABIA/ECOS, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JURBERG, Marise B. A construção social da sexualidade: da identidade biológica à identidade sócio-cultural de gênero. *Revista Scientia Sexualis*, v. 7, n. 2, p. 25-40, 2001.

MOREIRA, Luciano A. Lemos. *A empregabilidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais: implicações e limites a formação humana*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Centro de Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2005.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*,. Universi-

dade de São Paulo, Faculdade de Educação, v. 2, n. 4, p. 23-35, 2002.

SILVA, Cenira Ribeiro. Possibilidades e limitações da escola pública como agente de educação sexual. Artigo. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 8, n. 2, 1997.

VALLADADES, Katia K. *Sexualidade: professor que cala nem sempre consente*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

VITIELLO, Nélon. Um breve histórico sobre o estudo da sexualidade humana. *Revista Brasileira de Medicina*, v. 55, ed. especial, 1998.

A NECESSIDADE DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL PAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA

Eduardo Augusto Medici¹; Fernanda Rafaela Cabral Bonato²

THE NEED FOR SEX EDUCATION PROGRAMS TO PARENTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH DISABILITIES

Resumo: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência define pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade”. Tal situação não as impede de viver a sexualidade, uma vez que esta é vivenciada em seu cotidiano, por meio de suas percepções, fantasias, desejos, relações, atitudes e comportamentos. Contudo, se a sexualidade já é vivenciada com certo tabu, quando esta questão liga temas ‘sexualidade’ e ‘deficiência’, observa-se uma negação desta realidade, o que acarreta grande prejuízo aos indivíduos com deficiência.

Método: Foi realizada uma revisão de literatura, em livros e artigos científicos, publicados em bases de dados eletrônicas, por meio da utilização dos descritores: sexualidade; educação sexual; deficiência e necessidades especiais.

Resultados: Por meio da revisão de literatura, observa-se que as pessoas com deficiência têm desejos de experimentar o novo e vivenciar a sexualidade de forma segura e consciente. Contudo, a negação deste fato, acarreta a negação deste direito pela sua família e/ou pela sociedade em geral, dificultando e/ou impedindo o acesso à educação sexual, bem como as colocando-as em situações de risco social.

Conclusões: A instrução aos pais de pessoas com deficiência diante das questões relacionadas à sexualidade assegura a transmissão de conhecimento científico, que possibilita uma abordagem direta, clara e verdadeira de assuntos inerentes a condição humana das pessoas com deficiência, que têm a oportunidade de vivenciar a sexualidade de forma segura, consciente e autônoma.

Palavras-chave: sexualidade; educação sexual; deficiência; necessidades especiais.

Abstract: The Convention on the Rights of Persons with Disabilities defines persons with disabilities as “those who have long-term impairments, physical, mental, intellectual or sensory impairments which may hinder the full and effective participation in society.” Such a situation does not prevent them from living sexuality, since it is experienced in their daily lives through their perceptions, fantasies, desires, relationships, attitudes and behavior. However, if sexuality is already experienced with some taboo in Brazilian social environment, when this issue alloy subjects ‘sexuality’ and ‘disability’, there is an alleged denial of reality by society, which causes great harm to individuals with disabilities.

Method: A literature review was conducted in books and scientific articles published in electronic databases through the use of descriptors: sexuality; sex education; disabilities and special needs.

Results: Through the literature review it is observed that people with disabilities as well as others, have desires to experience the new and experience sexuality safely and consciously. However, through the denial of this fact, many teens and adults with disabilities end up having this underrated right and / or denied by his family and / or society in general, hindering and / or preventing these people and their families have not only access to sex education, but also putting them at risk in the face of sexuality.

Conclusions: The instruction to parents of disabled people on issues related to sexuality ensures those subjects the experience of sexuality safely and consciously in that it is made possible to subject the experiences in partnership with more autonomy, knowledge and security, while that the family is offered scientific knowledge that assists in sexuality education to their children, enabling a more direct, clear and true approach of issues inherent in the human condition.

Keywords: sexuality; sex education; deficiency; special needs.

¹ Médico, graduado em medicina pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE (2010). Especialista em psiquiatria pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR (2013), com título de especialista em psiquiatria, pela Associação Brasileira de Psiquiatria e Associação Médica Brasileira – ABP/AMB (2012) e em sexualidade humana pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP (2014). E-mail: eduardo.medici@hotmail.com

² Bacharel em direito, graduada pela Universidade Positivo (2008), psicóloga clínica, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (2004), com título de especialista em psicopedagogia, também pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (2010) e em sexualidade humana pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP (2014). É membro da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), da Sociedade Internacional de Medicina Sexual (ISSM) e da Sociedade Latinoamericana de Medicina Sexual (SLAMS). E-mail: fernandacbonato@gmail.com

Introdução

Conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi adotada e é utilizada pelo governo brasileiro, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos a longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensoriais, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condição com as demais pessoas. (BRASIL, 2008, p. 02)

Mediante esse conceito, observa-se que “pessoas com deficiência formam um grupo heterogêneo, com potencialidades e dificuldades distintas, em diferentes níveis e intensidade” (ANDERSON; KITCHIN, 2000, p. 1163)

Contudo, tais dificuldades não excluem a condição humana e sexual destes sujeitos, uma vez que “pessoas portadoras de necessidades especiais são pessoas, e, pessoas, são seres sexuais” (ANDERSON; KITCHIN, 2000, p. 1163)

Em outras palavras, “pessoas ditas ‘excepcionais’ não são necessariamente excepcionais em seus impulsos e desejos sexuais. Elas têm necessidades normais, experiências normais e emoções humanas normais.” (GLAT, 1992, p. 66).

Apesar de a sexualidade ser construída ao longo de todo o desenvolvimento humano e envolver uma série de manifestações (PINHEIRO, 2004), é na adolescência que as preocupações se potencializam, sejam nos adolescentes, sejam em seus pais.

Isso ocorre por uma série de fatores relacionados ao desenvolvimento humano, como os fatores sociais e hormonais, mas constata-se que em nossa sociedade “saber lidar com a sexualidade de filhos sem deficiência já é complicado. Fica ainda mais difícil quando se trata de pessoas com deficiência.” (GABRIELLE, 2013, p. 38).

Gabrielle (2013, p. 37) explica, ainda, que “Por medo, muitas famílias negam a existência de qualquer manifestação”, mas também afirma que isso ocorre devido à falta de orientação correta a estes pais, que muitas vezes não imaginam que sexualidade é um termo muito mais amplo do que sexo e/ou relação sexual.

É importante frisar essa diferenciação, uma vez que, ao se abordar o tema ‘sexualidade,’ não se faz restrição à questão do sexo anatómico ou relação sexual, uma vez que sexualidade relaciona-se a questões mais amplas, como a identidade de gênero, papel sexual, orientação sexual, prazer, intimidade e reprodução (OMS,

2006 p. 4), considerando-a então como um processo complexo coordenado pelos sistemas neurológico, vascular e endócrino (CAYAN; et al., 2004), que também sofrem influências sociais, culturais, religiosas, familiares, educacionais (SOUZA; FERNANDES; BARROSO, 2006).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006, p. 5) afirma que a sexualidade é expressa e vivida constantemente no cotidiano dos indivíduos, pois são pensamentos, crenças, fantasias, atitudes, valores e comportamentos, que não só a constituem, mas se manifestam conforme a interação de fatores psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, históricos, religiosos e espirituais.

Desta forma, fica claro perceber que a sexualidade é inerente a todos os seres humanos, tendo eles, ou não, impedimentos de natureza física, sensorial, mental ou intelectual.

Conforme Paula, Regen e Lopes (2000)

A sexualidade não está separada de outras esferas da vida. Não fica em casa, guardada em uma gaveta, enquanto o indivíduo vai para a escola ou para o trabalho. Ela é exercitada e desenvolvida no cotidiano, a partir das relações consigo mesmo, com o mundo e os outros, desde os primeiros anos de vida. (p. 27)

Sousa, Batista, Coura, Pagliuca e, França (2009) também relatam que a construção de um ideal angelical, muitas vezes associado a um sujeito com deficiência, faz com que a sociedade negue sua sexualidade, ocasionando um silêncio em relação à expressão de seus desejos sexuais, bem como criando uma situação de vulnerabilidade social.

A realidade atual mostra que esta negação da sexualidade de pessoas com deficiência, tanto no ambiente escolar como nos serviços de saúde, gera desinformação, preconceito, além de tornar esta parcela da população mais vulnerável a diversas situações de risco, como a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. (SOUSA et al., 2009).

Os mesmos autores alertam ainda para outra situação, apontando que: “Ao se instituir o mito da assexualidade das PcD, institui-se, também, a crença de que elas são sexualmente indesejáveis a ponto de não suscitarem a violência sexual”. (SOUSA, et al. , 2009).

Por meio da literatura, constata-se a descrição de diversos mitos em relação à sexualidade de pessoas com deficiência.

O mito da assexualidade, da ausência de desejos, necessidades e pensamentos sexuais ou impossibilidade de relação sexual são exemplos equivocados, bem como o mito da hiperssexualidade e exacerbação de desejos (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Tal situação insere esses sujeitos em um alto grau de vulnerabilidade social, seja diante da possibilidade de abuso, seja diante de situações de risco, como contração de doenças sexualmente transmissíveis. (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Os poucos estudos nesta área corroboram tal afirmação.

Conforme Sousa et al. (2009):

A negação da sexualidade da PcD em casa, na escola ou no serviço de saúde, além de gerar desinformação e preconceito, contribui com uma maior exposição desses indivíduos aos riscos de contrair uma doença sexualmente transmissível, a exemplo da aids. (p. s/n)

FERREIRA (2008, p. 02) corrobora tal informação ao expor que as origens da vulnerabilidade das pessoas com deficiência relacionam-se à invisibilidade delas na malha social, bem como a confiança que o agressor tem diante da deficiência, isso porque a denúncia, a descoberta do crime e a punição quase nunca são realizadas.

Tal informação é corroborada por Paula, Sodelli, Faria, Gil, Regen e Meresan (2010, p. 58) que afirmam que a vulnerabilidade dessas pessoas relaciona-se à

(...) baixa escolaridade, poucas oportunidades de renda própria e consumo, dificuldades de acesso aos serviços de saúde (nível social) e ao desenvolvimento de ações institucionais especificamente voltadas para o problema da aids como: informação e educação, saúde e serviços sociais e não discriminação em relação às pessoas com HIV e aids (nível programático).

Esta informação também é descrita por Sousa, et al. (2009), que explica:

(...) o risco de infecção pelo HIV, que até hoje, ainda, é considerável para muitas pessoas, torna-se, ainda maior, para as PcD devido a desinformação que elas apresentam e do desconhecimento, pela sociedade e pelos profissionais de saúde, de que elas correm esse risco.(p. s/n)

Diante de tal cenário, a preocupação torna-se ainda maior quando se constata a ausência

de materiais específicos, bem como a escassez de pesquisas científicas diante de tal questão, contradizendo o que a legislação brasileira determina diante dos direitos dessa população.

Quatro são as legislações que norteiam a promoção da saúde e do direito das pessoas com deficiência, no Brasil, sendo elas: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (decreto lei n. 6.949 de 25 de agosto de 2009); a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi elaborada pela ONU em 2007, porém o governo brasileiro passou a adotá-la somente em 2009, por meio do Decreto n. 6.949 de 25 de agosto de 2009. Seu propósito é o de “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”. (BRASIL, 2011, p. 26)

Em diversos momentos, a Convenção determina a igualdade de condições, contudo, o Artigo 24º, ao abordar a questão educacional, reforça que o país se compromete não só com o sistema educacional inclusivo, mas também com a promoção de direitos, da liberdade e da diversidade humana, oferecendo recursos que possibilitem o desenvolvimento individual desses sujeitos. (BRASIL, 2011)

O artigo 23º da referida Convenção deixa explícita a garantia de que o país promoverá medidas para a eliminação da discriminação de pessoas com deficiência, inclusive diante dos aspectos afetivos e relacionais, como casamento e estruturação familiar em condições de igualdade, reconhecendo o direito destes, de forma livre e consentida das partes. (BRASIL, 2011).

Para tanto, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência determina que as pessoas com deficiência devam ter acesso adequado a informações relativas à educação reprodutiva. (BRASIL, 2011).

Tal determinação é convergente com a Constituição da República Federativa do Brasil, uma vez que em seu Artigo 205º dispõe que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Garantindo, ainda, por meio do Artigo 206º, que a escola deverá seguir os princípios constitucionais de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, visando a liberdade de aprendizado e o pluralismo de ideias. (BRASIL, 1988).

Para tanto, o governo brasileiro conta com duas legislações que norteiam o sistema educacional brasileiro, sendo elas: a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996) e o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais).

O Artigo 1º da LDB informa que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996), para tanto, o governo conta com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que

constituem um referencial de qualidade para a educação no ensino fundamental em todo o país. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 1997, p. 13)

Os PCN abordam, entre inúmeros outros pontos, a necessidade de a escola ser um lugar propício para que os alunos aprendam a viver de uma forma cidadã, participativa e autônoma, sabendo quais são seus direitos e seus deveres. (BRASIL, 1997, p. 4).

O referido documento determina que as escolas utilizem, no cotidiano escolar, de forma transversal aos conteúdos já existentes, a abordagem dos chamados temas transversais.

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual. (BRASIL, 1997, p. 15)

Como ‘orientação sexual’, os PCN’s conceitualizam-na como:

Ao tratar do tema orientação sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (BRASIL, 1997, p. 287)

Uma vez que os temas transversais garantem que temas como ‘direito ao prazer’; ‘relações de gênero’; ‘diversidade de crenças’; ‘prevenção de doenças sexualmente transmissíveis’ e ‘gravidez indesejada na adolescência’ devem ser abordadas na rotina escolar, observa-se a direta orientação de que tais temas também devem ser abordados com alunos com deficiência, uma vez que a igualdade é princípio constitucional, claramente descrito no artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988, 1997).

A garantia legal que determina que as escolas devem abordar a ‘orientação sexual’ de forma contínua e interdisciplinar, no cotidiano escolar, é a que toma foco na análise do presente artigo, já que como relatado acima, as pessoas com deficiência têm legislativamente este direito assegurado, por meio de inúmeras legislações brasileiras, respaldados, ainda, pelo direito à igualdade e ausência de discriminação social, inclusive diante do processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, o processo educacional não é dever exclusivo do Estado, mas também é da família, assim como a própria Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência afirma, no artigo 18º que:

Os Estados Partes envidarão os seus melhores esforços a fim de assegurar o reconhecimento do princípio de que ambos os pais têm obrigações comuns com relação à educação e ao desenvolvimento da criança. Caberá aos pais ou, quando for o caso, aos representantes legais, a responsabilidade primordial pela educação e pelo desenvolvimento da criança. Sua preocupação fundamental visará ao interesse maior da criança. (BRASIL, 2011)

Essa ideia também é reforçada pela LDB, que em seu artigo 2º diz:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Glat (1992, p. 113) deixa claro que:

A família se constitui, assim, no grupo social primário e é por meio do relacionamento familiar que desde os primeiros tempos de vida a criança começa a aprender até que ponto ele é um ser aceitável no mundo (isto é, se ela é considerada “normal” em comparação com os outros membros do seu grupo social), que tipo de concessões e ajustamentos deverá fazer para ser aceita, e a qualidade das relações humanas que encontrará. A família, portanto, realiza a chamada socialização primária que consiste na aprendizagem dos papéis sociais; ou dito de outra forma, no processo de formação de identidade social e pessoal do indivíduo, na imagem que a pessoa tem de si mesma.

Contudo, a realidade mostra que “A expressão da sexualidade pelos portadores de deficiência mental gera angústia na família e nos profissionais que trabalham com esta parcela da população” (PINHEIRO, 2004, p. s/n), sendo este mais um dos motivos para a criação e manutenção de programas de educação sexual a pais de crianças e adolescentes com deficiência, uma vez que, concomitante ao Estado, a família é responsável pela educação das crianças e adolescentes.

A realidade atual mostra que essa negação da sexualidade de pessoas com deficiência, tanto no ambiente escolar como no seio familiar e serviços de saúde, gera desinformação, preconceito, tornando esta parcela da população mais vulnerável a diversas situações de risco (SOUSA et al., 2009), que poderiam ser amenizadas a partir do momento em que programas de educação sexual fossem estruturados e mantidos não só a essas pessoas, mas também aos seus pais, que como cuidadores diários, poderiam minimizar mitos e riscos, criando um espaço de compreensão sobre a sexualidade, respaldado por um diálogo informativo, claro e desmitificado sobre a sexualidade.

Referências

- ANDERSON, P.; KITCHIN, R. Disability, space and sexuality: access to family planning services. *Social Science & Medicine*. 2000,; p. 1163-1173.
2000. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11037207>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2016.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: n.º 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- CAYAN, S.; AKBAY, E.; BOZLU, M., CANPOLAT, B.; ACAR, D.; ULUSOY, E. The prevalence of female sexual dysfunction and potential risk factors that may impair sexual function in Turkish women. *Urologia internationalis*, v. 72, n. (1), p. 52-57, 2004.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo n.º 186, de 09 de julho de 2008: decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009*. - 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- FERREIRA, W. B. Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa com deficiência. *Revista Eletrônica Iberoamericana sobre a Ca-*

lidad, Eficacia y Cambio en Educación, (n. 6,). 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55160210>>. Acesso em: 24 de jan.eiro de 2016.

GABRIELLE, M. *Cartilha de orientação sobre sexualidade e deficiência intelectual*. n.(1), p. 1-78, 2013. Disponível em: <http://institutomaraagabrilli.org.br/images/stories/pdf/cartilha_sexualidade.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

GLAT, R. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*. n. (1), p. 65-74, 1992.

MAIA, A.C.B. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Rev. bras. educ.e spec.*, n.(16), 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382010000200002>. Acesso em: 24 jan. 2016.

PAULA, A. R. *Sexualidade e deficiência: rompendo o silêncio*. São Paulo: Expressão e arte editora. 2011.

PAULA, A.R.; SODELLI, F.G.; FARIA, G.; GIL, M.; REGEN, M. e MERESMAN, P. Pessoas com deficiência: pesquisas sobre a sexualidade e vulnerabilidade. *Temas sobre desenvolvimento*,. (n. 98), p. 51-65, 2010. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/diario/artigo%20publicado%20memnon.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

PINHEIRO, S. N. S. Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisa. *Psicol. esc. Educ.*, (n. 2), 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572004000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 jan. 2016.

SOUSA, L.B. de; FERNANDES, J.F.P. e BARROSSO, M.G.T. The influence of Family cultural belifes on adolescent'ssexualbehavior. *ActualPaul. Enferm.*, v. 19, n. (4), p.408-413, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002006000400007&script=sci_abstractAcesso em 24 de janeiro de 2016

SOUSA F. S. de; BAPTISTA R. S.; COURA, A. S.; FRANÇA, E.G.; PAGLIUCA, L.M.F e FRANÇA I.S.Z de. Sexualidade das pessoas com deficiência

(PcD) e a vulnerabilidade à aids: revisão sistemática de literatura. *Online Brazilian Journal os Nursing.*, v. 8, n. (3), 2009. Disponível em: < <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.16764285.2009.2566/565>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health; 28-31 January 2002.*, Geneva. Geneva: WHO; 2006. Disponível em: <>http://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

RESENHA DE DISSERTAÇÃO

SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA: RODAS DE CONVERSA E VIVÊNCIAS EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL

Fátima Elisabeth Denari¹

BERTOLINI, D. B. *Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental*. 2015. 104 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2015.

A dissertação de mestrado "Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental" defendida por Débora Brandão Bertolini pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", aponta que vivências de educação sexual em espaços escolares podem auxiliar jovens que se encontram no processo de transição da infância para a vida adulta para que esta seja de maneira saudável e prazerosa.

Em seu estudo, a autora investiga junto a um grupo de 20 adolescentes, 12 garotas e 8 garotos, com idades de 11 a 13 anos como estes manifestam e vivenciam a própria sexualidade; e explora por diversas vezes, a relação entre escola e sexualidade relacionando a instituição escolar como mediadora dos processos de ensino e aprendizagem e contribuinte no processo de uma educação sexual positiva, pelos referenciais teóricos que escolhe, o que mais tarde reforça suas conclusões.

O estudo divide-se em cinco seções sendo cinco subseções na base teórica em que as teorias, a metodologia e a análise dos resultados se entrelaçam de forma a dar corpo às conclusões. Na primeira, apresenta teorias com diversas perspectivas do desenvolvimento humano, algumas fases de estudos sobre a temática adolescência e diferentes definições do termo adolescente, as várias delimitações cronológicas para o adolescente e separadas por diferentes organizações. Na segunda, amplia a discussão de adolescência e seus desdobramentos com descrição da sexualidade e a importância da mesma na formação da personalidade e identidade destes jovens. Aborda, ainda, os conflitos, as descober-

tas e algumas consequências tais como gravidez e infecção sexualmente transmissíveis. Na terceira, apresenta uma realidade quase invisível para grande parte da sociedade, a dificuldade de educadores abordarem a temática sexualidade nos espaços escolares, pois o conhecimento é limitado devido à formação inadequada. Em seguida, descreve a importância da educação sexual e a inserção da mesma nas escolas do Brasil, elenca algumas bases legais para a abordagem da sexualidade nas instituições educacionais e autores que exploraram a temática com passo a passo do caminho utilizado. Na última subseção a autora utilizou como base teórica do trabalho, o recurso do levantamento bibliográfico em oito revistas acadêmicas pelo período de dez anos (2004 a 2014 - data de referência do início das redes sociais Orkut e Facebook). Do total de 174 artigos, apenas 21 abordavam a temática sexualidade, no período referenciado, comprovando a necessidade e a importância de trabalhos acadêmicos tais como este. O caminho metodológico utilizado foi a roda de conversa por se tratar de um espaço de diálogo e reflexão com interação entre os participantes, explorando cada um dos passos utilizados, assim como todos os termos e autorizações necessárias, enfatizando o rigor científico do trabalho; na última seção faz a integração das concepções e seus resultados.

A forma como organiza e relaciona as concepções referenciais e suas descobertas facilita a compreensão. Na apresentação de seus resultados e na discussão que propõe, demonstra de forma didática, as dez rodas utilizadas: contato inicial com a aplicação de um questionário sobre o que é ser adolescente, quais são

¹ Professora Doutora associada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Docente do Programa de Pós Graduação em Educação Especial e Professora Colaboradora junto ao Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Unesp E-mail: fadenari@terra.com.br

os próprios sonhos, como estes jovens se veem e como são vistos; abordagem sobre gênero e papéis sociais femininos e masculinos; apresentação do corpo sexuado feminino e masculino; conceitos iniciais sobre sexualidade e família; diferenças entre sexo e gênero, transexualidade e consciência sobre transfobia; puberdade e suas transformações; relação sexual e a influência da mídia; métodos contraceptivos, gravidez e aborto; informações sobre infecções sexualmente transmissíveis; anteriormente às rodas de conversa, os/as adolescentes se apresentavam como sujeitos com defeitos e a auto estima foi melhorada após vivências de educação sexual. Paralelamente às rodas de conversa, gravidez e homossexualidade eram estudadas em outros momentos dentro da escola, sendo assim pouco foi abordada estas temáticas neste trabalho. Na roda final houve nova aplicação do mesmo questionário inicial para critério comparativo-avaliativo e confraternização do término do trabalho.

A autora enfatiza, em sua conclusão, que a implementação de educação sexual, no espaço escolar, é capaz de desconstruir preconceitos e estigmas e auxiliar os jovens na construção de uma autoimagem positiva. Reforça, ainda, que sexualidade e as descobertas sexuais estão latentes na faixa etária dos/das adolescentes participantes deste estudo e que o acesso às tecnologias móveis conectados à internet permitem acesso rápido às informações nem sempre confiáveis ou livres de mitos e preconceitos. Aponta ainda, para uma mudança de comportamento sexual quando individual e em grupo, bem como modificações comportamentais em relação ao formato deste grupo. Os jovens anteriores às rodas de conversa, se apresentavam como sujeitos com defeitos e a auto estima foi melhorada após vivências de educação sexual.

Paralelamente às rodas de conversa, gravidez e homossexualidade eram estudadas em outros momentos dentro da escola, sendo assim pouco foi abordada estas temáticas neste trabalho.

Os estudos futuros sugeridos pela autora sinalizam para a ampliação das faixas etárias bem como a sua extensão para população com rendas diferenciadas; sugerem por fim, o foco na saúde sexual, acompanhamento com ginecologistas e urologista para a escolha adequada do método contraceptivo e investigar as relações dos pais no acompanhamento de seus filhos quando o assunto é a vida sexual e a capacitação

dos educadores para a abordagem da temática sexualidade no espaço escolar.

Considero o estudo fundamental devido à ausência de preparo profissional por parte das equipes escolares, bem como necessário para a desconstrução de estereótipos, preconceitos, mitos e tabus. Reitera-se o desejo por mais profissionais com capacitação para abordarem a temática dentro das escolas.

Contatos com a
autora da dissertação:
dedebertolini@gmail.com

RESENHA DE LIVRO

TEM UM BEBÊ NA BARRIGA DA MAMÃE*Iracema Teixeira¹*

MATTOS, Gabriella Freidman. *Tem um bebê na barriga da mamãe*. 1.º ed. Teresópolis: Tereart, 2015. 44 p.

O livro *Tem um bebê na barriga da mamãe* é uma lindeza elaborada por Gabriella Freidman! É um recurso no auxílio de pais e educadores na linda e às vezes delicada tarefa de conversar com as crianças sobre como e de onde vêm os bebês. É uma obra criada a quatro mãos: as de Gabriella e de seu filho Pedro Freidman Mattos, na época com 9 anos de idade, o ilustrador da obra.

A autora, ao vivenciar sua segunda gravidez, viu-se instigada pela curiosidade e pelo envolvimento do primeiro filho e, assim, desejou registrar as situações inusitadas vividas em família.

O livro apresenta, através da perspectiva de uma criança, as associações feitas por elas que muitas vezes se apresentam de forma direta, imediata e concreta pautado exclusivamente no que veem. Com isso, nem sempre estabelecem uma relação clara com o que de fato acontece; as fantasias podem ser inquietantes.

Gabriella e seu filho Pedro explicam de forma simples os fenômenos como: a concepção, a gestação e o parto, colaborando, portanto, para o enriquecimento dos instrumentais na educação sexual.

Contato com a autora do livro - Gabriella Freidman Mattos
pelo e-mail: gabriellafreidman@hotmail.com

¹ Doutora em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.; Mestre em sexologia clínica pela Universidade Gama Filho – UGF. Especialista em educação sexual – pela UGF/ SBRASH. Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana / SBRASH – biênio 2014-2015. E-mail: iracema@iracemateixeira.com.br

ENTREVISTA

INCENTIVAR, CONTRIBUIR E DEMOCRATIZAR O SABER NA ÁREA DA SEXUALIDADE HUMANA

Entrevista com a Profa. Dra. Iracema Teixeira

Por Sheila Reis

A profa. Dra. Iracema Teixeira é psicóloga, psicoterapeuta, doutora em psicologia (UFRJ) na linha de pesquisa Subjetividade, Cultura e Práticas Clínicas, mestre em sexologia clínica (UGF), especialista em educação sexual (UGF/SBRASH), membro docente associada ao Centro de Psicologia Formativa do Brasil, coligado ao Center for Energetics Studies, em Berkeley/CA. Possui artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais. Colaboradora da Rádio Globo, colunista do Clube das Comadres e consultora de revistas nacionais. Diretora do Espaço do Diálogo. Presidente eleita da SBRASH, no biênio 2014-2015.

Sheila: *Conte-nos um pouco sobre a sua trajetória profissional na área da psicologia e como a sua formação em sexualidade humana se desenvolveu?*

Iracema Teixeira: Meu percurso na área da Sexualidade Humana iniciou nos idos de 1983, quando na Graduação de Psicologia, na Universidade Gama Filho, cursei a disciplina sexualidade humana, ministrada pela Prof^a Maria do Carmo Andrade e Silva. Fiquei encantada com a temática e a possibilidade de atuação profissional nas áreas da clínica e educação. Participei dos grupos do NUDES com Araguari Chalar, Jean Claude Nahoum, Paulo Canella, dentre outros; em paralelo, estagiei no Ambulatório de Ginecologia do Hospital Universitário Gama Filho. Após a graduação dei início à pós-graduação em sexualidade humana, pela UGF e continuei meu estágio no hospital. Após algum tempo, comecei a atuação em clínica privada sob supervisão da Prof^a Maria do Carmo Andrade e Silva. Minha monografia de conclusão do curso de pós foi um estudo realizado nos livros didáticos empregados pelo Programa Nacional do Livro, na época era o órgão do governo responsável pela distribuição das cartilhas de alfabetização das escolas públicas. Em paralelo, outras incursões profissionais em atuação no Juizado de Menores do Rio de Janeiro e, posteriormente, à frente da direção de uma das unidades do Sistema Penal do mesmo estado.

Somente em 1997 retomo, sem nunca ter abandonado minha atuação clínica, os estudos na área da sexualidade humana, com o mestrado na Universidade Gama Filho, onde pesquisei sobre a sexualidade da mulher mastectomizada e com reconstrução de mama. Uma das questões

que mais me chamou atenção foi a dinâmica relacional do casal que enfrenta o drama do câncer de mama feminino. Tentando entender mais sobre a conjugalidade, direcionei meu foco para esse tema, culminando com meu doutorado em psicologia, cujo tema foi a formação e a manutenção de vínculos afetivo-sexuais.

Sheila: *Como vê a sexualidade humana ser discutida nesses últimos anos, aqui no Brasil?*

Iracema Teixeira: Entendo que o estudo e a pesquisa sobre a sexualidade humana é um processo senoidal; avanços/conquistas ↔ retrocessos/retrações. Muito se conquistou; no entanto, ainda temos muito que caminhar. Não podemos perder de vista que o tema é ainda um grande tabu na cultura ocidental por sofrer uma forte influência da ideologia judaico-cristã e ser usada como estratégia de controle social, como bem explicitou Foucault. Precisamos, portanto, dar continuidade aos estudos, às pesquisas e à construção de espaços de discussão e diálogo sobre a sexualidade. Tendo sempre em mente que o maior desafio é criar resiliência para superar obstáculos e continuar avançando.

Sheila: *Após esses trinta e dois anos atuando na área clínica e em instituições de ensino, quais são as dificuldades ainda enfrentadas no tema sexualidade humana?*

Iracema Teixeira: Não percebo dificuldades na clínica com relação à temática propriamente dita. Em minha experiência, os problemas são os comuns à prática psicoterápica – pessoas chegam com problemas de longa data e esperam ser resolvidos de imediato. No que se refere ao ensino e pesquisa em sexualidade, percebo três

grandes desafios:

- Superar o preconceito com relação ao tema nas instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, pois não são receptivas à implantação e implementação do ensino da SH na grade curricular dos cursos de graduação. O ensino da sexualidade humana deveria estar em todas as graduações, deveria haver vários cursos de pós-graduação *latu e stricto sensu*, deveria estar presente na formação de professores, em treinamentos na área da saúde e educação da rede pública; enfim, o ensino da SH propicia qualidade de vida e justiça social.

- Se a pesquisa no país é difícil, muito mais na área da sexualidade. Não temos uma tradição e, principalmente, incentivo em pesquisa e publicações.

- Lidar com a negação e a resistência no meio acadêmico e da saúde em perceber o exercício da sexualidade como parte integrante do processo de crescimento pessoal. A visão maniqueísta propicia a atribuição de juízos de valores à SH, restringindo a compreensão e, portanto, a organização de ações educativas de caráter crítico, -reflexivo e dialógico.

Sheila: *Como presidente eleita da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana - SBRASH, no Biênio 2014-2015, o que a motivou a se candidatar ao cargo?*

Iracema Teixeira: A ânsia por contribuir com uma entidade que acompanhei desde seu nascimento. Além disso, acredito que o fato de ter exercido outros cargos na direção da SBRASH, e por reunir algumas competências de gestão, em razão da minha experiência à frente de cargos de direção na administração pública, me habilitava a cooperar, de alguma forma, com o crescimento da instituição.

Sheila: *Principais desafios e realizações?*

Iracema Teixeira: Estar à frente de uma entidade nacional possuidora da grande responsabilidade de reunir profissionais de excelência; incentivar, contribuir e democratizar o saber na área da SH e buscar a garantia no cumprimento dos direitos sexuais por si só é um grande desafio. Foi possível, com o valioso aporte de uma equipe extremamente competente e ética, implementar e implantar alguns projetos: reforma de todo o site com uma plataforma interativa e dinâmica; estreitamento do contato com os associados e entidades nacionais e internacionais; ampliação de benefícios dos associados; empre-

go da tecnologia como instrumento de articulação e democratização do saber. Considero nossa maior contribuição à SBRASH a inclusão no mundo digital mediante a presença nas mídias sociais e, principalmente, com a realização do XV Congresso Brasileiro e do 1º Encontro Luso-brasileiro de SH, ambos totalmente on-line e gratuitos aos associados. Reunimos associados e não-associados de todo o país e do exterior em uma congregação nunca antes realizada.

Sheila: *No Congresso, os tópicos/temas foram diversos, mas com quais devemos nos preocupar mais?*

Iracema Teixeira: Todos os temas abordados no XV Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana da SBRASH foram fundamentais para atualização profissional. No meu entender, as temáticas na área da educação sexual são essenciais, pois acredito que o trabalho de educação constitui-se a base da formação de todos os indivíduos, independente da faixa etária e do seguimento de atuação profissional.

Sheila: *Quais temas temos que nos debruçar com mais intensidade, "ou "militar"?"*

Iracema Teixeira: *Educação sexual, sempre a educação, em todos os segmentos.*

Sheila: *Como um campo ainda novo e sem regulamentação, nos atrapalha?*

Iracema Teixeira: Considero uma questão preocupante, a prática da terapia sexual realizada por outro profissional que não tenha um treinamento em psicoterapia. Deveria ser uma prerrogativa do psicólogo e do médico; no entanto, esbarramos em aspectos legais. Cheguei a levantar junto ao Conselho Federal de Psicologia e ao Conselho Regional de Medicina sobre o assunto, mas é necessária uma legislação sobre a regulamentação da prática profissional, para isso é preciso o Poder Legislativo ser provocado.

Sheila: *Na maioria das faculdades de psicologia, entre outros cursos da área da saúde, não há a disciplina em sexualidade humana, nem como disciplina eletiva. Como fica a formação desse futuro profissional, principalmente com o tema sendo muito mais discutido pela mídia?*

Iracema Teixeira: Acredito que devemos organizar espaços de discussão e reflexão sobre a SH na mídia, bem como em instituições educacionais e da saúde. Precisamos reconhecer e nos apropriar da função social, enquanto profissio-

nais nas áreas da educação e saúde, de forma a colaborar com o bem-estar coletivo.

Sheila: *Não há uma disponibilidade ampla de cursos conceituados na área da sexualidade humana. O que dizer aos profissionais que se interessam pela área? Qual é o caminho para uma formação séria e embasada?*

Iracema Teixeira: Quando existe o legítimo interesse pelo exercício ético e embasado, encontram-se os meios para o aprimoramento profissional. Podemos ressaltar que o ensino e a pesquisa são atividades recentes em nossa cultura e nem por isso muitos de nossos mestres deixaram de construir uma excelência ímpar. Oxalá, em futuro breve, tenhamos disponíveis vários cursos qualificados na área da SH, nos diferentes segmentos profissionais. A SBRASH possui um importante papel nesse percurso.

Sheila: *Sexualidade humana por Iracema Teixeira...*

Iracema Teixeira: Gostaria de finalizar afirmando o quanto me sinto honrada por ter exercido a presidência da SBRASH, cargo ocupado por queridos mestres e por profissionais que fizeram e fazem a diferença da sexologia no Brasil e também no exterior. Posso a grande convicção de que a atual gestão fará um belo e grandioso trabalho pela SBRASH.
Um afetuoso abraço.

Sheila Reis
Psicóloga e mestre em sexologia
Vice-presidente da SBRASH -
biênio 2014/15